AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 14

VERAO 1988

DIRECÇOM:

Presidência da AGAL

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero
José Ramom Chantada Acosta
Miguel A. Fernám-Velho
Pedro Fernández-Velho
António P. Gil Hernández
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Jurjo Torres Santomé

NOTA DA RECÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego),* ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Isaac Alonso Estravis
Mário Alonso Noceda
Maria Luísa Andrade
Maria das Dores Arribe Dopico
Lino Brage
Carlos Campoi
Denis Conles
Manuel Forcadela
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçález Blasco
Marcial Gondar Portasany
Ernesto Guerra da Cal
Maria do Carmo Henríquez Salido
Aracéli Herrero
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Miguel Mato
Ramom Nogueira Calvo
Pilar Palharês Garcia
Maria Sabela Pereira Barros
José Posada
Domingos Prieto
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Felisindo Rodríguez
Antom Santamarinha
Xavier Seoane
Joám Trilho Pêrez
Amália Vilhar Calvo
Xavier Vilhar Trilho

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Nogueira Gil
José Luís Pires Laranjeira
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 14

Verao 1988

SUMÁRIO

PÁG.

ESTUDOS

A problemática curricular «oculta» da integraçom de meninhos com necessidades especiais, por Jurjo Torres Santomé 127

Galo Salinas no teatro galego, por Henrique Manuel Rabunhal Corgo .. 139

Umha escala de atitudes perante o uso da língua, por José Angelo Cristovo Angueira 157

NOTAS

A Galiza resiste, por Maria do Carmo Henríquez Salido 181

A língua como facto social (Duas missivas), por António Gil Hernández 190

ANTOLOGIA

A morte de Nancy Reagan, por César Cunqueiro Gonçalez-Seco 213

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Scórpio, do Prof. Carvalho Calero, Prémio da Crítica Espanhola 223

Apresentaçom de «A vida escura» 223

Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza 228

Actividades da AGAL em Barcelo 232

Os tempos son chegados 232

Mais um intento de repressom 234

RECENSONS

Cartografia antiga da Galiza, por José Ramom Chantada Acosta 237

«Vísperas de Claudia», de Manuel Guede, por César Carlos Morám Fraga 241

CORREIO 244

PUBLICAÇONS RECEBIDAS E DE INTERESE 246

DESENHOS: Filipe Senem
BROCHES ILUSTRATIVOS: Revista Angolé
CAPA: Júlio Gayoso

ESTUDOS

A problemática curricular «oculta» da integraçom de meninhos com necessidades especiais

Por Jurjo TORRES SANTOMÉ

Umha política educativa de integraçom supom ter de fazer antes umha análise crítica da instituiçom escolar e fundamentalmente dos curricula desenvolvidos nas aulas, necessita, por conseqüência, dumha revisom dos objectivos, conteúdos, recursos, estratégias de ensino-aprendizagem, modalidades de avialaçom que fazem peculiar a vida diária nas classes.

Um projecto de verdadeira integraçom pretende estabelecer um plano de trabalho nas aulas ordinárias que faga possível o incorporar nelas os alunos con deficiências físicas, sensoriais e/ou psíquicas e, por suposto, os estudantes com retrasos escolares. Isto implica que nos detenhamos a reflectir em diversas questons prévias de enorme importância, como som: como, por que, quem e para que se definem e classificam as necessidades especiais, e, assim mesmo, qual é a funçom da escolarizaçom em centros diferentes, segregados.

DO INSUCESSO ESCOLAR

Ainda que todo o mundo admite e fala de que existem meninhos com maus resultados académicos e, portanto, com necessidades especiais, e de que também a maioria da populaçom assimila estes alunos aos que a escola ordinária engloba baixo a etiqueta de nenos com insucesso escolar, nom obstante, o conflito surge no momento de demarcar o que é o tal insucesso.

Umha revisom da literatura científica a respeito desta temática obriganos a concluir que nunca existiu um completo assentimento entre os profissionais com responabilidade neste campo, —principalmente os professores, pedagogos, psicólogos.escolares, médicos e sociólogos— acerca do modo de definir tal conceito.

A constataçom da existência dumha grande quantidade de factores que podem explicar tal insucesso e a presença, em conseqüência, de causas muitas vezes contrapostas e antagónicas, confirma o que estou a dizer.

O insucesso escolar e, polo mesmo, a opçom por algumha classe de medida adicional, que suponha um maior ou menor grau de segregaçom

de tais alunos dos seus companheiros «normais», ao longo da história tentou justificar-se sobre a base de razons tam diversas como podem ser: umha alteraçom sensorial, o retardamento mental, a deprivaçom cultural e económica, umha deficiente escolarizaçom, estrategias metodológicas de ensino-aprendizagem e de avaliaçom nom ajeitadas, uns objectivos e conteúdos para trabalhar muito desproporcionados, etc. Umha amplitude assim permite que tal conceito funcione como um caixom de alfaiate, sem nengumha fiabilidade, e que sempre podamos deitar mao das razons mais «oportunas» para o momento e o mais exculpatórias possíveis para quem fala e os interesses que de forma mais ou menos consciente poda representar.

«NENO MODELO» E RESPONSABILIDADE DO INDIVÍDUO

A Educaçom Infantil e a Educaçom Geral Básica é pensada sobre um «neno modelo» e organiza-se rigidamente, de tal forma que todos aqueles alunos que manifestam algum tipo de conduta nom acorde com o esperado som marginados, segregados. Para que isto nom se converta numha crítica que obrigue a por à luz as injustiças, arbitrariedades e o imovilismo que, geralmente, som tam peculiares a umha instituiçom como a escolar, os científicos orgánicos dedicaram-se a crear todo um discurso gerador dumha *ilusom* de neutralidade e objectividade.

Algo primordial para que a igualdade de oportunidades no sistema educativo seja umha realidade «crível» é procurar explicar o insucesso escolar como algo alheio, fora do controlo da dinámica do colégio e das aulas. Será necessário buscar explicaçons convincentes.

Principalmente vam ser quatro ramas do conhecimento —a biologia, a psicologia, a teologia e a astrologia— as que se prestaram para a manipulaçom de tal legitimaçom. Estes ámbitos do saber contiveram dentro de si algumhas escolas «pseudocientíficas» que contribuiram à procura de explicaçons que ajudem a evitar questionamentos sobre a objectividade e neutralidade da instituiçom escolar, libertando, em conseqüência, a estrutura e organizaçom da sociedade e, portanto, os ensinantes, de responsabilidades nos maus resultados da escolarizaçom. Tratara-se por todos os meios de justificar o fracasso como algo próprio da responsabilidade do indivíduo particular ou, inclusive, à margem deste, ou seja, fruito de algumha classe de predestinaçom.

Nesta última linha a explicaçom mais tradicional desde os ámbitos científicos é a que tratava de buscar razons num modelo médico e biológico. Existiu toda umha corrente de pensamento ligada à biologia humana e à medicina que defendeu claramente que a maioria das nosas qualidades som inatas. Tal parcela do saber segue resistindo-se a desaparecer; nom esqueçamos os rebrotes de determinismo na chamada «sociobiologia» (Wilson, E. O., 1980).

INSUCESSO ESCOLAR E «CÓDIGO GENÉTICO»

O perigo destes juízos sobre o inatismo, sem rigor científico, é tal que devemos volver a lembrar os numerosos problemas que ocasionou ao longo da história. Entre estes, e a título de exemplo, repassemos os resultados da política de A. Hitler, quem no seu livro *Mein Kampf* se refere explicitamente à biologia da reproduçom e ao evolucionismo para justificar o seu culto à «pureza da Raça». Sigamos a continuaçom a julgar todos os discursos pretensamente científicos acerca da superioridade das raças e de umhas classes sociais sobre as outras e achar-nos-emos com que os dados convincentes se nos apresentam como obtidos polas ciéncias naturais.

Umha biologia social assim, ao lado dum discurso psicológico sobre os Cocientes Inteletuais (C.I.), ajudara a que inclusive um prémio Nobel como W. S. Hockley nom duvide em amostrar-se partidário de esterilizar todos os indivíduos de C.I. baixo, com o fim de evitar a degeneraçom da Humanidade.

Este enorme perigo de avaliar as actividades sociais segundo «normas biológicas», fruito de reducionismos científicos que sempre resultam em benefício dos grupos de poder económico, militar e religioso, serve para perpetuar e legitimar relaçons sociais de opressom, e contribui a evitar o questionamento das verdadeiras responsabilidades no funcionamento dessa sociedade.

Em conseqüência, centrando-nos na instituiçom escolar, os insucessos escolares seriam também o resultado do código genético dos alunos. O professor pode, polo mesmo, atrincherando-se nas garantias genéticas dos estudantes analisar, sem ele se implicar, a inevitabilidade e «naturalidade» do baixo rendimento escolar desses alunos.

Em trabalhos mais pioneiros nesta direcçom oferecia-se umha resposta à pergunta sobre o insucesso escolar centrada nalgum tipo de alteraçom ou dano no cérebro. Com o passo do tempo fôrom-se localizando as causas responsáveis num mais amplo abano de variáveis psicofisiológicas. Entre estas últimas incluiam-se, por exemplo, inadequaçons no desenvolvimento da motricidade, alteraçons na percepçom visual, auditiva, na limitada capacidade lingüística, na deficiente estrutura da memória, etc. Em justificaçons como estas a patologia causante dos problemas escolares encontra-se sempre numha disfunçom ou patologia do neno da que este é o único responsável.

Num dos últimos estudos levado a termo nos Estados Unidos (Shepard, L. A.; Smith, M. L. e Vojir, C. P., 1983) sobre que idiossincrásia acompanhava os alunos etiquetados como «retrasados», achou-se que apenas menos do um por cento apresentava alguns signos de lesom cerebral definitória realmente dessa anormalidade.

TESTES E VALORIZAÇOM IMPLICADA

A psicològia pola sua banda elaborou também todo um acúmulo de instrumentos de diagnose, principalmente as famosas baterias de testes, ajudando-se ao mesmo tempo de todo um complexo tratamento psicométrico dos dados para tentar assim de precisar que características peculiares de carácter individual possuíam os alunos integrados no grupo qualificado de «fracassados». Porém, muito cedo viu-se o enorme desajustamento cultural, étnico, de classe e de sexo que costumava acompanhar estes instrumentos de diagnose, assim como também a superficialidade na forma de obter tais dados (Torres, J., 1981, a). Os juízos de valor ocultam-se numha sofisticada tecnología instrumental e de análise.

Os testes planteam-se como aculturais e livres de valores e prejuízos com o propósito de garantir umha definiçom dos problemas com objectividade, neutralidade e rigor. Um grande emaranhamento estatístico contribuira ao mesmo tempo a favorecer um ocultamento da debilidade na construçom e funçom dos testes; disfarçara-se a verdadeira natureza de tais dados para passar a centrar-se unicamente, por exemplo, em se se aplicárom ou nom as últimas fórmulas estatísticas para o tratamento e análise dos resultados nos diversos items do teste. Tenta-se que os meios de análise passem deste jeito ao primeiro plano do debate, relegando o principal, a significatividade dos dados assim obtidos.

As análises do sistema educativo desde esta especialidade da psicologia costumam dar por sentada, e como nom questionável, a assunçom de que a instituiçom escolar fornece iguais oportunidades a todos os alunos. Admitem que o conhecimento, os valores, as normas, as destrezas, os hábitos que se trabalham e fomentam nas aulas nom estam prejudiciados, senom que, pola contra, som neutros ideologicamente falando e, portanto, universais. Em conclusom, os diferentes resultados que se produzem como resultado dos processos de ensino-aprendizagem som conseqüência das aptitudes de cada estudante individualmente considerado, mascarando, polo mesmo, as dimensons sociais e culturais em que está inserto esse aluno e essa escola. Esquece-se desta maneira que o home é umha construçom sócio-histórica, produto das interacçons sociais.

«JUSTIFICAÇONS» RELIGIOSAS

No passado houvo também outro ámbito do saber humano que assim mesmo contribuiu a nom facilitar umha reflexom séria sobre o insucesso escolar; foi o vinculado à religiom. A famosa parábola do reparto de talentos, de que fala o Novo Testamento, reforçou umha ideia determinista acerca do destino do home. Este já tinha muito condicionado o seu futuro polos «talentos» de partida; portanto nunca os professores nem a sociedade em geral poderiam constatar quando o insucesso e mesmo o êxito escolar estavam a ser propiciados pola instituiçom escolar, através do seu funciona-

mento. Sempre caberia a possibilidade de que tal comportamento deficitário ou de êxito resultasse ser o fruito obrigado das características individuais desse aluno. A responsabilidade da sociedade ficava, em conseqüência, a salvo. Mais umha vez as possíveis disfunçons na organizaçom e funcionamento de tal ou qual comunidade social nom existiriam como razons para poderem ser provadas. A estrutura da sociedade amostra-se-nos decidida a determinada autoritariamente por agentes alheios a nós mesmos, por um poder omnímodo, neste caso Deus.

«JUSTIFICAÇONS» ASTRAIS

Hoje nesta via para a legitimaçom das desigualdades sociais, com a crise dos dogmas religiosos, toma o relevo umha nova especie de paraciência, a *astrologia.* Os profetas da actualidade som assim os astrólogos, os quais basearam as suas prediçons nas leituras sobre o movimento dos astros. A conduta humana de novo procura a sua explicaçom nos fundamentos dum determinismo absoluto, imperioso, inevitável que som os dados oferecidos pola astrologia.

O destino do indivíduo e, polo mesmo, do aluno estará ligado às configuraçons celestes, mais concretamente, à disposiçom relativa dos astros no céu o dia do seu nascimento. Tal organizaçom do firmamento resume-se no horóscopo individual. Neste caso a culpa do insucesso desloca-se agora à colocaçom dos astros na abóbada celeste. Mais umha vez aqui na terra ficamos a salvo de responsabilidades. A última explicaçom de tudo procedera, polo mesmo, desta astrologia «de feira» tam em voga e tam bem avaliada a diário pola imensa maioria dos meios de comunicaçom de massas, contribuindo em definitivo a favorecer *«ideologias de dependência»* ou ideologias totalitárias.

Estes astrólogos dos horóscopos desde os esclaracimentos emaranhados e de aparência complicada, com a finalidade de aparentar algum grau de cientificidade, ajudam a criar os elementos irracionais necessários para impedir que nada mude e tudo e todos sigam igual. Impossibilitam o desenvolvimento do sentido crítico preciso para descobrir todas as causas profundas da sociedade injusta na que nos toca viver; paralisam a vontade e interesse pola modificaçom e transformaçom das condiçons culpáveis das injustiças.

A «mentalidade mágica» que estas crenças contribuem a formar relega todas as preocupaçons a um plano privado, com a mensagem oculta de que o nom seguimento dessas pseudo-leis inamobíveis dá como resultado o caos, o desastre irremediável.

DA EDUCAÇOM ESPECIAL

Toda a proposta curricular de carácter integradora presupom aceitar

que é possível levar adiante projectos flexíveis e adaptados às peculiaridades dos diferentes alunos que componhem essa aula.

Umha pequena incorporaçom de nenos com deficências aos centros e classes ordinárias estava já prevista na Lei Geral de Educaçom de 1970. No Título 1.°, cap. VII, art. 51 da citada lei pode-se ler:

> «A educaçom dos deficientes e inadaptados, quando a profundidade das anomalias que padeçam o faga absolutamente necessário levará-se a cabo em Centros Especiais, fomentando-se o estabelecimento de unidades de educaçom especial em centros docentes de regime ordinário para os deficientes leves, quando seja possível».

Nesta Lei do 70, porém, o máximo que se oferece é a criaçom de aulas especiais, mais nom ainda a plena incorporaçom nas próprias classes ordinárias do centro escolar.

Anos mais tarde numha circular do Instituto Nacional de Educaçom Especial de 23 de Junho de 1981 matiza-se algo mais a interpretaçom desse artigo 51 da LGE, desenvolvido no Plano Nacional de Educaçom Especial de Abril de 1978, quando se adverte que «nas unidades de Educaçom Especial criadas nos Centros ordinários de EGB *nom* deveriam escolarizar-se aqueles alunos considerados como límites nem os que estejam afectados por retrasos escolares».

Nom obstante, na realidade temos que reconhecer que em muitas ocasions tais aulas continuam a empregar-se como intento de soluçom técnica ao que nom é outra cousa que o tam traído e levado «insucesso escolar». Este fracasso académico é hoje um autêntico caixom de alfaiate; baixo tal denominaçom escondem-se as mais diversas condutas, desde retrasos escolares até toda a classe de manifestaçons fruito dumha grande variedade de trastornos psicofísicos, assim como também os chamados comportamentos «perturbadores», desviados, nom admissíveis nesse nicho ecológico que som as aulas.

ESPAÇOS EDUCATIVOS «ESPECIAIS» E «NORMAIS»

Esta situaçom tem perigo de se problematizar ainda mais se os nenos que som remetidos às unidades especiais seguem a sê-lo com grande freqüência sem umha diagnose ajeitada, utilizando-se como norma habitual para a segregaçom as condutas, em geral, «nom do gosto» dos professores. Exemplos disto podemos constatá-los por umha parte, quando essas classes especiais se empregam *como ameaça* de castigo para aqueles estudantes que tentam alterar o *normal e uniforme* ritmo da aula. Por outra banda, também acostumamos a escuitar os responsáveis de tais espaços educativos especiais como os meninhos umha vez que entram neles, podem, com algumha freqüência, ser esquecidos polos seus professores das aulas ordinárias. Existem docentes que acostumam a despreocupar-se da evoluçom des-

ses estudantes e assim mesmo ainda som poucos os que se detenhem a rever criticamente que responsabilidade tenhem eles e a instituiçom educativa na origem do insucesso escolar.

Umha escola integradora tem de partir dumha análise cuidadosa e minuciosa do projecto curricular que quer desenvolver. É obvio que em tal proposta de trabalho se necessita partir dumha análise dos alunos aos que se dirige, tomar em consideraçom a idade e o grau de desenvolvimento dos estudantes, as suas aptitudes, expectativas, habilidades, hábitos, valores e, assim mesmo, nom esquecer as experiências prévias destes.

ALGUMHAS PROPOSTAS

A análise das questons anteriores levar-nos-á a planificar propostas de trabalho com a suficiente flexibilidade como para que se respeitem e nom se violentem as diferenças individuais e os distintos ritmos de aprendizagem que se manifestam em todos os grupos humanos.

Só em casos muito extremos será preciso retirar um aluno da aula ordinária; e isto deverá fazer-se com todas as garantías de que se evitaram en nom influiram, por exemplo, as possíveis más expectativas dos adultos sobre alguns alunos marginados, como podem ser os ziganos ou os meninhos de grupos sociais muito desfavorecidos. A discussom das razons seria conveniente que se realiza-se mediante a análise e debate em grupos de trabalho profissional mais amplos, como podem ser os claustros dos colégios com assistência dos integrantes de equipas multiprofessionais, pedagogos, psicólogos escolares, e contando também, por suposto, com a opiniom dos pais dos alunos, etc.

Umha estratégia de ensino individualizado, à que todos os professores gostam de se referir como característica de um metodo de ensino-aprendizagem bom, é um focamento realista que permite atender às necessidades e características peculiares de cada estudante.

Pôr em prática algo similar precisa de medidas facilitadoras de auxílio como podem ser o dispor de mestres de apoio, de personal qualificado nos serviços de diagnóstico e orientaçom, a flexibilidade organizativa nos centros de ensino de tal jeito que se permitam, por exemplo, diversas formas de cooperaçom entre ensinantes, trabalhos em equipa, etc. É obrigado assim mesmo estimular o aperfeiçoamento do professorado, especialmente naqueles conhecimentos do mundo das deficiências sensoriais e físicas e, indiscutivelmente, a actualizaçom em teoria e prática de desenho, desenvolvimento e avaliaçom de curricula. Umha linha de actualizaçom semelhante contribuirá a melhorar o labor dos ensinantes como profissionais e membros solidários e responsáveis a respeito da comunidade social em que efectivam o seu trabalho quotidiano.

Está claro que em tam escasso espaço nom posso aprofundar em todas as questons que aqui apresento, mais agora só pretendo que estas reflexons

podam servir como documento incitador à discussom entre os colectivos responsáveis para buscarem alternativas ao tam polémico e político tema do «insucesso escolar» e dos «nenos com necessidades especiais».

CONCLUSOM PRIMEIRA

As análises mais qualitativas dos expertos em curriculum, principalmente a partir dos anos setenta, venhem dando abundantes amostras de quais som as funçons que a instituiçom escolar cumpre e como essa missom se vai fazendo com bastante efectividade através das rotinas diárias nas aulas.

A escola na nossa sociedade está ao serviço de duas tarefas, mais ou menos explícitas. Umha é a de classificar, seleccionar e certificar a categoria pessoal de cada indivíduo; a outra é a de contribuir a legitimar a estratificaçom hierárquica que os grupos com poder nessa comunidade concreta defendem.

Isto é claro a todas as luzes quando passamos revista aos que som os alunos que passam a integrar-se nas categorias do «insucesso escolar». Aqui, com quase inteira segurança, a imensa maioria deste estudantado pertence aos sectores mais desfavorecidos, por exemplo, a minorias étnicas como os ziganos ou a grupos sociais como os campesinos, marinheiros, obreiros de baixa qualificaçom, etc.

Se os resultados escolares ajudam a classificar os estudantes pola sua origen social, reforçando e legitimando a visom de que som eles próprios os culpáveis de tal insucesso, estamos ao mesmo tempo a definir como alheio à instituiçom escolar e, ja que logo, ao trabalho dos ensinantes, fora da própria responsabilidade dos seres humanos, a estratificaçom que caracteriza a actual sociedade em que nos toca viver. Estamos apalancando desta maneira umha visom das sociedades humanas ao serviço dumhas leis naturais e universais que essa mesma colectividade social nom controla.

Por conseqüência, nom devemos nunca esquecer que esta tendência a identificar como «menos dotados» os integrantes dos grupos marginados e explotados da sociedade fala já da desigualdade e nom objectividade da instituiçom escolar.

É preciso, e devemos fazê-lo, analisar esse insucesso que está a converter-se em distintivo dos componentes destes sectores sociais de desfavorecidos, como umha das formas peculiares de manifestar algum grau de *resistência* a ser assimilados pola sociedade. Nom se trataria, como diriam os representantes das teses da Reproduçom (Bordieu, P.; Passeron, J. C.; Establet, R.; Baudelot, CH.; Lerena, C.,...) da existência dumha «conspiraçom» por parte dos próprios educadores e, em conseqüência, da instituiçom escolar, para que se origine tal falha de êxito nos resultados escolares e justificar mais adiante a nom mobilidade na estrutura dumha sociedade concreta.

Análises mais actuais amostram como estes estudantes se negam, mais ou menos inconscientemente, a assimilar os conhecimentos, valores, normas, destrezas, etc., que os professores defendem, fudamentalmente porque tais conteúdos culturais nom tenhem nada que ver com o seu concreto e peculiar mundo de origem. Nada do que se vive nas aulas conecta com a vida que tem lugar além dos muros desse colégio e em que eles estám inseridos.

CONCLUSON SEGUNDA

Os alunos, em conseqüência, elaboram mecanismos de resistência para tencionar que a sua passagem por essa escola seja algo mais doado e suportável. Geram assim estratégias de resistência para sobreviver como podem ser a invençom de «técnicas de copieteio e chuletagem», muitas vezes muito perfeitas, ou «estratagemas para fazer perder o tempo» aos professores, por exemplo, insistindo em plantear-lhes perguntas das que já e sabido de antemao a soluçom, ou em mandar-lhes repetir frases que já escuitárom e copiárom com a finalidade de que aminorem a rapidez do seu ditado de apontamentos, etc. Outras vezes recorreram a produzir «condutas de interrupçom», conflitivas em maior ou menor grau, assim os ataques de tosse, as pelejas entre os próprios companheiros, etc., para alterar a dinámica «obrigada» que acostumam a impor os docentes...

Surgem, portanto, toda umha série de comportamentos puníveis entre o alunado, de forma mais colectiva, cuja explicaçom se acha ligada em maior grau ao que estamos a dizer que a motivos de índole individual. Condutas como, por exemplo, a falta de atençom, a hiperactividade, a impulsividade, as manifestaçons de agressividade física, e, inclusive comportamentos como a mesma micofagia, deveriam também analisar-se desde umha óptica de resistência ao que a escola oferece. Seriam o fruito dumha nom conexom coas espectativas dos seus clientes, de que, em resumo, esta instituiçom nom fornece algo de verdadeiro interesse.

CONCLUSOM TERCEIRA

Havemos de ter presente outro dado possivelmente também muito explicativo desta situaçom, o papel do professor.

Nom estamos a defender umha conspiraçom dos professores contra os alunos. Antes bem, polo contrário, muitos ensinantes tenhem inclusive mais interesses em comum com esses alunos fracassados e com os grupos sociais aos que pertencem, que com os do alunado com mais êxito e/ou de classe social mais alta; polo que em conseqüência na prática parece que actuam lançando pedras sobre o próprio telhado.

Umha explicaçom, ao meu modo de ver bastante convincente, estaria na existência do que se chama a *«hegemonia ideológica»*. Esta se refere ao conjunto de ideias, crenças, valores e atitudes que servem para legitimar

a ordem social vigente. Esta hegemonia ideológica faz que se veja como algo *natural, objetivo* e *inquestionável* o que é fruito só dumha *determinada* opçom entre outras também possíveis, mas que nem se chegam a pensar. Por isto, geralmente, se concorda em que a escola joga um papel crucial para a perpetuaçom do actual sistema de crenças.

Os ensinantes nom acostumam a questionar-se criticamente o por que de todo aquilo que estám a realizar dia a dia nas classes. Todas as rotinas que, implicitamente, traduzem opçons de valor concretas, frente a outras possíveis som vistas como naturais, desideologizadas e desconexionadas de um mundo de valores e interesses. Portanto, nom existe um claro convencimento das implicaçons ideológicas na selecçom dos objectivos e conteúdos dum curriculum, nas diferentes formas de organizar a aula, nas distintas estratégias de ensino-aprendizagem, nos diversos materiais com que se pode trabalhar, nas possíveis maneiras de avaliar, etc.

CONCLUSOM ÚLTIMA

Nos diversos curricula que se podem levar à prática nas aulas *sempre* seleccionamos e organizamos os conhecimentos, normas, valores, hábitos, destrezas, etc., de que dispom umha sociedade concreta nuns momentos históricos determinados. Esta tarefa de «peneira» é precisa para que essa «cultura» poda ser assimilada por todos os membros mais jovens ou nom iniciados, e contribuir desta maneira a umha autêntica socializaçom e ajudar ao desenvolvimento desses indíviduos e, polo mesmo, também à construçom permanente da sociedade.

Um curriculum é *umha opçom* por umhas dimensons culturais frente a outras também existentes. É aqui onde se acha o verdadeiro problema: quem, por que e como seleccionar e definir quais som esses conteúdos culturais básicos e necessários para fazer possível o converter os membros dumha sociedade específica em pessoas activas, solidárias, democráticas e críticas.

Umha revisom séria do insucesso escolar deve, ao meu modo de ver, começar por isto último, a análise desse projecto cultural que a instituiçom escolar oferece, e ver em que medida conecta com os interesses, expectativas, conhecimentos prévios, necessidades dos alunos que temos diante. Em caso contrário, o insucesso escolar funcionará como máscara dessa injusta sociedade; injusta como conseqüência das normas de funcionamento que os grupos mais poderosos da sociedade *impôem* aos restantes grupos dessa comunidade.

Em justiça, temos de reconhecer que esta capacidade de análise e planificaçom é algo que as distintas instituiçons de formaçom do professorado olvidam desenvolver com grande freqüência , polo que é obrigada também aqui umha intervençom democrática de todos os colectivos com responsabilidade em educaçom.

BIBLIOGRAFIA

APPLE, M . W.: *Ideología y currículo.* Madrid. Akal, 1986.

BAUDELOT, CH. e ESTABLET, R.: *La escuela capitalista en Francia.* Madrid. Siglo XXI, 1976, 2.ª edic.

BEILLEROT, J.: *A sociedade pedagógica.* Porto. Rés-editora, Lda. 1985.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C.: *La reproducción.* Barcelona. Laia, 1977.

BOWLES, S. e GINTIS, H.: *La instrucción escolar en la América capitalista.* México. Siglo XXI, 1981.

HEGARTY, S.; POCKLINGTON, K. and LUCAS, D.: *Educating Pupils with Special Needs in the Ordinary School.* Windsor. NFER-NELSON Publish. Co. Ltd., 1984, reprint.

HUSÉN, T.: *Meio social e sucesso escolar.* Lisboa. Livros Horizonte, s.d.

LERENA, C.: *Escuela, ideología y clases sociales en España.* Barcelona. Ariel, 1976.

LEWONTIN, R. C.; ROSE, S. e KAMIN, L, J.: *No está en los genes.* Barcelona. Crítica, 1987.

MOLINA, S. e GARCIA, E.: *El éxito y el fracaso escolar en la EGB.* Barcelona. Laia, 1984.

SAHLINS, M.: *Uso y abuso de la biología.* Madrid, Siglo XXI, 1982.

SHEPARD, L. A.; SMITH, M. L. and VOJIR, C. P.: «Characteristic of Pupils Identified as Learning Disabled»., *American Educational Research Journal,* Vol. 20, n.ı 3, 1983, pp. 309-311.

TORRES SANTOMÉ, J.: «A intelixéncia, o cociente intelectual e o medio», *O Ensino,* n.° 1, 1981 (a), pp. 35-42.

TORRES SANTOMÉ, J.: «As espectativas dos ensinantes e a sua influencia sobre da aprendizaxe», *O Ensino, n.° 2, 1981 (b), pp. 5-14.*

TORRES SANTOMÉ, J.: «El curriculum oculto y el mito de la objetividad: reproducción y resistencias» em ALVAREZ, A. (Comp.) Psicología y educación. Realizaciones y tendencias actuales en la investigación y en la práctica. Madrid. Visor - M.E.C., 1987. pp. 173-188.

WILSON, E. O.: *Sociobiología.* Barcelona. Omega, 1980.

Fabiya Sanin

Galo Salinas no teatro galego

Por Henrique Manuel RABUNHAL CORGO

1. *INTRODUÇOM*

A importância da figura de Galo Salinas Rodríguez (1852-1926) para o nosso teatro, em particular, e para a nossa cultura, em geral, é enorme. Como da sua obra teatral nos ocuparemos nas linhas que se seguem, faremos fincapé agora em três episódios fundamentais na biografia de Salinas: A *Revista Gallega,* a *Memória acerca de la dramática gallega* e afinal a Escola Regional de Declamaçom. A *Revista Gallega* é um semanário de literatura e «intereses regionales» fundado e dirigido polo próprio Salinas e editado desde o 17 de Março de 1895 até o 30 de Junho de 1907. A literatura, a crítica literária, o artigo de opiniom, o trabalho de carácter histórico ou etnográfico som os argumentos da publicaçom que está intimamente ligada à chamada Cova Céltica. Todos os fenómenos políticos, culturais, literários e teatrais tenhem na *Revista Gallega* um eco pontual. Parte da literatura galega do período foi publicada ali. Entre os colaboradores figuram os nomes de Cuveiro Pinhol, Carré Aldao, Lamas Carvajal, Galo Salinas, Vilar Ponte, Noriega Varela, Eduardo Pondal, Martelo Paumám, Pérez Placer, Curros, Porto Rei, Jambrina, Ribalta, A. Pereira, Eládio Rodríguez, Labarta Pose, J. Camba, Martínez Salazar, Marcial Valhadares, Alvarez de Nóvoa, Saco y Arce, Armada Teixeiro, Pi y Margall, Manuel Murguia, Lombardia, Lugris Freire, Salvador Golpe, Jesús Rodríguez López, e muitos nomes mais. Há textos de escritores portugueses e bastantes escritos em catalám. Entre os aspectos mais tratados na revista estám todo o relativo à Liga Gallega (de quem a Revista foi órgao oficial), à constituiçom da Academia Galega, à apariçom da Escola de Declamaçom e à construçom do monumento aos mártires de Carral. A Revista publicou-se primeiramente os domingos, na Rua Real, 30, na Livraria de Carré Aldao. A partir do número 174 (10-7-1898) deixa de ser órgao oficial da Liga Gallega. Desde o número 496 (17-9-1904) a Revista passa a sair os sábados, e por estar enfermo Salinas fam-se cargo da mesma Carré Aldao, F. Vaamonde, Eládio Rodríguez e Francisco Tettamancy. No número 630 (21-4-1907) Fortunato Garcia Ibarra passa a ser o responsável da administraçom. O 30 de Junho

de 1907 aparece o derradeiro número (o 640) devido à marcha de Salinas para Madrid.

A respeito da *Memória* (1896), que consta de 67 páginas, digamos para já que constitui o primeiro trabalho teórico feito sobre o nosso teatro. Salinas censura o facto de D. Juan Valera nom reconhecer a existência do idioma e literatura galegos, como também figera Manuel Murguia nas páginas de *La Voz de Galicia.* Incide Salinas no facto de galego e português serem a mesma língua polo que pode ser considerado precursor das teses reintegracionistas. Mantém que o galego é idioma e nom dialecto, mas erra quando afirma que procede do celta. Noutro momento do seu trabalho Salinas informa dos textos e representaçons teatrais de que tem notícia desde 1800 demonstrando ignorar a existência do *Entremez famoso,* de *A casamenteira,* e doutras peças que hoje conhecemos. Em várias passages da sua *Memória* explica as causas do pouco desenvolvimento que tivo entre nós a dramaturgia, opinando em contra da sentença de Lope que Galiza é fértil em poetas. Tendo Galiza poetas, pergunta-se Salinas, qual é o motivo do nosso subdesenvolvimento teatral? As causas que anota som as seguintes:

a) O proceso de substituiçom lingüística que se iniciara por volta do século XV.

b) A carência absoluta de actores, que nom o idioma galego per se.

c) Outro motivo é o reparo que os galegos tenhem em se exprimirem na sua própria língua.

d) Ao final sublinha a falta de dramaturgos que el compara com a grande quantidade de poetas e, em menor medida, de narradores. Para reparar essa situaçom Salinas propom que se crie umha instituiçom análoga à do teatro livre, que se faga teatro histórico recorrendo a personages míticas da nossa história e à própria tradiçom popular, e finalmente que se crie umha companhia de afeiçoados para representar o nosso teatro na Galiza e fora dela.

Analisa a seguir Salinas a influência que pode exercer o regionalismo no desenvolvimento da arte dramática na Galiza mantendo que este favorece o progresso do teatro galego. Outros epígrafes da *Memória estám dedicados a explicar a situaçom do teatro nos Países Cataláns.*

Consagramos finalmente umhas palavras à Escola Regional de Declamaçom, a primeira instituiçom teatral do século XX. A apariçom da Escola fora anunciada por Carré Aldao (1903). O 18 de Janeiro de 1903 apresenta-se na Corunha no Teatro Principal levando ao palco três obras: Por no llegar a tiempo, Robo en despoblado e *¡Filla...!,* esta última de Galo Salinas. A Escola formada por actores afeiçoados pretendia animar a escrita de dramas e comédias. A exitosa representaçom da peça galega levantou umha ágria polémica entre quem defendia o teatro em galego (Salinas à frente) e entre quem o rejeitava *(El Diario de La Coruña,* à frente). O movimento regionalista apoiava sem reservas a Salinas. A Escola estava composta por

um presidente (Galo Salinas foi o primeiro), um director técnico, dous directores artísticos, um secretário, um bibliotecário-arquiveiro, dous vogais e um representante. Ao tempo a Escola admitia alunos e alunas, de umha parte, e obras para serem encenadas. Cuveiro Pinhol envia aginha ao Directório um exemplar do seu drama *Pedro Madruga* (1897), que afinal nom ia ser representado.

A acçom da Escola é felicitada desde Cuba (em *Follas Novas)* e desde Argentina (en *El Eco de Galicia).* Entre o mês de Março de 1903 e o de Maio do mesmo ano, Salinas aparece algo distanciado da Escola em que causaram baixa algumhas pessoas. Vilar Ponte aparece em cena manifestando-se a favor da actividade teatral que começava. O 24 de Junho de 1903 a Escola dá a sua segunda funçom repondo *¡Filla...!* e representando *Jugar al moscardón* e *Calvo y compañía.* D. Emília Pardo Bazán assiste à funçom em que destacava o bom trabalho de Eduardo Sánchez Minho, verdadeira alma máter e promotor da Escola. 0 18 de Julho de 1903 tem lugar a estreia de *A ponte* de Lugris Freire, no Teatro Principal da Corunha. Era a segunda peça que encenava a Escola.

Como réplica a esta actividade o 21 de Junho de 1903 resepresentara-se na Havana *A fonte d'o xuramento.* Depois de uns meses de reorganizaçom e ensaio, a Escola dá outra funçom o 22 de Novembro de 1903, repondo *A ponte* e representando igualmente *Jugar al moscardón.* Em Outubro e Novembro de este ano representam-se em Buenos Aires, pola secçom de declamaçom do Orfeón Gallego *A romaría de Santa Xusta* de Manuel Novoa e *A orfa de Bastabales* de E. Garcia Cebral. Em 1904 *¡Filla...!* é encenada por quinta vez em Buenos Aires, agora pola Sociedad Defensores del Orfeón Gallego. Nos primeiros meses de 1904 deveu-se produzir umha cisom no seio da Escola. Sánchez Minho funda entom umha Escola cómico-dramática galega ou escola de declamaçom que representa *La Dolores,* o 13 de Março de 1904. Por essas datas a Escola está em Ferrol, dirigida por Jambrina, para dar duas funçons.

O novo presidente era Manuel Lugris Freire de quem a Escola estreia *Minia no Teatro Jofre de Ferrol, o 19 de Março de 1904.*

Galo Salinas em Junho de 1904 critica a fragmentaçom e desuniom que reinavam na Escola. Nesse mês a Unión Artística Compostelana tem previsto encenar um monólogo de F. Porto Rei intitulado O alalalala (sic.). Salinas por sua parte abandona o teatro em galego e compom o diálogo *Gloriosa derrota.* O 25 de Julho encena-se na Havana *Recordo d'un vello gaiteiro* de Nam de Alhariz. Os problemas continuam na Escola. Otero Pimentel edita *Camiño de Santiago,* Carré Aldao escreve *Sacrifio* e Ramom Armada está a produzir outra peça. Entre Setembro e Outubro a Escola ensaia *Minia* e *Mareiras,* ambas peças de Lugris, no teatro da Reunión de Artesanos. A Escola dispunha já de mais obras: Salinas entregara-lhe *A campán, Sabela* e *Feramar,* e estava a escrever *A fidalga* e *Almas gallegas.* Carré envia à Escola *Sacrificio.*

O 9 de Outubro de 1904 a Escola representa na Corunha *Minia, La ocasión la pintan calva* e *Los postres de la cena.* Lugris e Jambrina leram esse dia poemas de Curros, ao grande poeta do momento. *Mareiras,* por fim um drama longo de três actos, sobe ao palco o 15 de Outubro de 1904, junto com o monólogo *Rentar de Castromil* de Martelo Paumán. Polo mês de Outubro a Escola ensaia *Feramar* e *Sacrificio.* Mas já nom houvo tempo para mais. A marcha a Madrid de Bernardo Bermúdez Jambrina fai fracassar definitivamente a experiência escolar. Há meses que nom se cobram as quotas dos sócios. Alguém publica nesses dias «puede darse por muerto el teatro gallego». Sánchez Minho pretende inutilmente refazer a Escola Regional de Declamaçom. Estamos rematando 1905. A Escola concluía um dos episódios mais importantes para o desenvolvimento do nosso teatro, que ia ter que aguardar pola actividade dos Coros Populares, e da Escola Dramática Galega (antes Conservatório Nacional de Arte Galega) para dar novos e decissivos passo.

2. *BIO-BIBLIOGRAFIA*

Galo Salinas e Rodríguez nascera na Corunha o 14 de Março de 1852. Aos doze anos emigra para Montevideu onde se dedica ao comércio para afinal, nom acompanhando-lhe a fortuna, voltar à Galiza em 1876. Em Pontedeume abre umha escola de ensino primário para, a seguir, e já na cidade herculina, dedicar-se ao jornalismo. Participa daquela em diversos episódios chaves do nosso regionalismo político-cultural e do ressurgimento literário. É assi que achamos Salinas entre os contertúlios que se juntavam na livraria de Eugénio Carré Aldao: Manuel Murguia, Eduardo Pondal, Martínez Salazar, Martelo Paumám, Lugris Freire, entre outros. Vinculada a esta Cova Céltica está a *Revista Gallega. Semanario de literatura e intereses regionales,* que Salinas cria e dirige desde o 17 de Março de 1895 em que sai o primeiro número, até o 30 de Junho de 1907 em que se publica o derradeiro.

É durante a vida da revista, que Salinas desenvolve umha grande e importante actividade no plano literário e teatral que aqui interessam. Mas já antes de aparecer o primeiro número da revista, Salinas estreara-se como dramaturgo com *A torre de peito burdelo,* obra premiada em Betanços em 1890 e *¡Filla...!,* impressa em 1892, e como poeta através de publicaçons de escasso valor estético segundo opiniom estendida na crítica especializadas. Nestes anos escreve diversos ensaios sobre o regionalismo (1892) e o teatro galego (1896) sem nunca renunciar a escrever em espanhol umha obra bastante densa.

Vinculada também à Cova Céltica, está a Escola Regional de Declamaçom que fundada polo actor Eduardo Sánchez Minho comparece perante o público corunhês encenando umha obra redigida polo presidente da Escola, Galo Salinas. A obra, *¡Filla...!,* representada em 1903, marca todo

um fito na história da nossa dramática ao igual que a Escola que ia representar as obras de Lugris. A Escola dissolve-se em 1904 após graves divergências pessoais.

Em 1907, Salinas deixa a Corunha, provocando a desapariçom da *Revista Gallega,* para se trasladar a Madrid nomeado chanceler do Consulado do Uruguai. O seu último contributo ao teatro galego é constituído pola obra *Bodas de ouro,* encenada quando o autor se dispunha a cumprir os setenta anos. Já na Corunha morre em 1926.

Quanto à sua bibliografia distinguiremos a) a obra dramática, b) a poética, c) a ensaística e d) a obra escrita em espanhol.

a) Para além das obras aqui citadas, *A torre de peito burdelo, ¡Filla...!,* e *Bodas de ouro,* Salinas é autor de um grande número de peças, quer encenadas, que inéditas, mas que hoje, em todo caso, nom podemos ler. Entre as primeiras figuram *Sabela* (1903), comédia num acto e em prosa, *Feromar* (1922), drama trágico num acto e em prosa, *Copas e bastos* (1922), sainete em prosa, e *Entre o deber e o querer (1923),* zarzuela em dous quadros, em verso e prosa. Entre as segundas estám, *A fidalga* (1904), poema idílico-dramático em três quadros, *Alma gallega* (1904?; 1905?), drama em três actos e em prosa, *Entre dous mundos,* comédia em prosa datada em Madrid em 1919, *Contrabando e contrabanda,* comédia num acto e em prosa, *Vós e nós,* em prosa, *Honor golfesco* (1904), diálogo em prosa, *Os meus honores,* monólogo humorístico em prosa, *Favorito,* poema dramático em verso, *¡Coida non cho creben!,* em prosa e verso, e *O crime da silveira,* entremez num acto e em prosa.

b) A sua obra poética, de escassa fortuna e qualidade, reduze-se ao *Hino popular rexional* (A Corunha, 1893), e à *¡Lenda de horrore!* (A Corunha, 1894) que inclui o poema «¡Galicia!».

c) Para além da sua obra *El regionalismo gallego. Estudio social* (A Corunha, 1892) interesa aqui a sua *Memoria acerca de la dramática gallega* (A Corunha, 1896) injustamente esquecida enquanto constitui ao nosso entender o primeiro ensaio e a primeira história da nossa dramática, para além de informar-nos convenientemente da ideologia e concepçom teatral de Salinas.

d) Como os seus antecessores na tarefa de construçom de um teatro galego, Fandinho e De la Iglésia , foi Salinas escritor bilingüe ao fio da ideia entom aceitada de nom ser o galego a língua idónea para a prosa e o ensaio. Mas foi também Salinas escritor de teatro em espanhol. A sua obra nessa língua, que nom é objecto do presente estudo enquanto nom forma parte da literatura e cultura da Galiza, integra os seguintes títulos:

Gloriosa derrota (A Corunha, 1904), teatro em prosa; *La huelga* (A Corunha, 1911), monólogo em verso; *La expiación de un sacrificio,* drama em verso; *Martirio sin palma,* em verso; *¡Emancipado!,* drama em prosa; *El bloqueo,* num acto e em verso; *El lujo de la miseria,* comédia em prosa;

El estornudo, monólogo em verso; *El primer puro*, monólogo em verso; *¡Redimido!*, comédia social num acto e em prosa; *¡Hasta los muñecos aman!*; *El crimen del justo*, drama de assunto galego; *El curandero*, comédia em prosa e verso; *Lo que puede el honor* (A Corunha, 1900), novela.

Segundo informa Couceiro Freijomil (1954) Salinas pensava reunir a sua obra lírica em espanhol e em galego em dous volumes, *Horas de vigilia* e *Horas de huelga para além de preparar o volume intitulado Plumadas, críticas y juicios literarios*.

A seguir analisamos as três obras que deixou impressas Galo Salinas e que foram representadas no seu dia.

3. *A TORRE DE PEITO BURDELO*

O Marquês de Figueroa, autor da carta-prólogo que precede *A torre de peito burdelo* (A Corunha, 1891), considera a obra de Salinas o primeiro drama escrito em galego pertencente ao género histórico. É umha verdade a meias. Em 1884 esta modalidade teatral fora inaugurada entre nós por D. Emílio Álvarez Giménez, o autor de *Mari-Castaña*. Mas a peça de D. Emílio nom fora encenada e apenas pudo ser impressa em 1984, o qual explica as palavras do prologuista.

Galo Salinas escrevera a peça em Pontedeume, estando rematada em 1890. Segundo consta na página terceira da ediçom que consultamos o drama foi premiado no certame literário organizado polo Liceu Brigantiño o 7 de Setembro de 1890. Segundo declara, o próprio autor leu o «poema dramático» em Betanços, no Teatro Alfonsetti, na noite do 26 de Outubro de 1890. Ao ano seguinte a obra é editada na Corunha na Imprensa e Estereotípia de V. Abad em que também se editara *A fonte d'o xuramento* (1882).

Ao nosso ver, a obra é de muitíssimo menos valor que *¡Filla...!* da qual nos ocuparemos mais adiante. A eleiçom do prologuista nom foi casual: a obra aparece vinculada à tradiçom dos Figueroas, devanceiros do Marquês. Este fai-se eco da polémica que houvo em torno à existência ou inexistência do tributo e as façanhas que originara. Desculpa a Salinas o facto de situar a acçom em Betanços lembrando porém que a Torre está no monte de Beira «a 3 leguas de Betanzos». Convém lembrar neste ponto que a obra está dedicada expressamente a Betanços (página XIII). O Marquês de Figueroa declara conhecer apenas duas obras dramáticas redigidas na língua de Pondal: *A fonte d'o xuramento* e *Non mais emigración*, de Armada Teijeiro, estreada no Teatro Tacón da Havana em 1886. Fai ao final umha apreciaçom que paga a pena reproduzirmos:

> «El habla gallega se adapta mejor á la lírica: en el drama ofrece mucha dificultad, por no estar trabajada para el diálogo, como no sea entre labradores».

Umha clara referência portanto ao prejuízo que existia quanto ao emprego do galego fora da poesia, e que apenas pudo ser superado após 1916.

Por outra parte, o Marquês imparte umha grande aula de sociolingüística: caso de alguém ousar empregar o galego para o teatro, este referirá-se aos labregos, nom aos burgueses, a quem nom imagina o nosso deputado e literato falando em galego.

Destaca no drama a ausência de acçom dramática propriamente dita. Por vezes a linguage converte-se em protagonista única, e é esta e as paixons que convoca as referências fundamentais, embora o galego usado nom seja de muita qualidade. A obra está redigida em verso, pouco fluído em opiniom de Carvalho Calero (1981) estruturado em diversas estrofes: romance, quarteta, redondilha, serventésio.

Como nas novelas de López Ferreiro, no drama assistimos a duas histórias, umha particular de tipo amoroso, umha social de carácter político-religioso. O cenário cronológico é também, como nas novelas de dom António, a Idade Média. Mas em Galo Salinas a acçom situa-se no momento da arabizaçom que começara por voltas do século VIII. A linha argumental é desenvolvida nas dez cenas de que consta o único acto e reduze-se ao seguinte: os mouros, ao mando de um tal Shuakin-el-Maleb, na conbrança do tributo das cem donzelas (que som exportadas a África para o Sultám) fai-se com dez donzelas de Betanços: seis do povo, seis nobres. Entre estas acham-se Eldona de Osório e Sancha de Lema, orfas de mai e capturadas durante a ausência de seus pais e familiares. Rodrigo de Ariza, namorado de Sancha, contribui para umha acçom bélica que remate com a libertaçom da sua prometida. Eldona, por mandado de Sancha, assassina ao chefe dos mouros. Noutra parte, Rodrigo e os seus provocam a derrota e fugida dos mouros. O Abade do Cristo da Mercê acaba casando Rodrigo e Sancha, apadrinhados no acto por Eldona e o seu irmao. Remata a obra com umha arenga à liberdade do povo, liberdade que se assegura com o amor, a pátria e Deus.

Nom vamos entrar aqui, por nom interessar, em questons de veracidade histórica que para nada adulteram o valor artístico da peça de Salinas. Faremos referência no entanto às ideias que na altura se criam em torno à batalha das Figueiras e ao tributo das cem donzelas. A nossa fonte de informaçom vai ser Florêncio Vaamonde (1898), home vinculado ao mundo intelectual e ideológico de Galo Salinas. Segundo Vaamonde à morte de D. Silo (783) proclamou-se rei a D. Afonso II. Mas Mauregato ocupara o trono de Galiza obrigando ao rei legítimo a fugir a Árava. Abd-el-Raman impom a Mauregato a obriga de lhe entregar anualmente, em conceito de tributo, cem donzelas cristás, cinqüenta nobres e cinqüenta «prebeas». O povo a seguir pretendeu abolir aquela vergonhenta vassalage. Na perspectiva de Vaamonde coubo-lhe aos Figueroa a glória de rematar com o tributo. Um dos Figueroa estava namorado de umha dama colhida no tributo e levada à Torre de Peito Formoso ou Burdel, que existia em Sarandós (actual Abegondo). Esta dama estava acompanhada de duas irmás do noivo. Este, junto com outros familiares e amigos, matam e fam fugir os mouros num

campo cheio de figueiras. «En lembraza d'esta fazaña, os cinco irmaos tomaron por armas cinco follas verdes de figueira sobre d'ouro e chámanse dende aquela Figueiroa». Vaamonde data o feito o 1 de Maio de 791. Os heróis eram Pedro, Sancho, Fernando, Suevo e Afonso, filho de Fernando Pérez de dona Maria Sánchez de Ulhoa, e netos de Joana Fernández (irmá do rei Afonso) e do conde Fernandes de Temes. As irmás dos heróis eram Memorana e Sancha. O próprio Vaamonde (vid. pág. 86) acaba duvidando da existência do tributo que pudo ter existido apenas na imaginaçom de D. Rodrigo e «na do vulgo iñorante d'aquela idade de ferro». Do que nom duvida Vaamonde é da Batalha das Figueiras. O campos das Figueiras no seu ver pode estar em Cachinhas (Valdoncel), em Sam Miguel de Figueiroa ou em Armunho (Lubre, concelho de Betanços).

É claro que Salinas partiu desta versom. Mas nom se limitou a respeitar a «história». Partindo daqueles feitos, certos ou nom, construiu Salinas a sua obra. As analogias com a descriçom de Vaamonde som contundentes e clarificadoras neste ponto.

Ao ocorrer a obra em pleno século VIII, ano 785, e dado o tipo de peça que pensou Salinas, nom estranha o facto de serem nobres e cavaleiros os protagonistas da mesma. Por primeira vez, na nossa literatura dramática nom som protagonistas os homes do povo, os labregos, os marinheiros.

Quanto às personages, devemos dizer que intervém um sentinela mouro que nom fala em toda a obra. Na última cena assistimos à maior congregaçom de actores. Intervenhem por vez primeira Mendo de Lema, pai de Sancha, o Abade da Mercê, Fernám Pérez. Osório e Lanzós já o figeram antes durante a busca da irmá do primeiro. A intervençom de Shuakin é breve: pretende os favores sexuais de Sancha e ao final é morto a maos de Eldona. Ainda devemos citar Bermudo, que é o escudeiro de Rodrigo e tem umha mínima relevância na obra. Intervenhem também fugazmente nobres, soldados, mouros e o povo.

6. *¡FILLA...!*

Coincidimos plenamente com Carvalho Calero quando afirma (vid. Carballo, 1981) que esta obra de Salinas é merecedora de um juízo benévolo. A obra, tradicional por estar escrita em verso (rimances, redondilhas e quartetas) e desenvolver-se num ambiente camponês, é moderna noutras questons. *¡Filla...!* (vid. Salinas, 1892), «coadro dramático de costumes gallegas n'un auto y-en verso» fora premiada no certame científico-literário-musical organizado no mês de agosto de 1892 pola Sociedade Económica de Amigos do País. O júri, que ditaminou em Madrid, estava formado por D. Manuel Pedregal (presidente), D. José Echegaray (vogal), D. Manuel del Palacio (vogal), D. Daniel Lôpez (vogal), D. Alfredo Vicenti Tey (vogal) e D. Carlos Ossorio y Gallardo (secretário). Ao final a obra foi impres-

sa na Corunha na Imprensa A. Gutenberg, Rua da Barreira, 19, em 1892. Na primeira ediçom aparece umha «adicaceón» em verso à «siñora Doña Rexina López de Riguera Montero» assinada polo autor o 15 de Outubro de 1892. Ao nosso ver trata-se da melhor obra de Salinas, com um conflito dramático bem desenhado, com umha problemática social e sentimental bastante atractiva.

A acçom ocorre na actualidade, no lugar de Xúbia «a legoa e medea» do Departamento Marítimo de Ferrol. A obra consta de dez cenas e é definida no seu remate como comédia se calhar polo seu final feliz. Na peça apresenta-se-nos a vida de Patrizo (e a sua irmá Xuliana), atormentado, viúvo, a quem lhe morreu um filho, e pai de umha filha, Maria, que tivera amores com um elegante e guapo «xefe d'os camiñeiros» e que ao se sentir embaraçada marcha da casa para evitar a desonra na família. O velho culpa a filha mesmo da morte da sua mulher, Margarida, e nom estaria disposto a recebê-la em caso de a filha voltar à casa, depois dos onze anos transcorridos. Xuliana, que reclama o perdom do velho, anuncia na primeira cena o futuro perdom com que remata a comédia. Rafael, o estudante, viu a Maria na Corunha, e numha trama em que conta com a colaboraçom de Xuliana e Pedro, um moço da aldeia de 33 anos, propom-se traer a Maria à casa paterna. Sabe entom o espectador que Maria trabalha de costureira na cidade e que lhe morreu o filho. Estando Maria já em Xúbia, Pedro propom-se trabalhar ao velho (Patrizo tem 65 anos) buscando o perdom para Maria.

A cena IV é das melhores da obra. Patrizo e Pedro botam umha partida de tute jogando-se um cadelinho. Mentres o velho atende a jogar, o moço fala doutros temas. Comunica-lhe que chegou com Rafael umha «madama» que vem pedir cartos para um «eigrexario ou convento» ao tempo que obriga a que o velho faga apologia do perdom e da caridade. Patrizo que parece ir entendendo di que hai «dilitos» que é impossível perdoar. Na cena VI entra Maria com Rafael. Ela fai umha defesa do galego e da pátria pequena onde aparece a ideologia regionalista de Salinas.

Maria conta a sua história adjudicando-lha a umha sua amiga. Patrizo nom concede o perdom reclamado, mas duvida: «a mente disme que sin/a boca fala que non/Y-o peito está enmodecido». Aqui aparece o conflito entre o mundo individual e a presom social. Patrizo se viver só perdoaria, mas declara nom poder «c'o desprezo d'as xentes»; no entanto si reclama o perdom de Deus a quem lhe pede a morte. Já na última cena dissolve-se o conflito. Maria, animada por Xuliana, Pedro e Rafael, aparece disposta a desvendar a sua verdadeira personalidade chamando-lhe «con tenreza» pai ao Patrizo, e pedindo-lhe a morte ou o perdom. Num primeiro momento Patrizo segue nas suas. Intercedem Xuliana e Rafael. Pedro conta entom a sua história: namorado de Maria, ao voltar do «sirvicio» procurou-na inutilmente. Mas agora perdoou-na e está disposto a levá-la ao altar.

Entóm o velho reage, reconhece a Maria chamando-lhe «¡FILLA... d'a--yalma...!» para ao final abraçá-la. Patrizo pede el perdom. Rafael e Xuliana oferecem-se como padrinhos dos noivos que a pedido de Patrizo vam morar na sua casa.

E para os que «marmularem» di Patrizo os últimos versos da comédia:

«A honra con o amor s'ampalma
Si con nobre aunegación
S'abaten co-a Relixión
As croels loitas d'a-yalma».

Mas a importância de esta obra de Salinas atinge também à sua encenaçom. A primeira vez que se representou *¡Filla...!* foi em Buenos Aires, o seis de outubro de 1894, polo Orfeón Centro Gallego. É claro que está por fazer um inventário do teatro galego fora da Galiza. A representaçom na Galiza foi todo um acontecimento de cujo desenvolvimento temos notícia por Leandro Carré, que foi um dos espectadores. Galo Salinas era o presidente, em 1903, da recém criada Escola Regional de Declamaçom polo actor Eduardo Sánchez Minho. Era a primeira instituiçom teatral do século XX. Segundo informa Carré (1931) formarom parte da Escola Consuelo Puga, Dores Losada, Maria e Júlia Anguita, Rey, Jambrina (posteriormente actor e director de companhia), Panisse, Sánchez, Lago, Naya, Torres, González, Tudela, Lens e Buch. Com *¡Filha...!* apresentou-se perante o público corunhês a Escola, no Teatro Principal, o dezaoito de Janeiro de 1903. Carré que teria daquela quinze anos descreve assi o sucesso da representaçom (vid. Carré, 1960):

«Don Galo Salinas foi chamado ao palco escénico e apraudido pol-o púbrico ao se romatar a representazón da comedia. O nobre empeño dos noveis actores, dirixidos por Eduardo Sánchez Minho que encarnóu o papel principal, facía realidade a creazón do Teatro galego... Eu parto de ¡Filla...! porque en realidade d'aquel feito, d'aquel grupo de rapaces, nascéu a ideia de alentar, de estimular a arte dramática rexional nun xeito intensivo, e realizaron en efeito un labor dino de louvor e lembranza».

Como se sabe, a Escola tivo umha vida pequena. O seguinte presidente foi Manuel Lugris de quem estreia *A ponte* o 18 de Julho do mesmo ano, *Minia* e *Mareiras*. Também levou ao palco o monólogo *Rentar de Castromil* de Evaristo Martelo Paumám.

Cremos poder afirmar que o 18 de Janeiro de 1903 fecha definitivamente o que poderíamos denominar a pré-história da dramaturgia galega, por umha parte, e o início, por outra, do teatro galego, do teatro galego contemporáneo. Mas essa data e a apariçom da Escola Regional de Declamaçom som processos conflitivos que no seu tempo desencadearom umha viva polémica em que se debatia a implantaçom do teatro galego, de um teatro redigido na língua de Pondal. Tenhamos presente que o teatro que na altura de 1903 se representava estava feito em espanhol, polo que a es-

treia de *¡Filla...!* é vista em círculos periodísticos e ideológicos como um atentado à supremacia do espanhol na cena até entom nunca questionada. No número 409 (de domingo, 18 de Janeiro de 1903) a *Revista Gallega* edita na sua página 1 um trabalho (escrito seguramente por Galo Salinas) intitulado «O Teatro gallego» em que se fai fincapé na importáncia histórica que pode ter a estreia de *¡Filla...!*

Lemos nesse artigo: «Esta noite debe ter lugar no teatro prencipal un acontecemento dos que sinalan con pedra branca na historia dos pobos. Un fato de rapaces, cobizando dar vida á literatura drámatica gallega, propuxéronse botal os cimentos ao teatro rexional, e representarán un cuadro dramático que outivo o premio nos Xogos Froraes celebrados en Pontevedra no ano 1892... ¡Filla...! foi posto en escena catro veces consecutivas en Buenos Aires no mes de Santiago do ano 1894, pol-a seución de decramación do «orfeón gallego» e o mais lisonxeiro éisito coroou a labor d'aqueles enxebres conterrás nosos. Aos entusiastas aficionados que tratan de propagar o teatro gallego, solamentres lles aconsellaremos que non vacilen no camiño nin lles acobarden os oustáculos, pois ao fin d'a xornada está a groria pra eles e pra Galicia que lles deberá a fundación do teatro rexional. Haxa artistas que dramaturgos hainos xa».

Parece claro que o teatro era considerado fundamentalmente representaçom. Era portanto a possibilidade de que funcionar um grupo de teatro, e nom outra cousa, o que ia a inaugurar e fundar o nosso teatro. Nom faltavam tanto textos teatrais que já os havia, mas actores, grupos de teatro. Neste mesmo número 409 edita-se o monólogo de Patrizo, nas páginas 4 e 5.

No n.º 410 da mesma revista (de 25 de janeiro de 1903) o próprio Salinas num artigo intitulado «¡Filla...!» constata o êxito da representaçom da sua obra. A concepçom da língua é um motivo chave. Trata-se de dignificar um idioma que estava amplamente desprestigiado. Trata-se de demonstrar que o galego nom é per se a causa do seu desuso e do seu desprestígio. Nesta perspectiva afirma Salinas, «O noso idioma rexional non é aquel bárbaro posto en uso por xentes ineducadas que o fan áspero e ridículo, se non que por natureza é dóce, armonioso ao par que viril y enérxico, se quen ó manexa coida de non sair do camiño trazado pol-a cultura literaria». Tem-se clara consciência de que o galego tem dous registos, um popular e vulgar, e outro culto cujas pautas som marcadas pola literatura. A seguir destaca Salinas as actuaçons dos actores, afeiçoados. «Lola Losada tivo ao seu cargo o difícil e sentimental papel de Maria, á coitada nena que peca por amor e á que rexenera o arripintimento... Maria Anguita González copiou perfeutamente á Xuliana... pois víase n-ela á bondadosa tia d'a infelis Maria, que tanto traballaba pra que a nena fose perdonada pol-o seu pai. O protagonista do drama Patrizo estivo ao cargo de D. Eduardo Sánchez Miño, e póidese asegurar que emulou aos grandes actores... outendo aprausos, non por ser moitos non menos merecidos. Todo en él foi dinidade e sintimento que se revelou na escramación ¡filla...! que lle sai do corazón

ao ver a aunegación de Pedro que perdona á pecadora xa ressenerada por once anos de sofrimento e ausencia da casa paterna. Fixo D. Bernardo Bermúdez Jambrina o papel de Pedro... e merece aprauso pol-o ben que o fixo... Rafael... foi moi ben reproducido por D. Federico Lago...». Convém nom esquecer que o grupo de actors que actuaram no Teatro Principal representaram obras em espanhol e em galego. Em espanhol *Por no llegar a tiempo* (joguete cómico) e *Robo en despoblado* (comédia). A nómina global de actores completa-se com os nomes de Consuelo Puga, Júlia Anguita González, Carlos Rey, Luis Panisse Serrano e Manuel Diaz Martínez. A representaçom da obra tivera amplo eco na imprensa.

La Voz de Galicia reconhece que a funçom do 18 de janeiro de 1903 tinha como objecto «allegar fondos para fundar una Escuela Regional de Declamación». Reconhece o jornal que «lo más atrayente de la velada» era a encenaçom de *¡Filla...!* e que o seu autor foi chamado várias vezes polo público quem lhe dispensara numerosos aplausos. *El Noroeste,* por sua parte, renitente a aquilo de que se figesse teatro galego propom que se opine sobre a conveniência ou nom de que tal cousa aconteça. «Sería cuando menos de oportunidad... hablar del teatro gallego, y —como quieren algunos— de su factible implantación en nuestro país». Quer dizer, os galegos (nacionalistas espanhóis) que controlam os meios de comunicaçom vem com certa preocupaçom a possibilidade de que tenha êxito o teatro em galego. A polémica estava servida. Mas *El Noroeste* nom nega a qualidade da obra de Dom Galo. «¡Filla...! es en su género lo mejor que ha producido hasta ahora la dramática gallega, como obra literaria y escénica cumple perfectamente sus fines y tiene todos aquellos requisitos necesarios para hacer aplaudir, ya que hay en ella personajes muy bien estudiados y sostenidos, escenas hábilmente desarrolladas y situaciones de gran fuerza dramática... (¡Filla...) es en cambio lo más saliente de cuantos se han impreso y llevado a la escena». Reconhece também o jornal que Salinas aclamado polo público dera dous vivas a Galiza. A funçom produzira 500 pesetas.

El Diario de La Coruña fai-se eco da representaçom e indica que os senhores Belho e Júlio González (de Blanco y Negro) tiraram várias fotografias do autor e actores da peça. *El Liberal Gallego* sintetiza numha sentença a sua visom da representaçom: «Los aficionados bien y el público satisfechísimo». A Salinas choveriam-lhe felicitaçons. Um tal M.J.S. envia-lhe «una preciosa y artística pluma y lapicero de oro» animando-o numha carta datada na Coruña o 22 de janeiro de 1903 a escrever mais teatro em galego. «Desprecie V. los ladridos de los gozquécillos si la envidia se les arroja al paso y cuente siempre con la simpatía de los amantes de esta gloriosa región».

A estreia de *¡Filla...!* tinha portanto detractores. *El Diario de La Coruña* arremete brutalmente contra o teatro galego e indica entre outras cousas: «Crear un teatro regional sin «tesis», como dicen los modernistas, parécenos nimio, porque si de parodiar a los catalanes se trata hay que fijarse

que aun allí, en donde èl espíritu regional está más vivo y más latente, no ha arraigado, a pesar de algunas obras de mérito». Noutro momento pergunta-se o jornal «¿Pretende llevarse al teatro la cuestión eterna de federaciones y descentralización?». Ainda *El Diario de La Coruña* di que se poderia tolear que houvesse assuntos galegos, que se estudassem os costumes galegos, que se levasse á cena a nosa história, tradiçom e lendas, mas fazendo falar ás personages na língua em que Cervantes escrevera o Quixote. Estas e outras argumentaçons reaccionárias, espanholistas e atentadoras ao iminente desenvolvimento de um teatro galego vam ser contestadas por Galo Salinas na *Revista Gallega,* no n.° 411 de 1 de fevereiro de 1903. Á primeira acusaçom responde Salinas de umha maneira inteligente e eficaz. Di Salinas que havendo cráneo sam «se generarán ideas, se propondrán tesis y se plantearán problemas». E a seguir indica: «Los gallegos también son susceptibles de pensar y de sentir, claro está que si se les antoja tener teatro propio en él habrá tesis, síntesis y antítesis para dar apariencias de verdad a la ficción escénica de toda producción dramática». A respeito do teatro catalám este encontra-se para Salinas em «estado pletórico» e remete para a sua Memória (1896) onde abordara a questom. A respeito das federaçons, o tema político, responde Salinas: «Esto no se contesta: el apreciarlo fuera reconocer fundamento en el aserto, y como es infantil e inocente hasta la candidez, no merece la pena de ser discutido: el coco sólo puede asustar a los niños». A reacçom espanholista teme que o teatro seja umha arma de propaganda ideológica, como quererám os membros das Irmandades da Fala. Por outra parte, todo teatro, o de Salinas e o de Cervantes, é ideológico. Salinas defende também o uso da língua galega no teatro: «Y nosotros respondemos magüer el parecer del cervantesco o cervantino articulista que, justamente por no ser Quijotes, lenguaje, acción, asunto e indumentaria, en lo que se ajuste al argumento de la obra, debe ser puesto en gallego, porque de no ser así resultaría un algo híbrido y anodino en pugna con el arte, con el buen gusto y con las tendencias y aspiraciones iniciadoras del teatro regional». Salinas indica também que a encenaçom de *¡Filla...!* vinhera demonstrar que «ya hay público que acepta, acata y aplaude la declamación gallega». E acaba afirmando: «De que todavía no se haya propagado nuestra dramática, tiene la culpa la falta de estímulo y de patriotismo de algunos descastados y pusilánimes; pero de ninguna manera la tiene el idioma... continuaremos luchando para la implantación del teatro gallego».

A polémica nom se fechara. Reata-se no n.° 412 da *Revista Gallega* de 8 de fevereiro de 1903. Publicam-se neste número um grupo de cartas de adesom a Salinas e favoráveis à implantaçom do teatro galego. Assinam essas cartas Victor Castro (redactor de *El Eco de Santiago),* Domingo Vilhar também de Santiago, Manuel Banet (desde Monforte) quem indica: «Si se pensa e se sinte en gallego ¿non s'ha atopar no gallego o medio mais adoito e natural de transmisión do pensamento?», Federico Macinheira (desde Or-

tigueira), Benito Fernández Alonso (da Comissom Provincial de Monumentos Históricos e Artísticos, Ourense) quem escreve «No saben que el gallego tiene abolengo más antiguo y que si la corte se hubiera fijado en Galicia como en Castilla, lo que es hoy dialecto, sería la lengua nacional de España, como, o mejor que se ha conservado en la hermana Portugal», Francisco Portela Pérez (que escreve, em galego, desde Pontevedra), J. Lombardia (desde Mondonhedo), Vítor de Silva (também desde Mondonhedo), Jesús Naya (que escreve em galego desde Viveiro), Rogélio Lois (desde Pontevedra), Waldo A. Ínsua (presidente do Centro Galego de Madrid), Gabriel Ferraté (desde Reus), Tomás Mirambell (desde Vigo) José Posse (desde Bilbao), Farruco Suárez Salgado (desde Santiago, e quem também se exprime em galego) e J. Bru (desde Barcelona) quem escreve «Lo teatre es una palanca poderosa para fer revivrer l'esperit del poble». Recebe Salinas também de outros literatos felicitaçons como do Marquês de Figueroa e de Vilar Ponte.

7. *BODAS DE OURO*

Nom participamos do desinteresse que tem provocado esta obra de Galo Salinas na crítica especializada. Carballo Calero (1981) incide na convencionalidade da mentalidade das personages e no seu afastamento da realidade aldeá. Nas linhas que se seguem procuraremos esclarecer aqueles aspectos que fam da obra de Salinas umha obra interessante, escrita num galego superior ao de peças precedentes, cheia de humor e escrita numha chave em que a passagem do tempo, a reafirmaçom do amor e a apologia da mocidade se vam converter em episódios fundamentais.

O primeiro que convém destacar é que desde que fora premiada *¡Filla...!* em 1892, até a estreia de *Bodas de ouro,* em 1921, mudaram muitas cousas no panorama geral da cultura galega. Grosso modo, e numha operaçom de síntese fazemos fincapé nos seguintes acontecimentos:

a) A Escola Regional de Declamaçom que, fundada polo actor Eduardo Sánchez Minho em 1903, tivera ao própio Galo Salinas como primeiro presidente.

b) A fundaçom, em 1905, da Academia Galega. De entre os quarenta académicos numerários fundadores podemos destacar a presença de Ramom Armada Teijeiro, Salvador Cabeça de Leom, Carré Aldao, Valentim Lamas Carvajal, Manuel Leiras Pulpeiro, António López Ferreiro, Manuel Lugris Freire, Manuel Martínez Murguia, Andrês Martínez Salazar, Eduardo Pondal Abente e Jesús Rodríguez López, entre outros.

c) A criaçom dos nossos coros populares, que foi determinante para o desenvolvimento do teatro galego. Em 1915 aparece «Toxos e Froles» de Ferrol, ao ano seguinte Coral de Ruada, em Ourense, e Cántigas da Terra,

na Corunha. Outros coros importantes foram «Os Enxebres», de Ourense, a Agrupaçom Artística de Vigo, e Foliadas e Cántigas de Pontevedra.

d) Ramom Cabanilhas iniciara a sua fundamental obra lírica publicando *No desterro* (1913), *Vento mareiro* (1915), *Da terra asoballada* (1917).

e) O teatro galego tinha incrementado o seu repertório com as achegas de Vilar Ponte, Porto Rei, Alfredo Nam de Alhariz, Avelino Rodríguez Elías, Xavier Montero, Armada Teijeiro, o próprio Lugris, Nicolás de las Llanderas, Heliodoro Gastañaduri, Luis Otero Pimentel, Dores del Rio, Jesus Rodríguez López, Eugénio Charlon e Manuel Sánchez Hermida, Ricardo Frade, Carré Alvarelhos, Cabeça de Leom, Carré Aldao, Higínio Ameixeiras, Labarta Pose, Emiliano Balás, Jesus Sam Luís, Xavier Prado, José Pérez, Manuel Vázquez, Rogélio Riveiro, Telesforo Sestelo, Xavier Soto, Jacobe Casal, Fernando Osório, Manuel Comelhas, Francisco Álvarez de Nódoa, o próprio Cabanilhas, Celestino García, Suárez Pedreira, Jaime Quintanilha, Rogélio Civeia.

f) No mesmo ano que se estreia a obra de Salinas, *Bodas de ouro,* assistimos á encenaçom ou impressom de *Alén,* de Quintanilha, *O corazón dun pedáneo,* de Carré Alvarelhos, e deste mesmo autor *Rexurdimento, A tentación* e *Macias o namorado, A Man de Santiña,* de Cabanilhas, diversas peças de Charlom e Hermida, *O orfo do mar,* de Urbano R. Moledo, *Maria Rosa,* de López Abente e *Rosiña* de Jesus Sam Luís Romero.

g) Em 1916 fundam-se na Corunha as Irmandades da Fala. Entre os primeiros em aderirem a esta organizaçom achamos bastantes gentes do teatro. A Irmandade corunhesa criara o Conservatório Nacional de Arte Galega que se apresenta perante o público com a comédia de Cabanilhas *A man de Santiña,* escrita polo autor de *Na noite estrelecida* por mandado de Vilar Ponte. Como se sabe, o movimento das Irmandades daria pé á celebraçom de diversas assembleias em que se formulara por vez primeira o nacionalismo galego.

O Conservatório actuou por primeira vez o 22 de abril de 1919. A partir de 1922 este Conservatório actuaria sob o nome de Escola Dramática Galega, e até 1926, tendo por director a D. Leandro Carré.

h) Em 1920 tinha lugar outro importante acontecimento cultural: o 30 de outubro vinha a lume em Ourense o primeiro número da revista *Nós.* Nesse número Vicente Risco figura como director. Xavier Prado Lameiro como redactor-chefe. E na equipa de redacçom estám Cabanilhas, Castelao, Losada, Otero e Cuevilhas.

O regionalismo, que Salinas encarna perfeitamente, morria. O nacionalismo começava o seu caminhar. O teatro galego tinha dado passos decissivos. Um novo rexurdimento ia gravitar sobre o panorama cutlural galego. Salinas, velho, voltara de Madrid. Cántigas da Terra representara já *Sabela* e *Copas e Bastos.*

A obra *Bodas de ouro* (vid. Salinas, 1921) subtitula-se «diálogo festivo pra actriz e actor de caráute» e foi encenada por umha secçom do quadro dramático do coro Cántiga da Terra o 17 de junho de 1921 para inaugurar o «teatro da natureza» assi chamado por celebrar-se ao ar livre a representaçom.

No diálogo intervenhem duas «persoaxes» Mari Pepa, também chamada Maria, Xosé Maria, Xosé, que tenhem 68 anos ela, e 70, ele. A acçom tem lugar um sábado, 19 de Sam Joám de 1920. O dia seguinte cumprirá o casal o cinqüenta aniversário do seu casamento: as bodas de ouro. O cenário é o tipicamente rural: curral, corte, alpendre, bancos de pedra e madeira, cadeiras modestas, um poço e um lavadoiro. A obra está estruturada num único acto e nunha única cena. Quando começa som as seis «da sera». A obra reduze-se a um diálogo entre os dous velhos. Desde as primeiras intervençons dos protagonistas nota-se a intençom cómica que animou ao autor. Aparece o velho numha burra mentres a sua mulher anda na roupa cantando e falando.

Num diálogo vivo e dinámico o velho explica os motivos da sua tardança e os cómicos sucessos que lhe ocorreram na sua viage à Corunha. As referências espaciais som sempre à Corunha (o mercado do Campo da Lenha, a pousada de Santa Catarina, a Rua Real, un cinema) e a sua área metropolitana (Eiris, Portage, Almeiras, Cambre). O velho conta em primeiro lugar dos couces que lhe deu a burra por mor de ver-se atraída por um burro. Fora à metrópole a «pagar a contribuzón e traguer unhas cousas da Comparativa» mas achou ao compadre Fuco de Taboada e foi com ele de vinhos, tapas de «callos» com chouriços, o café, a copa de «coñaque», o cigarro puro «untado de ron» e ao final o cinema. Xosé Maria conta à sua senhora o que viu no cinema: mortes, accidentes, incêndios, aforcados, mulheres ensinando todo, fumando e bailando o «tangano».

Todo isto dito de jeito humorístico e provocando a surpresa e o pánico em Mari Pepa. Esta conta também as novidades acontecidas no povo, em Almeiras. O filho de Brandaris capeando umha vaca recebeu umha tremenda cornada: «fixolle un furado que lle entra unha mazaroca de mainzo con barbas e cañoto». A seguir lembram-se de que vam celebrar as bodas de ouro e acordam os tempos de noivado, os dous filhos que lhes morreram, para louvarem a mocidade, símbolo de alegría e fortaleza, e o amor que ainda une as vidas dos dous patrons. Já no fim do pequeno diálogo escuita-se a troula dum grupo de moços que vam para a festa de Cambre. O velho reclama a presença dos moços «pra que penetren ares de xuventude, d'esa xuventude que será tromentosa e rebelde, pro que non ten dobreces nin perfidias, porque toda ela é alma e corazón». Maria agradece a presença dos rapazes, portadores da alegria que banhe essas bodas de ouro. O velho convida à mulher a bailar entre vivas a Almeiras, a Cambre e a Galiza «que é a nai». Mas os velhos nom podem bailar. Assi remata a obra:

«MARIA. ¡Fóisenos o noso tempo!
XOSÉ. ¡Miña Mari, Pepa...!
MARIA. ¡Meu Xosé Maria...!
Cae o pano a modiño.

Fin do diálogo».

Já dixemos que a obra fora estreada na noite do 17 de junho de 1921. O lugar da representaçom foi o antigo teatro Linares Rivas da Corunha. Os actores em questom foram Orlinda Rey e Manuel Lemus, ambos do coro Cántigas da Terra. O 25 do mesmo mês, o diálogo foi encenado em Carvalho, na capital de Bergantinhos. E o 24 de julho em Cambre para fundar e inaugurar o teatro da natureza. O 28 de agosto volveu-se a representar em Mondariz.

Os jornais da época figeram-se eco da representaçom de Cambre. Assi *El Orzán* (26-VII-1921) indica que a representaçom tivo lugar no souto de Outeiro, no caminho de Cela, organizada por Cántigas da Terra quem figera umha excursom desde a Corunha. *El Noroeste* (26-VII-1921) destaca o êxito da representaçom: «Agradó mucho a todos el ingenioso diálogo del señor Salinas, siendo muy aplaudido». *El Ideal Gallego* (26-VII-1921) fala da presença do alcalde, Dom Joaquim Balado, do secretário do concelho, Dom José Rilo, e do cura-párroco Don Júlio Mengotti, todos eles foram receber a expediçom corunhesa que viajara por via ferroviária. Depois da obra Salinas, indica *El Ideal Gallego,* leu poemas saudando a Cambre seguidos por «ovaciones estruendosas» por parte do público. Executarom-se também cantos «regionales» a cargo de gentes do coro, «vistiendo todos ellos el típico traje del país». Pola sua parte, *La Voz de Galicia,* fala também de êxito e situa a representaçom nas onze da manhá.

BIBLIOGRAFIA

CARRÉ ALDAO, Eugenio (1903): *La literatura gallega en el siglo XIX. Seguida de una antología y apéndices.* Librería Regional de Carré, A Corunha. Veja-se sobretodo a página 40.

CARRÉ, Leandro (1931): *«Apontamentos para a historia do teatro galego»,* in *Boletín de la Real Academia Gallega,* ano XXVI, n.º 235-240, A Corunha, pp. 213-224.

CARRÉ, Leandro (1960): «Literatura galega. Teatro», in *Céltica, caderno de estudos galaico-portugueses,* Porto, pp. 166-174.

CARBALLO CALERO, Ricardo (1981): *Historia da literatura galega contemporánea. 1808-1936,* 3.ª ed., Galáxia, Vigo.

COUCEIRO FREIJOMIL, Antonio (1954): *Diccionario bio-bibliográfico de escritores,* vol. III, P-Z, pp. 284-285, Santiago de Compostela.

SALINAS, Galo (1891): *A torre de peito burdelo.* Laoreado drama hestórico-gallego, n'un auto y-en verso esquirto n'o idioma rexional, precedido d'unha carta-prólogo d'o deputado literato Excmo. Sr. Marqués de Figueroa. Imprenta e Estereotipia de V. Abad, San Nicolás, 28, A Corunha.

SALINAS, Galo (1892): *El regionalismo gallego. Estudio social,* A Corunha.

SALINAS, Galo (1892): *¡Filla...!* Coadro dramático de costumes galegas n'un auto y-en verso premeado n'o certame científico-literareo-musical celebrado en Pontevedrá n'o mes d'agosto 1892, pol-a patreótica Sociedad Económica d'amigos d'o país. Imprenta A Gutenberg, Rua d'a Barreira, núm. 19, A Corunha.

SALINAS, Galo (1896): *Memoria acerca de la dramática gallega. Causas de su poco desarrollo é influencia que en el mismo puede ejercer el regionalismo,* Imprenta y Librería de Eugenio Carré, A Corunha.

SALINAS, Galo (1921): *Dramática gallega. Bodas de Ouro.* Diálogo festivo pra actriz e actor de caráute, escrito n'a fala gallega, con cuya obra iniciouse en Galicia o Teatro da Naturaleza. Imprenta Obreira, Socorro, 3, A Corunha.

VAAMONDE, Florencio (1898): *Resume da historia de Galicia.* Emprenta e Libreiria de Carré, Rua Real, n.° 30, A Corunha.

Umha escala de atitudes perante o uso da língua

Por José Ángelo CRISTOVO ANGUEIRA
Membro da Comissom Sociolingüística
da Asociaçom Galega da Língua *

1. INTRODUÇOM

A língua galega ou portuguesa é umha língua de civilizaçom, como J.M. Sánchez Carrión indica (1987, p. 77), pois ademais de ser nacional no Estado Português, , é-o também no Brasil e outros Estados de África. As dimensons do conflito lingüístico na Galiza espanhola nom som idênticas ás de Euskádi ou Catalunha, pois estas últimas nom contam com um Estado em que a sua língua seja oficial.

Mas há certos factores, entre os que destaca o *escasso desenvolvimento ideológico do nacionalismo galego,* que fazem que a Galiza Norte se comporte como se de umha comunidade lingüística e nacional isolada se tratasse. Nom é preciso demonstrar que o isolacionismo é um dos eixos da política espanhola a respeito das comunidades lingüísticas nom hispánicas.

A galega é, pois, umha situaçom peculiar, em que umha língua nacional é forçada a actuar como língua dialectal.

1.1. Situaçom e objecto a estudar

Em diversos estudos sobre atitudes lingüísticas têm-se medido os factores *instrumental e integrativo* (Hofman, J.E., 1985, ou Hidalgo, M., 1984, 1986, num contexto cultural mais próximo); de *mantenimento e cámbio lin-*

---

* Este trabalho forma parte de umha investigaçom cujos primeiros resultados foram apresentados no II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Foi revisto e assumido pola Comissom Sociolingüística, integrada polas seguintes pessoas: Isaac Alonso Estraviz, Ângelo José Brea Hernández, M.ª do Carmo Cozinha Cozinha, José Ângelo Cristovo Angueira, Francisco Dubert García, Pedro Fernández Velho, António Pedro Gil Hernández, Emílio Insua Lôpez, José Antonio Lozano Garcia, Isidoro Padim Cortegoso, Bernardo Penabade Rei, Yolanda Rodrigues Aldrei, Alvaro Jaime Vidal Boução, Xavier Vilhar Trilho.
Devo agradecer aos professores Agustim Godás e Glória Seoane, da Universidade de Santiago de Compostela, a sua colaboraçom na análise e interpretaçom dos resultados.
Para qualquer comunicaçom com o autor ou com a Comissom Sociolingüística da AGAL, escrever para:
Apartado 28 - 15900 Padrom, CORUNHA - *GALIZA* (SPAIN)
Umha versom reduzida deste trabalho foi apresentada no «II Congreso Nacional de Psicología Social», celebrado em Alacant, em Abril de 1988.

güísticos (Hofman, J.E. e Cais, J., 1984), e outros. Sem desconsiderar o interesse de conhecernos o grau em que a populaçom associa as línguas em conflito aos valores instrumental e integrativo, ou em que medida se dam atitudes favoráveis ao mantenimento e cámbio lingüísticos, entendemos necessário estabelecer os factores específicos na Galiza Norte, de acordo com outras dimensons que supúnhamos relevantes, a que ao final se comprovou que o som.

Fagamos umhas consideraçons:

Na nossa Comunidade lingüística, o português acha-se numha clara situaçom de inferioridade social e legal; tem um uso dialectal e vê ameaçada a sua sobrevivência na comunidade polo progresso do espanhol, que é a língua da nacionalizaçom dominante (Cristovo Angueira, J.A., 1987).

No espaço político espanhol, o tratamento legal das línguas em questom (Espanhol por umha parte, e Português, Catalám e Euskara por outro), mantém-se invariavelmente desigual e discriminatório, tal como adiantara a *Declaraçom de Pamplona* de 1983 (O ENSINO, N.° 11-12-13, 1985, pp. 145-146). A recente sentença do Tribunal Constitucional espanhol, legalizando a desigualdade a respeito da obrigatoriedade de conhecer as «línguas oficiais» nas respectivas Comunidades Autónomas, *é um claro sinal de umha firme decisom de eliminar as comunidades lingüísticas nom hispánicas;* evidencia mais umha vez o denominado «talante reaccionariamente moderno» do Estado Espanhol, e faz-nos prever um dilatado período de conflitos lingüísticos.

Na Galiza espanhola pois, *o problema social relevante e estudar é a própria permanência de umha das duas línguas em conflito.* Porém, as atitudes lingüísticas nom foram estudadas aquí desde esta perspectiva. Os estudos feitos até ao momento só abarcam sectores específicos como o do ensino, e umha revisom das publicaçons tiradas até a actualidade, revela-nos a falta de instrumentos de medida adequados (Padim Cortegoso, I., 1987).

Nesta comunicaçom oferecemos resultados dos trabalhos realizados até ao momento para a construçom de umha escala de atitudes perante o uso da língua galega.

2. OBJECTIVOS

O objectivo principal foi o conhecimento dos factores relevantes das atitudes perante o uso da língua, e a posterior construçom de umha escala aplicável ao território da Comunidade Autónoma Galega, que nos permita predizer que indivíduos e grupos som favoráveis ou contrários ao seu uso. Pretendeu-se introduzir na escala items, positivos e negativos, que representassem as seguintes dimensons que considerávamos relevantes: Atitude Geral perante a língua, Avaliaçom e Atitude perante o Uso, em ámbitos que fossem desde os mais aos menos institucionalizados.

3. METODOLOGIA

3.1. Estudo prévio

Elaborou-se umha escala de atitudes tipo Likert composta por 40 items *(Escala 1),* correspondentes às dimensons anteriormente expostas, e aplicou-se no mês de Abril de 1987 a umha amostra da província da Corunha, nom representativa. na aplicaçom oferecia-se aos sujeitos a possibilidade de eleger entre a redacçom portuguesa e a espanhola.

A aplicaçom foi realizada por membros da Comissom Sociolingüística da Associaçom Galega da Língua (AGAL), e por estudantes de 3.° e 4.° curso de Psicologia da Universidade de Santiago de Compostela.

A análise factorial indicou a existência de *9 factores,* que explicam em conjunto umha proporçom de variáncia de 65.89%, tal como indica a tabela seguinte. O problema mais importante achado aqui fora, além do grande número de factores, a escassa coerência de alguns deles.

FACTOR	PROPORÇOM ACUMULADA DE VARIÁNCIA
1	33.80
2	42.41
3	47.19
4	51.10
5	54.51
6	57.69
7	60.54
8	63.27
9	65.89 %

3.2. Investigaçom principal

Umha vez analisados os resultados alguns items foram eliminados, outros ficaram baixo outra redacçom e introduzidos alguns novos, ficando a escala reduzida a 30 items *(Escala 2).* O objectivo aqui foi melhorar a escala de atitudes sem diminuir a variáncia explicada.

3.2.1. Mostragem

Pretendeu-se eleger umha amostra representativa. Consideraram-se variáveis principais as seguintes: Sexo, idade, residência, e nível de estudos.

O tipo de mostragem realizado foi provabilístico, aleatório estratificado e proporcional quanto aos estratos. os dados utilizados foram os publicados polo Instituto Nacional de Estatística espanhol no ano 1981, referidos à populaçom «de direito» da província de Corunha.

A amostra compunham-na 100 sujeitos segundo os seguintes estratos e sub-estratos:

SEXO

Homens....	47
Mulheres...	53

IDADE

15 a 24	20
25 a 34	18
35 a 54	33
55 e mais ..	29

NÍVEL DE ESTUDOS

Sem estudos.....	43
Estudos primários	44
Estudos secundários...	7
Estudos terciários.....	6

RESIDÊNCIA

Rural	57
Intermédia	10
Urbana	33

Outra variável introduzida nesta análise é a resposta dos sujeitos a umha das perguntas do questionário escrito aplicado junto com a escala de atitudes.

RESPOSTA AO ITEM: QUE PREFERIRIA QUE SE FALASSE NO FUTURO NA GALIZA?

Só em espanhol	5
Mais em espanhol que em galego.....	9
Por igual nas duas línguas.....	33
Mais em galego que em espanhol.....	24
Só em galego	29

3.2.2. **Instrumentos**

A escala foi aplicada como parte de umha entrevista composta por três instrumentos de medida, que por ordem de aplicaçom foram os seguintes: Um *questionário oral* (a cobrir polo entrevistador); a *escala de altitudes* e um *questionário escrito* (a cobrir polo entrevistado), que somavam um total de 118 perguntas. Um quarto instrumento consistiu num *informe* de diversos aspectos da entrevista.

Na escala de atitudes, tipo Likert, o rango de respostas ia de 1 a 5, segundo o seguinte ordem:

1: Muito de acordo; 2: Algo de acordo; 3: Indiferente; 4: Algo em desacordo; 5: Muito em desacordo.

Nas indicaçons da escala instruia-se aos sujeitos sobre o modo de responder. Do total de items, 15 expressavam umha atitude favorável, e 15

umha atitude desfavorável ao galego, de modo que os sujeitos deviam indicar o seu grau de acordo ou desacordo com os items ou reactivos que se lhe apresentavam.

O ordem de apresentaçom dos items elegeu-se ao azar. A redacçom foi escrita a máquina. Entregava-se ao sujeito umha fotocópia, que devia cobrir em presença do entrevistador.

3.2.3. **Aplicaçom**

As entrevistas foram aplicadas por umha equipa de colaboraçom integrada por membros da Comissom Sociolingüística da AGAL, e por estudantes de 3.° e 4.° curso de Psicologia da Universidade de Santiago de Compostela.

O período de aplicaçom foi o comprendido entre os dias 28 de Julho e 4 de Setembro de 1987.

A língua utilizada oralmente polos entrevistadores foi em quase todos os casos o português. Os instrumentos foram redigidos em português, segundo a normativa da AGAL publicada em 1985. Para a escala de atitudes oferecia-se também a redacçom em espanhol, segundo a normativa da Real Academia Espanhola. Os entrevistados utilizaram sempre por escrito, das duas línguas, aquela que solicitaram.

4. **RESULTADOS**

As análises foram realizadas por computador, no Centro de Cálculo da Universidade de Santiago de Compostela, mediante a aplicaçom dos seguintes sub-programas do paquete estatístico *BMDP: 4M* (análise factorial), com extracçom de componentes principais e rotaçons varimax e oblíqua. A mesma análise factorial foi verificada tambén com o programa *SPSS* para computadores pessoais, obtendo resultados equivalentes; *2D* (Análise descritiva); *3D* (Prova T de Student). Os resultados oferecidos aqui som um extracto dos obtidos com o BMDP.

4.1. **Análise factorial**

A análise factorial da Escala 2 indica a existência de *6 factores integrados por 26 items que explicam em conjunto umha variância de 65.32%,* o que supoe umha perda de só um 0.57% a respeito dos 9 factores da Escala 1; 4 items ficam desconsiderados por nom correlacionar suficientemente (menos de 0.5) com nenhum factor. Na tabela que se expoe a continuaçom observa-se que o primeiro factor é com muito o mais importante, pois explica o 39.47% da variância, ficando os outros a muita distância do primeiro. A denominaçom dos factores é provisória, e sujeita a modificaçons de acordo com ulteriores análises.

VARIÁNCIA EXPLICADA

	FACTORES	VAR. EXPL. (%)	PROPORÇOM ACUMULADA VAR. (%)
N	Nacional	39.47	39.47
S	Social	7.85	47.32
E	Excluínte	5.44	52.76
R	Restritivo	4.50	57.26
I	Individual	4.31	61.57
D	Desidentificativo	3.75	65.32

Os items agrupam-se em factores segundo duas dimensons relevantes: *positividade-negatividade* (atitude positiva ou negativa), segundo a que temos os factores positivos: Nacional, Social e Individual, e negativos: Excluínte, Restritivo e Desidentificativo, e *nível de institucionalizaçom;* alta institucionalizaçom: Nacional e Excluínte; baixa institucionalizaçom: Social e Restritivo. *A descriçom dos factores é a seguinte:*

Factor 1: Nacional

Está composto por 7 items positivos e 1 negativo. O factor expressa claramente umha atitude favorável ao uso naqueles ámbitos mais institucionalizados em que nom se usa actualmente (bancos e caixas de aforro, artigos dos comércios, educaçom dos filhos, periódicos diários, etc.), e umha vontade de normalizar a língua que converte em inecessário ao espanhol (galego como única língua oficial, dever de falar sempre em galego). Expressa umha situaçom social de falta de uso e umha atitude favorável em certo senso a usar o galego como língua nacional. Relaciona-se positivamente com os factores S e I e negativamente com os factores E e R.

CORRELAÇOM ITEM (1)

0.750	27 +	Os impressos de Bancos e Caixas de Aforro deveriam estar em galego.
0.741	15 +	Os artigos que compramos nos comércios deveriam levar o seu nome em galego.
0.689	30 +	Parece-me bem educar os filhos unicamente em galego.
0.604	7 +	Todos os periódicos diários deveriam editar-se em galego.
0.588	24 +	A única língua oficial da Galiza deve ser o galego.
0.559	13 +	Os alcaides deveriam falar sempre em galego.
0554	26 +	Sempre devo falar em galego.
—0.515	28—	Nom vale a pena que os partidos políticos defendam o galego.

(1) Correlaçom do item com o factor em que se inclui; número de ordem na escala e signo positivo ou negativo do item.

Factor 2: Social

Está composto por 4 items positivos. A atitude que expressa é de tipo voluntarista: Refere-se à necessidade de usar na Junta de Galiza só o galego, à eventualidade de assistir a aulas de galego, e expressa a importância e a necessidade de preocupaçom pola língua. As expressons dos items exceptuando quiça o referente à Junta da Galiza, assemelham-se ao tipo de discurso possibilista que se difunde desde os poderes institucionais. Relaciona-se positivamente com os factores N e I, e negativamente com os factores E e R.

CORRELAÇOM	ITEM	
0.836	5+	Na «Xunta de Galicia» deveria-se usar sempre o galego.
0.791	10+	É muito importante saber bem o galego.
0.716	2+	Deveriamo-nos preocupar mais polo galego.
0.626	12+	Se tivesse umha ocasiom, assistiria a aulas de galego.

Factor 3: Excluinte

Está composto por 6 items negativos, que expressam umha atitude claramente contrária à língua, pois referem-se à sua exclusom dos ámbitos mais institucionalizados: (ensino, documentos oficiais, juízos, etc.), e umha desacreditaçom global da mesma, cuja perda nom seria importante. Relaciona-se positivamente com o factor R, e negativamente com os factores N e S.

CORRELAÇOM	ITEM	
0.718	11—	A disciplina de galego nom deveria ser obrigatória no ensino.
0.672	25—	Nom todas as emissoras de rádio deveriam utilizar o galego.
0.656	17—	Nom se perderia nada se desaparecesse o galego.
0.585	6—	Creio que o galego nom deve usar-se nos documentos oficiais.
0.564	9—	Nom está bem que os juízos se celebrem em galego.
0.552	21—	O galego nom pode chegar ao mesmo nível que outras línguas.

Factor 4: Restritivo

Está composto por 5 items negativos, que expressam umha atitude contrária ao uso em certos ámbitos menos institucionalizados (rótulos de ruas e estradas, livros de texto, interacçom com desconhecidos), e de desacreditaçom geral (tem pouco valor e nom é necessária). Relaciona-se positivamente com o factor E, e negativamente com os factores N e S.

CORRELAÇOM ITEM

0.777	23—	Os rótulos das ruas e das estradas nom deveriam estar escritos em galego.
0.686	18—	Mais importante que o galego é saber algumha outra língua.
0.633	20—	Creio que nom devemos dirigir-nos em galego a aqueles que nom conhecemos.
0.565	8—	Nom se necessita o galego porque já temos o espanhol.
0.545	14—	Os livros de texto para a escola nom deveriam estar escritos em galego.

Factor 5: Individual

Está composto por 2 items positivos, referidos ao uso em interacçom individual e na casa própria. Relaciona-se positivamente com os factores N e S, e negativamente com o R, sendo insignificante a relaçom com os factores E e D.

CORRELAÇOM ITEM

0.715	16+	Eu prefiro que na casa se fale sempre em galego.
0.633	22+	Deve-se falar em galego a umha pessoa que nom o está falando, se sabemos que o compreende.

Factor 6: Desidentificativo

Composto por 1 item negativo, expressa a inexistência de relaçom entre o uso oral do galego, e o sentimento da galeguidade. A relaçom com os outros factores é muito pequena.

CORRELAÇOM ITEM

0.832	3+	Nom é necessário falar galego para se sentir galego.

Nom correlacionam suficientemente com nenhum factor (menos de 0.5)

ITEM

1+	O galego serve para falar em qualquer lugar e de qualquer tema.
19+	Creio que as cerimónias e o referente á religiom deveria fazer-se em galego.
29—	Nos actos públicos como conferências, charlas, etc., nom se deveria falar em galego.
4—	Todo este assunto do galego é umha moda que passará tarde ou cedo.

CONVARIÁNCIA ENTRE OS FACTORES

Obtivo-se com a rotaçom oblíqua. Observe-se como os factores de igual signo (N, S, I por umha parte, e E, R por outra) covariam positivamente entre si. A covariáncia do factor D com os demais, ainda que escassa, é inversa à esperada, excepto com o factor I. Os quatro primeiros factores parecem formar um sub-conjunto diferenciado. Os factores I e D parecem formar sub-conjuntos respectivos. Esta afirmaçom é mais evidente no factor D.

A interpretaçom das pontuaçons é a seguinte: os individuos (a favor ou em contra do uso da língua) têm respostas semelhantes nos items de dous factores que covariam negativamente, os indivíduos mostram-se a favor dos items de um e em contra dos items do outro.

Isto significa por exemplo que, como média, a resposta dos indivíduos (e generalizando, a atitude da populaçom) perante os factores Nacional e Social é maximamente semelhante (0.435). Tambén nos indica que os factores N e S, enquanto expressam objectos e situaçons sociais susceptíveis de uso lingüístico, formam parte do universo das representaçons cognitivas atitudinais dos indivíduos e da populaçom, como *próximos* (mas nom tanto como para os confundir).

A máxima covariáncia negativa dá-se entre os factores Nacional e Excluínte. Os indivíduos que respondam favoravelmente aos items do factor N responderám desfavoravelmente aos items do factor E. Os factores N e E forman parte do universo das representaçons cognitivas atitudinais dos indivíduos e da populaçom como *opostos.* Quanto mais a favor está um indivíduo dos items do factor N, mais em contra está dos items do factor E. Este sería o caso de umha pessoa com atitude favorável ao uso da língua. No caso de umha configuraçom de respostas oposta, a atitude seria desfavorável ao uso da língua.

A relaçom mínima encontra-se entre as respostas aos items do factor D e aos dos demais factores. Logicamente, a covariáncia de cada factor com si próprio é perfeita.

	FACTOR N	FACTOR S	FACTOR E	FACTOR R	FACTOR I	FACTOR D
FACTOR N	1.000					
FACTOR S	0.435	1.000				
FACTOR E	—0,409	—0.303	1.000			
FACTOR R	—0.402	—0.280	0.364	1.000		
FACTOR I	0.207	0.219	—0.008	—0.105	1.000	
FACTOR D	0.092	0.031	—0.042	—0.094	—0.025	1.000

4.2. **Análise descritiva**

Consideramos aqui só as pontuaçons factoriais típicas (2) dos grupos da amostra, e as diferenças significativas entre os grupos (erro inferior ao 5%).

4.2.1. **Sexo**

As pontuaçons factoriais dos dous grupos, homem e mulher, som cercanas a 0, e nom há diferenças significativas entre eles a respeito de nenhum factor (mas sim pode havê-las em determinados items).

PONTUAÇONS FACTORIAIS

NACIONAL

GRUPO	MEDIA
Mulher . . .	0.0271
Homem . .	—0.0306

SOCIAL

GRUPO	MEDIA
Mulher . . .	0.0585
Homem . .	—0.0660

INDIVIDUAL

GRUPO	MEDIA
Homem . .	0.0790
Mulher . . .	—0.0701

EXCLUÍNTE

GRUPO	MEDIA
Mulher . . .	0.0197
Homem . .	—0.0222

RESTRITIVO.

GRUPO	MEDIA
Homem . .	0.0195
Mulher . . .	—0.0173

DESIDENTIFICATIVO

GRUPO	MEDIA
Mulher . . .	0.0424
Homem . .	—0.0478

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

4.2.2. **Idade**

O grupo de *25 a 34 anos* alcança as maiores pontuaçons nos factores positivos: algo favorável aos factores Nacional e Individual, e ligeiramente a favor do Social. É indiferente aos factores Excluínte e Restritivo, e ligeiramente em contra do Desidentificativo. *Apesar de que alcança as pontuaçons mais favoráveis aos uso da língua, nom se diferencia significativamente dos grupos de 35 a 54 e de 55 e mais anos.*

---

(2) INTERPRETAÇOM DAS PONTUAÇONS TIPICAS:
As pontuaçons positivas (+) representam umha atitude favorável ao factor, e as negativas (—), contrária ao factor. A pontuaçom média é O. A interpretaçom a respeito da língua é, pois, directa nos factores positivos (N, S e I), e inversa nos factores negativos (E, R e D), segundo a seguinte escala:

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

O grupo de *15 a 24 anos* mostra-se ligeiramente em contra dos factores positivos Nacional e Individual, indiferente ou neutro perante o Social, e algo em contra dos três factores negativos, especialmente do Restritivo. É importante observar que *os mais jovens nom estám a favor de usar a língua, mas sim de a «proteger».*

O grupo de *35 a 54 anos* apresenta-se indiferente ou neutro perante os factores Nacional, Social Excluínte. E ligeiramente favorável aos factores Individual e à desidentificaçom, e algo favorável ao restriçom. *Este grupo é, pois, moderadamente contrário ao uso da língua.*

O grupo de 55 e mais anos alcança as pontuaçons mais contrárias aos factores positivos, e ligeiramente favoráveis aos factores negativos. E o mais contrário ao uso da língua.

As diferenças significativas produzem-se entre o grupo de 15 a 24 anos, com os grupos de 35 a 54 e 55 e mais anos, no factor Restritivo. Com o grupo de 35 a 54 anos na desidentificaçom, e com o de 55 e mais no factor Excluínte.

Assim pois, pode estabelecer-se umha diferença entre os demais grupos e o de 15 a 24 anos, mas *nom se pode dizer que este grupo tenha umha atitude favorável ao uso da língua, por muito que se proponha protegê-la.*

PONTUAÇONS FACTORIAIS

NACIONAL

GRUPO	MÉDIA
25 a 34	0.3156
35 a 54	0.0556
15 a 24	—0.1105
55 e M.	—0.1829

SOCIAL

GRUPO	MÉDIA
25 a 34	0.1471
35 a 54	0.0880
15 a 24	0.0344
55 e M.	—0.2151

INDIVIDUAL

GRUPO	MÉDIA
25 a 34	0.3013
55 e M.	0.1963
15 a 24	—0.1312
35 a 54	—0.2573

EXCLUÍNTE

GRUPO	MÉDIA
55 e M.	0.1700
35 a 54	0.0683
25 a 34	—0.0659
15 a 24	—0.2999

RESTRITIVO

GRUPO	MÉDIA
35 a 54	0.3228
55 e M.	0.1621
25 a 34	—0.0582
15 a 24	—0.7153

DESIDENTIFICATIVO

GRUPO	MÉDIA
35 a 54	0.2158
55 e M.	0.0997
25 a 34	—0.1269
15 a 24	—0.3863

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
15 a 24/35 a 54	Restritivo.....	0.00
15 a 24/35 a 54	Desidentificativo	4.58
15 a 24/55 e M.	Excluínte.....	3.90
15 a 24/55 e M.	Restritivo.....	0.02

4.2.3. **Residencia**

O grupo de *residência rural* mostra-se indiferente ou neutro perante os factores positivos Nacional e Social, e os negativos Excluínte e Restritivo. *A sua atitude favorável à língua acha-se no factor Individual, e em estar contra a desidentificaçom.* Nos factores referentes ao uso fóra do ámbito familiar ou inter-individual parecem nom estar a favor nem em contra.

O grupo de *residência intermédia* mostra um comportamento irregular: obtém a pontuaçom mais favorável em todos os factores positivos e também nos negativos, excepto no Desidentificativo, que rechaça. Normalmente as pessoas nom estám ao mesmo tempo a favor de atitudes opostas. *Pode ser um caso de desejabilidade social, habitual em entrevistas com temas conflitivos.* Os sujeitos puderam pretender agradar ao entrevistador estando de acordo com todo o que se lhe propunha.

O grupo de *residência urbana* mostra-se indiferente ou neutro perante os factores Nacional e Social e em contra dos factores negativos Excluínte e Restritivo. Mas é contrário ao factor Individual, no que se diferencia significativamente do grupo de residência rural, e favorável à desidentificaçom, no que estabelece diferenças significativas com os outros dous grupos, contrários a ela. Por esta razom, *é o de residência urbana o que apresenta umha atitude mais contrária ao uso da língua,* ainda que nom há grandes diferenças entre os três grupos.

PONTUAÇONS FACTORIAIS

NACIONAL

GRUPO	MÉDIA
Interm. ..	0.3334
Urbana ..	—0.0365
Rural	—0.0373

SOCIAL

GRUPO	MÉDIA
Interm. ..	0.1245
Urbana ..	0.0633
Rural	0.0585

INDIVIDUAL

GRUPO	MÉDIA
Rural	0.2743
Interm. ..	0.0334
Urbana ..	—0.4839

EXCLUÍNTE

GRUPO	MÉDIA
Interm. . .	0.2985
Rural	0.0595
Urbana . .	—0.1932

RESTRITIVO

GRUPO	MÉDIA
Interm. . .	0.4199
Rural	0.0799
Urbana . .	—0.2653

DESIDENTIFICATIVO

GRUPO	MÉDIA
Rural	0.5842
Rural	—0.2678
Interm. . .	—0.4013

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
Rural/Urbana	Individual	0.16
Rural/Urbana	Desidentificativo	0.02
Interm./Urbana . . .	Desidentificativo	1.23

4.2.4. **Nível de estudos**

O grupo *sem estudos* mostra-se indiferente ou neutro perante os factores positivos e a desidentificaçom, estando ligeiramente a favor da exclusom e algo a favor da restriçom.

O grupo de *estudos primários* mostra-se indiferente ou neutro perante os factores Nacional e Social, estando ligeiramente a favor do Individual. Nos factores negativos, indiferente perante a desidentificaçom e ligeiramente em contra da exclusom e da restriçom.

O grupo de *estudos secundários* mostra-se indiferente ou neutro perante os factores Nacional e Social, e está muito em contra do Individual; algo em contra da exclusom e da restriçom, e indiferente ou neutro perante a desidentificaçom.

O grupo de *estudos terciários* é indiferente ou neutro perante os factores Nacional e Social e está algo em contra do Individual; legeiramente a favor da exclusom, algo em contra da restriçom e algo a favor da desidentificaçom.

Pode dizer-se que *exceptuando o grupo de «estudos primários», os indivíduos se manifestam mais em contra do uso da língua a maior nível de estudos e nos factores I, E e R, por ordem de menos a mais.* No factor D, só o grupo de estudos terciários tem umha alta pontuaçom.

As únicas diferenças significativas dam-se no factor Restritivo. O grupo «sem estudos» é o único favorável a ele, diferenciando-se assim dos outros três. *O grupo de «estudos primários» aparece como o mais coerente nas respostas,* ainda que tem pontuaçons cercanas a 0, e dentro das pequenas diferenças que existem, *é o único favorável ao uso da língua.* Os outros grupos manifestam-se entre indiferentes e algo contrários ao uso da língua. Parece que os indivíduos preferem manifestar a sua atitude nos factores negativos e nom no Nacional ou no Social.

PONTUAÇONS FACTORIAIS

NACIONAL

GRUPO	MÉDIA
Secund. . .	0.0846
Sem est. .	0.0441
Terc.	—0.0330
Prim.	—0.0521

SOCIAL

GRUPO	MÉDIA
Prim.	0.0539
Terc.	0.0465
Secund. . .	—0.0061
Sem est. .	—0.0606

INDIVIDUAL

GRUPO	MÉDIA
Prim.	0.1614
Sem est. .	0.0412
Terc.	—0.4831
Secund. . .	—0.8535

EXCLUÍNTE

GRUPO	MÉDIA
Terc.	0.1468
Sem est. .	0.1405
Prim.	—0.1143
Secun. . . .	—0.2703

RESTRITIVO

GRUPO	MÉDIA
Sem est. .	0.3090
Prim.	—0.1624
Secund. . .	—0.3348
Terc.	—0.6324

DESIDENTIFICATIVO

GRUPO	MÉDIA
Terc.	0.5386
Secun. . . .	0.0006
Prim.	—0.0082
Sem est. .	—0.0669

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
Sem est./Primários	Restritivo.	3.00
Sem est./Secundários	Restritivo.	4.31
Sem est./Terciários	Restritivo.	3.53

4.2.5. **Que preferiria que se falasse no futuro na Galiza?**

Incluiu-se esta variável que é a resposta dos 100 sujeitos da amostra a umha das perguntas do questionário, porque na comunicaçom interpessoal, grupal ou social cotidiana é frequente que as atitudes lingüísticas se manifestem através deste tipo de perguntas e respostas globais. Nom se pretende que seja um índice válido de atitudes, senom unicamente ver que significado têm essas expressons em termos de factores.

Observa-se em primeiro lugar como é o grupo *«só em galego» (29 %)* o que tem umha atitude mais favorável à língua: obtém as maiores pontuaçons nos factores positivos e as menores nos negativos, excepto no Desidentificativo, em que se mantém numha pontuaçom cercana a 0. *A atitude deste grupo apresenta-se como comprometida e coerente,* ainda que som baixas as pontuaçons nos factores negativos, especialmente no Desidentificativo. Pode inferir-se que os sujeitos que se incluem neste grupo som *moderadamente favoráveis ao uso da língua em todos os ámbitos.* Diferencia-se significativamente dos outros grupos nos factores mais importantes: Nacional, Social e Excluínte. No factor Desidentificativo diferencia-se a partir da pontuaçom do grupo «por igual nas duas línguas».

O seguinte grupo em favorabilidade à língua é o *«mais em galego que em espanhol» (24 %).* O que o diferencia do grupo anterior é o factor Nacional; mentres que o primeiro se mostra algo favorável, este segundo mostra umha pontuaçom cercana a 0, isto é, indiferente ou neutra. Está ligeiramente em contra dos factores negativos e pontua algo a favor do factor Social. Este grupo *representa umha posiçom cercana à neutralidade ou indiferença, e manifesta no factor S um voluntarismo e preocupaçom pola língua que já nom aparecem nos grupos seguintes.* Diferencia-se do grupo «por igual nas duas línguas» nos factores Social e Desidentificativo. A diferença com o grupo «mais em espanhol que em galego» está nos factores Social e Excluínte, e com o grupo «só em espanhol», nos factores Excluínte e Restritivo, sendo nestes casos mais favorável ao uso da língua que aqueles outros com que se compara.

O grupo *«por igual nas duas línguas» (33 %)* apresenta umha atitude algo contrária aos factores Nacional e Individual, e ligeiramente contrária aos factores Social e Excluinte, mostrando-se indiferente ou neutro a respeito dos factores Restritivo e Desidentificativo. *Manifesta ambiguidade e contradiçom, e é moderadamente contrário ao uso da língua,* atitude que comparte com os seguintes grupos excepto no factor Excluínte, que este rechaça ligeiramente e os grupos «mais em espanhol que em galego» e «só em espanhol» apoiam fortemente.

Por último deve incluir-se os grupos *«mais em espanhol que em galego» (9 %), e «só em espanhol» (5 %).* O primeiro destes mostra-se muito a favor do factor Excluínte e algo a favor do Restritivo; muito em contra do factor Social e algo em contra do Nacional; ligeiramente a favor da desi-

dentificaçom e indiferente ou neutro perante o factor Individual. O segundo dos grupos apresenta-se muito a favor do factor Excluínte e algo a favor do restritivo; algo em contra dos três factores positivos, e indiferente ou neutro perante a desidentificaçom. *Nom existem diferenças significativas entre estes dous grupos a respeito de nenhum factor.* Só é destacável, além da diferença no factor Individual, a grande semelhança nas pontuaçons dos factores negativos E e R. *Estes grupos representam umha atitude coerente e excluínte do uso da língua em todos os ámbitos. Estas tendências som mais evidentes no grupo «só em espanhol».* Igual que nas variáveis anteriores, os grupos estám ordenados de maior a menor pontuaçom dentro de cada factor.

PONTUAÇONS FACTORIAIS

NACIONAL

GRUPO	MÉDIA
Só G.....	0.6044
Mais G...	—0.0332
Igual	—0.3079
Mais G...	—0.3299
Só E.....	—0.7202

SOCIAL

GRUPO	MÉDIA
Mais G...	0.3777
Só G.....	0.3357
Igual	—0.1757
Só E.....	—0.7493
Mais E...	—1.0283

INDIVIDUAL

GRUPO	MÉDIA
Só G.....	0.4353
Mais G...	0.1757
Mais G...	0.0114
Só E.....	—0.4032
Igual	—0.4524

EXCLUINTE

GRUPO	MÉDIA
Mais G...	0.8918
Só E.....	0.8842
Mais G...	—0.0806
Igual	—0.1678
Só G.....	—0.1716

RESTRITIVO

GRUPO	MÉDIA
Só G.....	0.3738
Mais E...	0.3297
Igual	0.0928
Mais G...	—0.1313
Só G.....	—0.1637

DESIDENTIFICATIVO

GRUPO	MÉDIA
Mais E...	0.1931
Igual	0.0797
Só G.....	—0.0457
Só G.....	—0.0509
Mais G...	—0.1162

3 a 0.85	0.84 a 0.26	0.25 a —0.25	—0.26 a —0.84	—0.85 a —3
Muito a favor	Algo a favor	Indiferente	Algo em contra	Muito em contra

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
Só E./Por igual	Excluínte	0.43
Só E./Mais G.	Excluínte	0.71
Só E./Mais G.	Restritivo	2.53
Só E./Só G.	Nacional	1.45
Só E./Só G.	Excluínte	0.47

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
Mais E./Por igual	Excluínte	0.17
Mais E./Mais G.	Social	1.32
Mais E./Mais G.	Excluínte	0.40
Mais E./Só G.	Nacional	4.03
Mais E./Só G.	Social	1.54
Mais E./Só G.	Excluínte	0.29

GRUPOS	FACTORES	ERRO (%)
Por igual/Mais G.	Social	1.62
Por igual/Mais G.	Desidentificativo	1.80
Por igual/Só G.	Desidentificativo	0.02
Por igual/Só G.	Social	2.58
Por igual/Só G.	Desidentificativo	0.06

GRUPOS	FACTOR	ERRO (%)
Mais G./Só G.	Nacional	1.45

4. DISCUSSOM

As dimensons supostas de atitude geral, avaliaçom e uso, nom se reflectiram aparentemente nos factores, mas sim a dimensom de institucionalizaçom.

A obtençom de 6 factores na Escala 2 contra os 9 da Escala 1, com umha perda pequena de variáncia explicada representa umha melhora. A coerência destes 6 factores é superior à dos obtidos em primeiro lugar; é de esperar que sejam confirmados por estudos posteriores.

De entre os factores que compoem a Escala, os resultados indicam que é o factor Nacional, que representa umha atitude favorável ao uso do galego nos níveis de uso social mais institucionalizados como língua nacional e portanto à sua nacionalizaçom, o mais relevante, ficando os outros factores a um nível explicativo (e se for o caso, preditivo) muito inferior.

É questom de outro trabalho o facto de os resultados confirmar que é umha atitude favorável à nacionalizaçom da língua o que constitui claramente umha atitude favorável, tal como indica o factor N, que por si só explica quase o 40% da variáncia, e nom outros factores que expressam ambiguidade (ou rechaço) a respeito da sua nacionalizaçom.

Os factores E e R aparecem como um bloco oposto aos factores N e S, e os quatro aparecem como um conjunto inter-relacionado e estruturado segundo as dimensons de positividade-negatividade, e alta e baixa institucionalizaçom.

Os factores Individual e Desidentificativo devem ser estudados e ampliados em posteriores investigaçons.

O facto de os seis factores explicar o 65.32% da variáncia indica que há umha parte apreciável de variáncia (34.68%) que desconhecemos. Existem outros factores que influem nas atitudes perante o uso da língua. A validez desta primeira Escala de atitudes é, pois, limitada. Deve-se ter em conta este facto quando quisermos fazer explicaçons e generalizaçons a partir dos resultados que se obtenham com ela.

A busca das dimensons e factores referentes a esta percentagem nom explicada é já objecto de novos estudos da Comissom Sociolingüística.

Por último, evidencia-se mais umha vez o conflito lingüístico, que pode estar começando a se manifestar em determinados sectores sociais.

APÊNDICE

ESCALA DE ATITUDES PERANTE O USO DA LÍNGUA GALEGA

	MUITO DE ACORDO	DE ACORDO	INDI-FERENTE	EM DESA-CORDO	MUITO EM DESA-CORDO
1. O galego serve para falar em qualquer lugar e de qualquer tema	1	2	3	4	5
2. Deveríamo-nos preocupar mais polo galego	1	2	3	4	5
3. Nom é necessário falar o galego para se sentir galego	1	2	3	4	5
4. Todo este assunto do galego é umha moda que passará tarde ou cedo	1	2	3	4	5
5. Na «Xunta de Galicia» deveria-se usar sempre o galego	1	2	3	4	5
6. Creio que o galego nom deve usar-se nos documentos oficiais	1	2	3	4	5
7. Todos os periódicos diários deveriam editar-se em galego	1	2	3	4	5
8. Nom se necessita o galego porque já temos o espanhol	1	2	3	4	5
9. Nom está bem que os juízos se celebrem em galego.	1	2	3	4	5
10. É muito importante saber bem o galego	1	2	3	4	5
11. A disciplina de galego nom deveria ser obrigatória no ensino	1	2	3	4	5
12. Se tivesse umha ocasiom, assistiria a aulas de galego	1	2	3	4	5
13. Os alcaldes deveriam falar sempre em galego	1	2	3	4	5
14. Os livros de texto para a escola nom deveriam estar escritos em galego	1	2	3	4	5
15. Os artigos que compramos nos comércios deveriam levar o seu nome em galego	1	2	3	4	5
16. Eu prefiro que na casa se fale sempre em galego.	1	2	3	4	5
17. Nom se perderia nada se desaparecesse o galego.	1	2	3	4	5
18. Mais importante que o galego é saber algumha outra língua	1	2	3	4	5
19. Creio que as cerimónias e o referente à religiom deveria fazer-se em galego	1	2	3	4.	5

ESCALA DE ATITUDES PERANTE O USO DA LÍNGUA GALEGA

	MUITO DE ACORDO	DE ACORDO	INDI-FERENTE	EM DESA-CORDO	MUITO EM DESA-CORDO
20. Creio que nom devemos dirigir-nos em galego a aqueles que nom conhecemos	1	2	3	4	5
21. O galego nom pode chegar ao mesmo nível que outras línguas	1	2	3	4	5
22. Deve-se falar em galego a umha pessoa que nom o está falando, se sabemos que o compreende..	1	2	3	4	5
23. Os rótulos das ruas e das estradas nom deveriam estar escritos em galego	1	2	3	4	5
24. A única língua oficial da Galiza deve ser o galego.	1	2	3	4	5
25. Nom todas as emissoras de rádio deveriam utilizar o galego	1	2	3	4	5
26. Sempre devo falar em galego.....	1	2	3	4	5
27. Os impressos dos bancos e caixas de aforro deveriam estar em galego	1	2	3	4	5
28. Nom vale a pena que os partidos políticos defendam o galego	1	2	3	4	5
29. Nos actos públicos como conferências, charlas, etc., nom se deveria falar em galego.....	1	2	3	4	5
30. Parece-me bem educar os filhos unicamente em galego.....	1	2	3	4	5

BIBLIOGRAFIA

AGAL, COMISSOM LINGÜÍSTICA (1985): *Prontuário ortográfico galego.* A Corunha.

AGAL (1986): *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza.* A Corunha. (Em adiante, *I Congresso).*

ARACIL, LL. V. (1982): *Papers de Sociolingüística.* Edició i presentació a cura d'Enric Montaner, Prefaci de Pierre Achard, Eds. de la Magrana, Barcelona.

ARACIL, LL. V. (1983): *Dir la realitat,* Eds. Països Catalans, Barcelona.

ARACIL, LL. V. (1984-1986): 'Lengua nacional': ¿una crisis sin crítica?, in: AA. VV. (1986), *Sociología de lenguas minorizadas,* pp. 443-458.

ARRIBE DOPICO, M.ª D., GIL HERNÁNDEZ, A., RÁBADE CASTINHEIRA, J. C. (1984): «Que galego na escola? Anotaçons para umha proposta de planificaçom lingüística na Galiza. (Tese reintegracionista)», in: AA.VV.: *¿Que galego na escola?, ponências dos I Encontros Labaca.* Eds. do Castro, Sada-A Corunha, pp. 43-175.

CRISTOVO ANGUEIRA, J. A. (1987): «Aspectos sociolingüísticos da problemática lingüística e nacional na Galiza espanhola». Comunicaçom apresentada no «II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza». (Em adiante, *II Congresso).*

DECLARAÇOM DE PAMPLONA, in: *O Ensino,* Revista Galaico-Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-Lingüística, n.° 11-12-13, 1985, pp. 145-146).

ELIA, S. (1987): *Sociolingüística. Uma introdução.* EDUFF, Rio de Janeiro.

FERNANDEZ VELHO, P. (1986): «Língua e identidade nacional», in: *I Congresso,* pp. 31-44.

GABINETE DE PROSPECCION SOCIOLOGICA, GOBIERNO VASCO (1983): *La lucha del euskera,* Gasteiz, 1983.

GABINETE TECNICO DE ESTUDIOS, GOBIERNO VASCO (1986): *Actitudes de la población ante el euskara. Ideas para la promoción de la lengua.* Gasteiz-Vitoria.

GARMADI, J. (1983): *Introdução à Sociolingüística.* Publicações Dom Quixote, Lisboa.

GIL HERNÁNDEZ, A. P. (1985): «Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa. (Dimensões no processo normalizador de uma Comunidade Lingüística: Galiza)», in: *O Ensino,* Revista Galaico-Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-Lingüística, n.° 6/10.

GIL HERNÁNDEZ, A. P. (1987): «Sobre dicionarios galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravís, director e autor do dicionario da língua galega comum», in: Isaac Alonso Estravís: *Estudos filologicos galego-portugueses,* Alhena Ediciones, Madrid.

HIDALGO, M. G. (1984): «Attitudes and behavior towards English in Juárez, México». In: *Anthropological Linguistics,* vol. 26, 4.

HIDALGO M. G. (1986): «Language contact, language loyalty, and language prejudice on the mexican border». In: Lang. Soc., 15.

HOFMAN, J. E., CAIS, J. (1984): «Children's attitudes to language maintenance and shift». In: *International Journal of the Sociology of Language.*

HOFMAN, J. E. (1985): «The commitment to modern Hebrew: Value or instument?». In: *Readings in the Sociology of Jewish Languages.*

PADIM CORTEGOSO, I. (1987): Umha panorámica da sociolingüística galega. In: *II Congresso.*

RUBAL RODRÍGUEZ, X. (1985): *Coordenadas e perfís sociolingüísticos do alumnado de bacharelato en Galicia.* Tese de doutoramento, Imprensa Universitária. Santiago de Compostela.

RUBAL RODRÍGUEZ, X., RODRÍGUEZ NEIRA, M. A. (1987): *O galego no ensino público non universitario.* Consello da Cultura Galega, Santiago.

SANCHEZ CARRIÓN, J. M. (1987): *Un futuro para nuestro pasado. Claves para la recuperación del euskera y teoría social de las lenguas.* San Sebastián.

SHARMA, S. M. (1983): «Study of ethnic minoritys attitudes toward homelanguage and English of their children in British schools». In: *Social Psychology of Language.*

VARELA PUÑAL, R. (1980): Galiza, un Pobo, unha Língua. Follas Novas Edicións, Santiago de Compostela.

VILHAR TRILHO, X. (1986): «Apontamentos sobre os discriminatórios princípios configuradores do estatuto legal do galego» in: *I Congresso,* pp. 137-148.

WILLIAMSON, R. C., WILLIAMSON, V. L. (1984): «Selected factors in bilingualism: The case of Galicia», *Journal of Multilingual Development, 5, 5.*

NOTAS

A Galiza resiste

Por Maria do Carmo HENRÍQUEZ SALIDO

Seguindo o método neocultural de base humanística, patente no fundo da matéria desenvolvida no presente manual, o Prof. Sílvio Elia (1) da Universidade Federal Fluminense e Membro de Honra da «Associaçom Galega da Língua» (AGAL), propom-se estudar e descrever as variáveis actuantes sobre as línguas, citando e analisando as teorias de significados especialistas, e focalizar apenas os casos mais característicos ou de maior peso político (designadamente, a comunidade lingüística galego-luso-africano-brasileira). A obra aparece dividida em sete capítulos, precedidos de umha «Introdução»; finaliza com «Referências bibliográficas» e um «Índice de autores».

I. *ESTRUTURA E CONTEÚDO*

1.1. Na «Introdução» (pp. 9-16) sintetizam-se os três períodos polos que passa a ciência da linguagem, desde que surge nos primórdios do séc. XIX até o momento actual: O *Evolucionismo* (1816-1930), o *Estruturalismo* (por volta de 1930 até mais ou menos 1965) e o *Método neocultural* (a partir de 1965?), segundo o qual as línguas nom constituem apenas umha «estrutura», mas também umha «arquitectura; nelas hai muito mais que um tecido simplesmente formal de relaçons, pois som alimentadas continuamente por factores psicológicos, sociológicos e antropológicos» (p. 10). Afinal situa as disciplinas que formam parte do conjunto que som as ciências da linguagem (p. 14).

1.2. No capítulo I, «Sociolingüística. Sociologia da linguagem. Etnolingüística» (pp. 17-41), o professor passa revista a definiçons do termo «Sociolingüística» através de citaçons de vários e representativos especialistas e estabelece as distinçons entre estas três disciplinas, reproduzindo entre outras a concepçom sobre a linguagem de Benjamin Lee Whorf (pp. 24-25). Nas páginas 40 e 41 o autor expom a sua própria: tanto a *Sociolingüística* como a *Sociologia da linguagem* estudam as relaçons entre língua e sociedade; divergem na maneira em que deve ser entendido o termo «língua».

---

(1) ELIA, S. (1987). *Sociolingüística* (Uma Introdução), Padrão Livraria Editora Ltda, EDUFF, Rio de Janeiro, 204 pp.

Na *Sociolingüística* a «língua» deve ser entendida como um sistema de vários níveis integrados num todo historicamente estruturado; de aí que tenha presente a possível incidência das forças sociais sobre os estratos fonológicos, morfológico, sintáctico e semântico. Na *Sociologia da linguagem* a «língua» deve entender-se como «forma verbal de comunicação social institucionalizada por uma comunidade de falantes». Por último, a *Etnolingüística* estudaria as relaçons entre língua e cultura, mas busca «determinar a maneira específica pela qual vieram os idiomas a com-preender a realidade, recortando-a segundo linhas de fusão, 'visão original + experiência do mundo'» (p. 41).

1.3. O capítulo II, «Língua e cultura» (pp. 42-63) aborda «um dos temas mais debatidos entre os estudiosos da Antropolingüística». No início delimita-se o que se deve compreender por *língua* e por *cultura;* distingue-se entre «língua funcional» (estudada pola Lingüística estrutural) e a «língua histórica» (objecto da Lingüística cultural, mais ampla, que incluiria por exemplo a *norma* de E. Coseriu). Sílvio Elia declara-se partidário (p. 43) de incluir a *norma* na língua histórica e nom na língua estrutural, por apresentar a língua histórica, em geral, pluralidade de normas ou «variedades». Analisa, a seguir, o conceito de «cultura» e as relaçons entre a «língua» e a «cultura», resumindo a sua posiçom nas páginas 59 ss. (em que rejeita de plano a tese da impenetrabilidade das culturas).

1.4. No capítulo III, «Língua e sociedade» (pp. 64-91) continua a recolher as hipóteses e teses de autores reconhecidos e mesmo argumentos de Stalin, de «surpreendente bom senso» (p. 68), no sentido de que a língua comum é um dos traços característicos da naçom, transcrevendo umha longa citaçom para esclarecer a afirmaçom de Stalin de que «a língua não é um fenómeno de classe» (p. 70). Examina, logo, as chamadas «línguas especiais» ou «sociolectos», as formas de tratamento e reproduz o confronto entre as posiçons de Bernstein e Labov a respeito do modo como se devem interpretar as oposiçons dos níveis sociolectais numha determinada comunidade lingüística (pp. 77 ss); acaba com a conclusom própria: «é preciso não confundir simplistamente *cultura* com *ideologia.* A cultura não é um fenómeno de classe, não é determinada por interesses primacialmente económicos» (p. 91).

1.5. No capítulo IV, «Língua e nacionalidade» (pp. 92-122), o Prof. Sílvio Elia toma em consideraçom os postulados de F. de Saussure sobre a forma de actuar de duas forças antagónicas: as forças de diferenciaçom que criariam em matéria de linguagem particularidades até o infinito e as forças unificadoras que criam as *comunidades lingüísticas* e geram o facto social da «langue» (estas som as que interessam à Lingüística). Salienta que a noçom de comunidade lingüística é controversa e as divergências manifestas entre os definidores (desde Bloomfield, John Lyons, Ch. Hockett, Labov, M. Halliday, R. A. Hudson... até o Prof. Paiva Boléo). Considera o autor que som suficientes três factores para defini-la: «massa de falantes,

identidade prática do código verbal e sentimento de pertença ao código verbal empregado» (p. 95). Ocupa-se da constituiçom das línguas «nacionais» e das existentes na Península Ibérica desde a Idade Média, seguindo a doutrina de R. Menéndez Pidal. Resume muito brevemente a história e situaçom actual do catalám e a história, formaçom e constituiçom do português, mas precisa as palavras de Serafim da Silva Neto (p. 100):

> «A rigor não diríamos 'uma média', pois julgamos, ter predominado o idioma do Norte: a língua portuguesa tem realmente por base o *galeziano* 'temperado' pelo falar do Sul».

Esclarece o problema da «língua brasileira», que é «um ramo, bastante florescente aliás, do velho tronco galego-português», e acrescenta algumha questom sobre o futuro da língua portuguesa nas novas repúblicas africanas. Interessante é a pontualizaçom que fai às consideraçons do Prof. Lindley Cintra sobre as três variantes essenciais do português, a europeia, a brasileira e a galega (p. 104):

> «Concordamos com as duas primeiras, mas, quanto ao galego, havido normalmente por co-dialeto do português, não nos parece estar ele na mesma linha nem do português europeu nem do português americano, a não ser que partamos de uma unidade dita *galego português* e não somente português. O próprio português de Portugal seria uma *protovariante,* para falar com o Prof. Georgi Stepanov, da Universidade de Leningrado, trazido a colação pelo Prof. Celso Cunha. A árvore genealógica partiria, por conseguinte, do galego-português, que logo se desdobraria em galego e português. Este, por seu turno, ramificar-se-ia em variante brasileira e protovariante portuguesa».

Das línguas nacionais assegura que som fruto da evoluçom político-social dos Tempos Modernos (p. 106) e possuem determinados caracteres: *padronizaçom* (...a sua manifestaçom escrita é da maior importância), *historicidade* (estabelece a ligaçom com o passado), *vitalidade* (a *norma culta* de *umha* língua nacional é *umha só,* embora existam matizes locais) e som portadoras de relevante tradiçom cultural e literária (pp. 106-107). Finda o capítulo com um apelo à unidade do português, idioma de duas grandes naçons do mundo (p. 112):

> «Não se compreende, p. ex., que ainda hoje vivamos no regime da dupla ortografia. E que os nossos contatos com Portugal não tenham a freqüência desejável...».

1.6. No capítulo V, «Língua e Estado» (pp. 113-145), o professor focaliza somente os casos mais típicos ou de maior peso político no mundo e, significadamente, para nós, a «Espanha» e «o caso galego» (pp. 114-120). As ideais salientáveis som:

> a) «Na Espanha, as armas de Castela [...] alargaram a base territorial do que seria o Estado espanhol; mas não se chegou a um ponto de fusão, pois até hoje há *focos de resistência, pelo menos lingüística,* como são os casos de Galiza e, principalmente, da Catalunha» (o itálico em adiante é nosso) (p. 114).
>
> b) «Na Espanha a língua nacional e oficial é o castelhano que se tornou como *espanhol,* a língua de todo o país. Contudo a Espanha conhece línguas reivindicatórias, ou seja, minoritárias, como o catalão, o galego e o basco» (p. 116).
>
> c) «O *galego* não se acha em melhor situaçom mas recentemente a inteletualidade local está desencadeando um movimento de recuperação do idioma bastante forte, o que veio trazer novo alento aos defensores e cultores do falar galeziano» (p. 117).

d) «Serão três milhões de habitantes no noroeste da Península [...] a atual Constituição Espanhola [...] permitiu que se reativassem instituições destinadas a propugnar e até disciplinar o uso da língua galega, como o *Instituto da Língua Galega* (1971) e a *Real Academia Galega* (1970). Ambas, em conjunto, elaboraram as *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (1982). A *Xunta da Galicia* tornou o projecto oficial, mas a *Associaçom Galega da Língua* (AGAL) publicou um *Estudo crítico* discordando dessas *Normas.* Como se vê instaurou-se uma dissensão entre os próprios galeguista» (p. 118).

e) «O pomo da discórdia está no seguinte: tanto o Instituto da Língua Galega como a Real Academia Galega pensam que é no sentido de aproximação e convivência com o castelhano que o galego deve procurar as suas normas ortográficas e mesmo gramaticais; já os membros da AGAL estão convencidos **(o que é real)** (2) que o galego é um idioma galego-português e que, portanto, essa normativização se haverá de fazer no sentido do português e não do castelhano, que, a final, é um adstrato e não um pai comum. Registre-se [...] a posição radical de um Rodrigues Lapa, para quem já existe um *galego literário [...]* e esse instrumento verbal é pura e simplesmente a língua portuguesa culta» (p. 118).

f) «A Espanha é, portanto, um país plurilingüe. Com um idioma oficial, o castelhano, um idioma autónomo, o catalão, um idioma reivindicatório, o galego e um idioma separatista, o basco, o novo Goberno democrático espanhol enfrenta, no terreno lingüístico, problemas delicados» (p. 120).

1.7. O capítulo VI, «Língua e cultura» (pp. 146-184) aborda o problema da «unidade na variedade»; à Sociolingüística deve interesar-lhe a relaçom «de causa a efeito entre o fator social e a sua repercusão na tessitura das línguas» (p. 146). Distinguem-se as três espécies de variedades regionais que nom se identificam com a língua nacional (dialectos, línguas minoritárias e línguas menores) e trata-se dos estudos dialectológicos realizados desde 1902, para se concluir que é «o *fator de ordem externa* que decide da categorização do falar como língua ou dialeto. E a esse fator poderemos denominar genericamente 'padronização'» (p. 153). Analisa-se a oposiçom entre língua e dialecto e a problemática do bilingüismo (pp. 155-157) fazendo énfase em que nom se devem confundir «línguas minoritárias» (por ex. o basco e o catalám) com línguas «menores». Com consideraçons sobre as «línguas mistas», sobre o contacto de línguas (pp. 179-180) e umha referência e exame do termo diglossia finaliza este capítulo.

1.8. No capítulo VII, «Conclusões» (pp. 185-189) o Prof. Sílvio Elia considera que o Estruturalismo é insuficiente para interpretar os fenómenos da linguagem; o Transformacionalismo nom soubo vencer as limitaçons da herança bloomfieldina e de aí que a Sociolingüística seja a disciplina que poda dar resposta a muitos problemas lingüísticos. Por esta razom entende que melhor seria defini-la como «o estudo das relações entre língua e comunidade, pois assim não estaríamos dominados pelo sortilégio da 'estrutura social'». Nas «Referências bibliográficas» inclui a bibliografia citada; com um «Índice de autores» (pp. 197-200) e o «Índice geral» (p. 201)

---

(2) O negro é nosso.

finda este claro e organizado trabalho que contém as noçons essenciais de umha ciência, a *Sociolingüística,* da que se propuxo fazer, simplesmente, umha introduçom.

II. *COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇONS*

2.1. Qualificamos o trabalho do professor como vade-mécum claro e bem estruturado para introduzir-se (assi o subtitula o autor) no mundo da sociolingüística. Além das fontes citadas e interpretadas, cumpriria salientar assi mesmo os contributos pessoais do professor, facto explicado, sem dúvida, pola longa experiência docente e pola convivência com os colegas e discípulos da Universidade ou do «Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro». O «surpreendente bom senso» do professor late em todas as páginas deste manual universitário.

A obra, porém, está concebida desde a perspectiva de um estudioso que considera uni-lingue o seu país, enquanto que nele nom existem línguas em competência equivalente nem conjuntos nacionais «recuperáveis»; por isso, talvez, o autor nom alcance a analisar com viveza e a reflectir com fidelidade o conflito lingüístico em que se acham as comunidades culturais minorizadas no Estado espanhol. Para se aproximar ao seu exame, nom basta com considerar os aspectos puramente sociolingüísticos; precisa-se de umha perspectivaçom *glotopolítica* que investigue e delimite e transforme as relaçons entre a língua (as línguas) e o contexto sócio-político.

Assi, no Estado espanhol cumpre termos presente a fórmula radical e contundente, enunciada polo humanista andaluz, António de Lebrixa, no «Prólogo» da sua *Gramática castellana* dirigido à rainha Isabel: *«siempre la lengua fue compañera dèl imperio».* Por isto mesmo, vamos cingir as nossas consideraçons à problemática das línguas minorizadas (que nom minoritárias no caso galego), enquanto resultado de um processo paracolonial, e nomeadamente à expressom «galego-português», com que denominamos a língua «própria» da Galiza.

2.2. Som duas as concepçons actuantes e defrontadas hoje na Galiza para fixarem e estudarem o idioma, «regional» para uns, nacional para outros; obedecem a critérios tam antagónicos como o som as forças apontadas por F. de Saussure:

a) A concepçom manifesta nos trabalhos publicados polo Instituto da Língua Galega (ILG), baseada nas forças de diferenciaçom. Por «espírito de campanário» (3), o ILG parece buscar a atomizaçom do idioma ao registar «diferenças e divisons» de índole dialectal e mesmo vulgar sem limite definido. Apresentando-se assi um mosaico de peças muito pequenas,

---

(3) Vide HENRÍQUEZ SALIDO, M.ª do Carmo (1987), «O espírito de campanário: o artificioso galego inventado na Universidade de Santiago», in *Agália,* 10 (verao de 1987), pp. 244-246.

impede-se aos galegos ter perante a vista a grandeza do idioma; destarte, nom alcançam a formalizar *autenticamente* a língua apta aos usos institucionais.

A primazia do «espírito de campanário» é exponente de complexo provinciano e rústico; corresponde-se, porém, com o «novo» processo assimilista do galego, subsidiário do projecto nacional espanhol, embora os seus promotores revistam os seus textos de separatismo lingüístico, aparente a respeito do castelhano, real a respeito do português, que envolvem em retórica patrioteira inconsistente. Em síntese, constitui umha manobra manifesta para substituir o idioma nacional da Galiza polo espanhol.

Os trabalhos deste instituto da Universidade compostelana, segundo os supostos do mestre genebrino, nom serám nunca capazes de gerar umha teoria sobre o galego concordante com a «langue» enquanto facto social; portanto, interessarám secundariamente à lingüística e primariamente à dialectologia quer do castelhano, quer do português.

b) A segunda concepçom é a exposta nos trabalhos elaborados e publicados por associaçons nom governamentais, como a AGAL. Alicerça-se nas forças unificadoras ou «d'intercourse» ('relaçons sociais, comércio, comunicaçons'). Denominar a língua da Galiza com a expressom «galego-português» implica ser fiel às teorias da Romanística, de que foram autores preclaros, entre outros, Ramón Menéndez Pidal, Joan Coromines ou Manuel Rodrigues Lapa, e da Lingüística, como Eugénio Coseriu, quem já se tem manifestado sem ambigüidade sobre o tema (4). Além disto, implica ultrapassar perspectivas estritamente administrativas para concordar com os «ideais» sobre a Galiza praticados polos vultos mais importantes do nacionalismo galego.

A primazia do «espírito de intercomunicaçom» potencia as linhas criadoras das comunidades lingüísticas (em particular, da nossa, a galego-luso-africano-brasileira); inspirando-se no facto social da «langue», gera umha formalizaçom adequada aos usos institucionais e, por esta razom, interessante à Lingüística.

Temos de louvar, neste sentido, a grande precisom e justeza com que o Prof. Sílvio Elia situa o pomo da discórdia, infreqüente nos manuais destas características (5). A sua afirmaçom, aqui salientada, «o galego é um idioma galego-português», há de sumar-se à dos numerosos cientistas sociais que já tomaram partido.

---

(4) Vide COSERIU, E., «El gallego en la historia y en la actualidad», in *Actas do II Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza* (1987), a aparecer.

(5) Sobre esta questom e sobre a oposiçom existente entre os dous posicionamentos temos publicado um trabalho, em que sinteticamente se reproduzem as divergências das duas alternativas.
Cfr. HENRÍQUEZ SALIDO, M.ª do Carmo (1984), «Problemática da língua galego-portuguesa na Galiza», in AA.VV. *Actas do I Congresso internacional de Lusitanistas* (Poitiers, 1984), reproduzido in *O Ensino* (Braga) (1987), núm. 18-19-20-21-22, pp. 231-241.

2.3. Acabamos de afirmar com rotundidade que a galega pertence à comunidade lingüística galego-luso-africano-brasileira e esta asseveraçom poderia parecer contraditória com a tese do professor a respeito dos critérios definidores das comunidades lingüísticas. Decerto existe algumha dificuldade, complexa, para patentear que a Galiza está integrada na comunidade «lusófona»; nom obstante, mantemos razoavelmente esta consideraçom, segundo a seguir provamos.

Nom há problema para concordar em que, no caso galego, actuam os dous primeiros factores («massa de falantes» e «identidade prática do código»). Mas é a respeito do «sentimento de pertença ao código verbal» que cumpre deter-se.

Tenhamos presente a formulaçom lebrixana, em que subjaz certo imperialismo lingüístico e conseqüentes pulsons glotofágicas, assim como o intuito de submeter a gramática (ou a reflexom lingüística) aos projectos políticos. Tendo presente esta formulaçom, explicamo-nos o facto de que na Galiza desde o séc. XIV e, com muita mais força, no presente tempo se criasse e fomente entre os galegofalantes o sentimento da «nom-pertença» à mesma comunidade lingüística de que fazem parte, entre outros, portugueses e brasileiros com intencionalidade política evidenciável facilmente.

É justamente este sentimento e a manipulaçom de traços lingüisticamente irrelevantes, tirados da desajeitada comparaçom entre «o galego unificado polo ILG» e «o português normativo» (mas nom entre as falas populares e dialectais da Galiza, Portugal e Brasil), que som enfatizados nos trabalhos do ILG. Como amostra, entre outros muitos exemplos, lembramos o tratamento da entrada GALLEGO (6) ou a sua apresentaçom nas *Normas* (7), que analisamos o Prof. Rábade Castinheira e nós en noutro lugar (8).

Contra tais desviaçons «científicas», oferecemos a existência de um grupo consistente de falantes conscienciados, possuidores de umha alta lealdade idiomática e representativos de umha determinada concepçom cultural de que é exponente o amplo movimento cívico recuperador e expansor dos usos lingüísticos, a que se refere o Prof. Sílvio Elia (p. 117). Em suma, também se cumpre o terceiro factor, acima enunciado, de modo que é lícito proclamar que a galega fai parte da comunidade lingüística galego-luso-africano-brasileira.

---

(6) Vide Voz GALLEGO, in *Gran Enciclopedia Gallega,* 1974, tomo XIV, pp. 222-255.

(7) Vide RAG-ILG (1982), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego,* Artes Gráficas Galicia, S. A., Vigo.

(8) HENRÍQUEZ, M.ª do Carmo e RÁBADE, Joám Carlos (1986). «O português visto polo Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago», in *Actas 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística,* Lisboa (1985), pp. 301-316.

2.4. O professor emprega certa terminologia que, na nossa opiniom, nom é plenamente adequada às línguas periféricas do Estado espanhol. Assi, nom parece precisa a denominaçom «minoritárias», no sentido de *«moins répandues»;* mais ajeitada é a qualificaçom de *minorizadas.* Lembre-se que toda minorizaçom deriva de um processo colonizador. Esta terminologia, por outra parte, já é habitual entre sociolingüistas prestigiosos destas três naçons do Estado espanhol. As *línguas minorizadas* —basco, catalám e galego-português na Galiza— som as que carecem de *usos* plenos; dito com outras palavras, estes três idiomas caracterizam-se por nom ultrapassar determinados ámbitos restringidos (por exemplo, nom som «válidos» no exército). Dada a sua condiçom de *minorizadas* precisam, em conseqüência, recuperar e estender os seus usos a todos os domínios lingüísticos, pois, como di Lluís Aracil (9), o uso cria a língua ou, mais bem, as línguas nom som estruturas autárquicas, mas sistemas em uso que se realizam em estrita dependência dos seus usuários.

Por outra parte, verificamos que o Prof. Sílvio Elia utiliza critérios «políticos», e nom estritamente sociolingüísticos, para caracterizar estes três idiomas, assi:

a) «O catalám é um idioma *autónomo»,* no sentido, sem dúvida nom exclusivo, de que a Catalunha e os seus habitantes manifestam a sua preferência autonomista.

b) «O basco é um idioma *separatista»,* enquanto, possivelmente, que a sociedade basca é forte, difícil de reprimir e um amplo sector da populaçom opta politicamente pola independência e a separaçom do Estado espanhol.

c) «O galego é um idioma *reivindicatório»,* talvez se tenha de interpretar no estrito sentido de ser «reivindicado» por sectores da populaçom menos numerosos mas conscientizados política e lingüisticamente. A Galiza seria assi um *foco de resistência* «pelo menos lingüística», ainda que algo menor do que a Catalunha (p. 114).

2.5. O professor reconhece que para o caso galego nom utiliza fontes directas; só cita um trabalho do Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho. Lamentamos por isto mesmo que nem sequer remeta à comunicaçom da sua autoria, ao *I Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza* (Ourense, 1984) (10). Este silêncio e a ausência de bibliografia mais

---

(9) Vide ARACIL, Lluís V. (1982). «Educació i sociolinguística», in *Papers de sociolinguística,* Edicions La Magrana, Barcelona, pp. 129-217.

(10) ELIA, S. (1986). «O galego-português matriz do mundo lingüístico luso-brasileiro», in AA.VV. (1986). *Actas do I Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza* (Ourense, 1984), AGAL, Corunha, pp. 185-196.

recente sobre a situaçom lingüística da Galiza, fai-nos suspeitar que o livro fora redigido antes do ano 1985, data em que o professor começou a ter mais informaçom *directa* sobre a comunidade *galego-portuguesa* da Galiza.

Como é sabido, desde essas datas, e mesmo antes, a biliografia tem-se ampliado nom só pola apariçom de revistas como a *Agália* (nascida na Primavera de 1985) senom por importantes trabalhos, impossíveis de recensear aqui.

Ourense, junho de 1988.

A LÍNGUA COMO FACTO SOCIAL
(duas missivas)

Por António GIL HERNÁNDEZ

Para Luís Manuel e Hélia,
Helena e José Luís,
com afecto e esperança.

1. PRIMEIRA MISSIVA: língua e história.

(Epígrafe:) *DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO*

«[...] de todos os critérios de distinção propostos, o mais divulgado e aquele que se revela o mais praticável e susceptível de menos reparos é o chamado 'critério da posição dos sujeitos'. Nos termos deste critério, o direito público caracteriza-se pelo facto de, nas relações por ele reguladas, se verificar o exercício de um poder de autoridade pública *[publica potestas]*. Assim, seriam de direito público aquelas normas que regulam a organização e a actividade do Estado e de outros entes públicos menores (autarquias regionais e locais), as relações desses entes públicos entre si no exercício dos poderes que lhes competem, bem como as relações dos entes públicos enquanto revestidos de poder de autoridade (revestidos de *publica potestas)* com os particulares. Pelo que as relações de direito público entre os entes públicos e os particulares se caracterizam como relações de desigualdade: aqueles aparecem numa posição de supremacia, pois o orgão do ente público actua no exercício do seu *imperium,* e os particulares numa posição subordinada.

«Diferentemente, as normas de direito privado seriam aquelas que regulam as relações em que as partes aparecem numa posição de igualdade ou paridade».

(J. Baptista Machado, 1983, pp. 65-66).

SALUTAÇOM

Meus amigos Inácio e Amando:

Aspiro a que esta epígrafe, tirada de uns «apontamentos provisórios e incompletos» para umha teorizaçom jurídica do *discurso legitimador,* sirva de quadro à resenha do vosso «pequeno manual» em que procurades apresentar, «dun xeito accesíbel aos non especialistas, unha visión xeral das grandes etapas na história do galego» (p. 5).

(*) Ignácio PÉREZ PASCUAL - Amando REBOLEIRO GONZÁLEZ, *História da língua,* Vía Láctea, Manuais, Corunha, 1987, 63 pp. Nesta resenha será citado por simples referência à página.

Sempre as epígrafes parecem compendiar, intencionalmente, a exposiçom de motivos, razões e objecto que os autores pretendemos desenvolver nos trabalhos «epigrafados». Por isto mesmo, também ham de considerar-se esclarecedoras do vosso livro as palavras de Amadou Mahtar M'Bow que, tiradas de *El Correo de la UNESCO* (é este o título original da revista que utilizastes?) de Março de 1977, presidem a vossa obra:

> «A reividicación da identidade cultural, que é un dos elementos máis característicos do noso tempo, non é, por conseguinte un van e nostálxico apego a un pasado superado. Está, desde logo, ligada á tradición, a ese rexisto en que se inscreben as experiéncias acumuladas ao longo da história por unha colectividade. Mais o seu sentido consiste en converter tal pasado nun fermento para o futuro» (p. 4).

Quero ser-vos sincero, sem deixar de vos ser cordial; e esta atitude ordena aprofundadamente as linhas que estou a dirigir-vos. Sinto o rumor da vossa epígrafe como o da mensagem edulcorada a trascender de um texto permitido e nom explicitamente proibido, nem mandado. Nos textos institucionais rasteja-se *prima facie* o edulcoramento, que na realidade pretende ocultar a efectiva distorçom discursiva; no vosso nom advirto essa pretensom distorcedora, mas acho que a vossa procura nom alcançou o intuito decerto proposto, dados os vossos *bom senso* e capacidade pedagogica e competência científica. Sendo meritórios o trabalho e a intençom, deixastes de lado muitos pontos que convinha *divulgar* esclarecedoramente, aspectos e circunstancias demais.

ORDENAMENTO JURÍDICO DA COMUNIDADE LINGÜÍSTICA GALEGA.

O galego, como o catalám e o basco, foi *politicamente* «quæstio disputata» na Espanha desde aqueles primeiros actos polos quais os Poderes do Estado introduzírom a regulamentaçom dos seus usos no ordenamento jurídico da *Nación;* dantes era simples anedota ou «restricta quæstio folclorica», intrascendente. A novidade justamente estriba no reconhecimento de que existem cidadãos espanhois com direitos «por razón de la lengua» que nom é a oficial ou nacional (tanto tem). Pomos de parte as situações anteriores e unicamente atendemos ao presente estado de cousas.

A meu ver, as sentenças do Tribunal Constitucional espanhol sobre as Leis basca, catalá e galega de «normalización lingüística» oferecem, enquanto interpretaçom autêntica da Constituiçom de 1978, o «modelo lingüístico» a teor do qual os cidadãos, na sua condiçom de competentes nalguma língua cooficial, podem conduzir-se como tais (cidadãos). O tema genérico das sentenças já foi tratado em *Agália* (núm. 10, Verao de 1987, pp. 229-239); aqui toca-se com outro intuito.

O segundo «fundamento jurídico» da sentença sobre a Lei galega diz em certa altura:

«En cuanto a la argumentación en defensa del precepto impugnado ['deber de conocerlo'] fundada en la igualdad de las dos lenguas oficiales en el territorio de Galicia, pasa por alto que el principio constitucional y estatutario de igualdad se predica de los ciudadanos, y no es discriminatorio respecto de éstos, como vimos antes, la existencia de un deber de conocimiento del castellano y la inexistencia del mismo deber respecto del gallego».

E prossegue:

«Alega ciertamente el representante del Parlamento de Galicia, [sic] que el deber de conocer el gallego establecido por el impugnado apartado 'carece de exigibilidad coercitiva', está 'referido al mundo de los valores', y 'tendrá, pues, que interpretarse como imperativo ético que, jurídicamente, no es exigible y se traduce en un deber social de los gallegos como colectividad, dirigido más bien a los poderes públicos autonómicos'».

Mas o Alto Tribunal redargüi diferenciando aquilo que o representante do Parlamento confunde:

«Ahora bien, tal sentido y su interpretación no se desprenden del texto del apartado en cuestión, y no resulta tampoco, por amplio que sea el margen de la facultad interpretativa de este Tribunal, del contexto de los artículos invocados. Tampoco se desprende del texto que consideramos, [sic] que sean su destinatario único los poderes públicos autónomos como tales, ya que el deber de conocimiento se predica de 'todos los gallegos', con lo que no cabe en puridad no ver en él un deber individualizado y exigible de conocimiento» (*B.O.E.* p. 34).

O Tribunal Constitucional (advertide-o, meus amigos) nom exclui que haja um «imperativo ético», mais ou menos difuso, de conhecer o galego; é justamente neste suposto que podem coincidir «el representante del Parlamento de Galicia», «el Director general de lo Contencioso y el Patrimonio de la Junta de Galicia», «el Abogado del Estado, en representación del Presidente del Gobierno de la Nación»** e o Alto Tribunal. Mas também todos eles coincidem em excluir a «exigibilidad coercitiva» de cada cidadão conhecer o galego (e portanto de o poder usar) ou, dito por outras palavras, a possibilidade de, nos empregos *institucionais* do galego, o órgão dos entes publicos actuarem no exercício do seu *imperium* e, assim, os particulares aparecerem numha posiçom subordinada; remeto-vos à epígrafe.

Destarte, os usos *institucionais* de galego ponhem-se fora dos ámbitos do Direito Publico sem, nalgumha medida, se definir a esfera do Direito que os puder regular, enquanto os usos *institucionais* de castelhano indiscutidamente som com propriedade de Direito Público.

DESIGUALDADE E HIERARQUIA.

A desigualdade dos cidadãos quanto aos «direitos lingüísticos» radica portanto na hierarquizaçom que as Leis Fundamentais estabelecem entre

(**) O recurso nom foi «apresentado polo *Delegado* do Goberno *central* na Galiza«, que vós dizedes (pp. 55-56), mas polo próprio *'Presidente* del Gobierno *de la Nación'* (os itálicos som meus).

as línguas empregadas no território espanhol: umha, sendo «oficial *común* del Estado español en su conjunto» (*B.O.E.* p. 24), i.e. *nacional,* é «medio de comunicación normal de los poderes públicos y ante ellos en el conjunto del Estado español» (ibidem), i.e. *oficial;* as outras, nom sendo *nacionais* mas apenas «regionais», som *cooficiais* nos respectivos sectores, «en principio *[com]* la misma validez jurídica» (ibidem) que a oficial do Estado, cuja utilizaçom, porém, «aparece condicionada, en las relaciones con los particulares por los derechos que la Constitución y los Estatutos les *[aos cidadãos]* atribuyen» (ibidem, pp. 24-25).

Esta mesma hierarquizaçom transparece em obras académicas, como na *Historia de la lengua española,* do actual director da R.A.E., Sr. Lapesa. Nela, por palavras do prologuista da primeira ediçom, D. Ramón Menéndez, toma-se «como hilo conductor la historia externa del idioma español, y simultáneamente, a través de ella, expone la evolución interna gramatical y léxica» (Lapesa 1980, p. 9)***. A distinçom, abusivamente atribuida a Saussure, entre a face externa e o miolo interno dos factos lingüísticos «justifica» a correlativa diferenciaçom entre umha pretensa história externa, sócio-política, da língua e a história interna, gramatical. Na realidade é a história, tida por externa, que condiciona e até determina a história, estimada interna, num duplo sentido (polo menos):

a) enquanto que a língua é «abstracçom fundada sobre miríadas de actos singulares da linguagem concreta» (Migliorini 1958. 1969, I, p. 10) e esses actos singulares som *todos* circunstanciados; quer dizer, o sistema lingüístico acha-se condicionado, na sua formulaçom expressa, polos ámbitos em que se verifica cada um dos actos lingüísticos;

b) enquanto que os actos som produzidos por indivíduos socializados e na condiçom de tais; quer dizer, os cidadãos no seu contexto sócio-político *actuam, valorizando-a ajeitadamente, a comunicaçom lingüística que, à sua* vez, verifica os processos socializadores.

Mas volvamos às propostas académicas do Sr. Lapesa. A história *interna* do castelhano subsume-se na (sua) história *externa;* ainda mais, ambas imbricam hierarquizadamente as histórias do galego e do catalám e do basco, segundo explica entre eufemismos o professor. Considerem-se os trechos seguintes escolmados do § 115 «La lengua española en el mundo y en España», pertencente ao cap. XV «Extensión y variedades del español actual». Permitide, meus amigos, a longa citaçom para «gostar» com jeito o discurso:

(***) Vós oferecedes umha via equivalente: «Cada un dos capítulos dedicados aos diversos momentos do galego comeza por una sucinta aproximación ás circunstancias da época (políticas, sociais, económicas...), para nos centrar logo nunha história externa *[sic; ou interna?]* da língua, sen pretendermos en nengún caso facer unha gramática histórica» (p. 5).

«La crisis espiritual y política atravesada por el mundo hispánico a partir del siglo XVIII no ha restado vitalidad a nuestro idioma [...]. Hoy es lengua oficial y de cultura de más de 250 millones de seres humanos, de los cuales unos 220 millones lo tienen por lengua materna. [...] El español es, por tanto, el instrumento expresivo de una comunidad que abraza dos mundos y en la que entran hombres de todas las razas (p. 462).

«En la Península su influencia ha actuado sin interrupción sobre las zonas de otros idiomas. *Portugal logró conservar sin menoscabo el suyo merced al florecimiento de su literatura clásica en los decenios que precedieron a la anexión de 1580, y más tarde, gracias a la separación política.* Pero en España no hubo región donde no ganara terreno el castellano, que había obtenido superior consideración social, era vehículo de amplia y brillante cultura y estaba apoyado por los usos oficiales. Felipe V lo hizo obligatorio en la enseñanza pública y en la vida jurídica y administrativa (pp. 462-463).

«Durante el siglo XVIII y buena parte del XIX continuó, agravada, la decadencia del catalán [...]; *aún más completa era la postración del gallego, convertido en dialecto vulgar.* En contraste con la escasa o nula importancia de las *creaciones vernáculas,* las regiones *bilingües* dieron valiosas figuras a la *literatura nacional* [...]. Pero con el Romanticismo despertaron de su letargo las *literaturas regionales,* y su resurgimiento se vio pronto reforzado por factores económicos y políticos. Sin embargo, la elaboración literaria del catalán, la menos sostenida y menos extensa del gallego, y los intentos de capacitar al vascuence como lengua de cultura, no impidieron que continuara la aportación de las respectivas regiones a la *literatura nacional* en castellano. [...]. Tampoco se ha detenido la *progresiva castellanización del habla, especialmente en Galicia, Valencia y el País Vasco.* Actualmente alrededor de seis millones de españoles hablan catalán o sus variedades valenciana y balear; dos millones y medio el gallego, y unos 500.000 el vasco. Pero en su mayoría son bilingües; en Cataluña y Baleares el castellano sólo puede ser *desconocido en ambientes muy cerrados, muy populares o rústicos;* en Vasconia, Galicia y Valencia es la lengua habitual de las gentes cultas y medias, muchas de las cuales ignoran el idioma regional [...] (pp. 463-464).

«La vitalidad de la lengua española se revela no sólo en su creciente difusión, sino también en la fundamental unidad que ofrece, a pesar de usarse en tierras y ámbitos sociales tan diversos. Esta cohesión se debe principalmente a la robustez de la tradición literaria, que mantiene vivo el sentido de la expresión correcta. El uso culto elimina o reduce las particularidades locales para ajustarse a un modelo común, que dentro de España se ha venido identificando con el lenguaje normal de Castilla. Las diferencias aumentan conforme es más bajo el nivel cultural y menores las exigencias estéticas; entonces asoma el vulgarismo y se incrementan las notas regionales. Pero es hondamente significativo que los rasgos vulgares sean, en gran parte, análogos en todos los países de habla española» (p. 465).

Também me parece significativo que o Prof. Lapesa dê, com o dito, por «expuesta la evolución de la *lengua literaria* en la época moderna» *(o itálico é sempre meu)* e, sem soluçom de continuidade, passe a estudar o «*vulgarismo,* como *variedad social* de gran interés lingüístico» (ibidem).

PROCESSO E DISCURSO INTEGRADORES

O Sr. Lapesa, ao historiar a língua *española,* está a narrar de facto o *processo integrador,* matizadamente violento, da Comunidade Lingüística castelhana no mundo; mas cumpre patentearmos que o seu *discurso* é *também integrador,* por vezes violentamente. Com efeito, o professor salienta

insistente quer a «creciente difusión», i.e. a consistência da Comunidade, quer «la fundamental unidad», i.e. a consistência do sistema. Este é um traço inevitável no discurso de historiadores e estudiosos, em geral, das línguas nacionais (ou de cultura!). Apesar de «la deslealtad del monolingüe castellano que, en determinadas regiones *[as chamadas 'bilingües']*, se siente inclinado a renegar de su propia lengua materna», segundo denuncia Gregorio Salvador (1987, p. 38), ou justamente por isso, como indício revelador, prevalece entre os Notáveis da Comunidade Lingüística castelhana um tipo de discurso, aparente ou realmente imperialista, mas, em todo o caso, coerente e preciso, sobre a língua e sobre a própria Comunidade: umha e *outra, conjuntamente, som projecto público,* portanto *universal* (enquanto se estende a todos os usos e afecta a todos os cidadãos), *e arreigado na historia;* em palavras de Bruno Migliorini, referidas ao italiano:

> «é obra do *povo* (entendido como totalidade da *naçom)* o impulso geral, o mudo consentimento em aceitar ou rejeitar umha inovaçom, que fornece consistência ao uso» (ibidem, I, p. 10).

Convido-vos a reflectir sobre o breve ensaio da Condesa de Pardo Bazán, D. Emilia, intitulado «¿Idioma ó dialecto?»; nele a notável espanhola estabelece:

> «Donde no hay *instituciones* ni *lazo nacional,* también las lenguas son movibles e inconsistentes, como la arena del desierto bajo el pie del nómada» (p. 360).

Pondo de lado a expressividade da adjectivaçom e a propriedade da comparaçom, cabe advertirmos que o asserto ecoa aquilo de Lebrixa, com que inicia o 'prólogo' à sua *Gramática de la lengua castellana:*

> «Cuando bien comigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación i memoria quedaron escriptas, una cosa hállo i sáco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; i de tal manera lo siguió, que junta mente començarom, crecieron i florecieron, i después junta fue la caída de entrambos».

Mas ela aduz, recortadamente, a autoridade de Duarte Nunes de Leão****:

> «Bien lo expresaba á principios del siglo XVII el filólogo lusitano Nunes de Leão, cuando decía que la lengua portuguesa, igual en un principio á la gallega, se le aventajó después *por haber en Portugal una corte»* (ibidem).

E a seguir refere o galego, nom ao português, mas ao castelhano, como remetendo o «dialecto» à «língua» que lhe corresponde:

> «Cotejando el gallego con el castellano, podemos adoptar sin vacilación el sentir de Littré respecto á los dialectos franceses, que «no son» —dice— «desmembraciones de otra lengua francesa existente, sino que en puridad son anteriores á la lengua francesa, o para aclararlo más todavía, la lengua francesa actual es uno de

---

(****) Já me ocupei do tema em A. Gil Hernández (1985), pp. 121-122, reproduzido em (1987), pp. 243-245. Lembro que Nunes de Leão diz: «O que se causou por em Portugal haver *reis e corte* que é a *oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens».*

estos dialectos, que ganó, *por circunstancias extrínsecas y políticas,* la primacía entre los restantes» (ibidem; *os itálicos som meus).*

Definitivamente, por muitas fantasias que finjamos, temos de reconhecer que *sempre* a história (externa) da Comunidade Lingüística condiciona e mesmo determina a história *(interna)* da Língua, até ao ponto de esta ser ininteligível sem aquela. De facto *sempre* que se faz a história da língua se narra inexoravelmente a história da Comunidade lingüística; apenas diverge o tipo de discurso.

PROCESSO (i.e. recesso) *E DISCURSO DESINTEGRADORES?*

À diferença dos autores acima aludidos, vós, na *História da língua* (galaicoportuguesa na Galiza espanhola), sentistes-vos constrangidos, pola força dos factos, a narrar o *recesso* de umha Comunidade e o *esfarelamento* de um sistema lingüístico; mas pudestes optar por outro tipo de discurso.

Temo que, conscientes ou nom, mas arrastados polo «ambiente científico» imposto, contades *desintegradoramente* a desfeita; pondes de parte «instituciones» (que nom existem), mas também «lazo nacional» (que parece nom procurardes). Explico-me: o vosso texto parece achar-se inscrito num tipo de discurso que afirma o «lazo nacional», espanhol enfranquecedor portanto, nas presentes circunstáncias, do «lazo nacional» galego (ou galego-português). Talvez por isto (digo-vo-lo com todos os respeitos) ofereçades umha história de língua «movible e inconsistente, como la arena del desierto bajo el pie del nómada». De facto e sem que o advirtades (nom parece), a vossa exposiçom vai esfinhando-se segundo, hesitantes, progredides na *rede da história* e precisades evidenciar, talvez com excessiva frieza aparencial, o *recesso* de usos e o *esfarelamento* de estrutura na língua da Galiza espanhola.

Volveremos sobre o tema.

ALGUMHAS SUGESTÕES

Acho unidas hesitaçom perspectivadora e frieza aparencial sobretodo nos «Textos» que, sem nengumha orientaçom didáctica, oferecedes à consideraçom dos «non especialistas». Bem é reproduzi-los «con absoluta fidelidade» quando escritos originariamente em galego*****, mas seria melhor, apesar de todo, situá-los quer no corpo dos apartados, para ilustrar a exposiçom, quer, segundo fazedes, pospostos a cada 'capítulo' e comentados mercê a ajeitadas introduções e com sugerências para a reflexom ou o debate. Aliás, esses «Textos» som qualitativamente irregulares demais e

---

(*****) Nom entendo que razom poda haver para traduzir a *Carta-Prohemio al Condestable de Portugal,* do Marqués de Santillana, (pp. 18-19), as citaçons de Pensado ou de Frei Martim Sarmiento (pp. 28-30), quando se deixam no original castelhano outros textos (pp. 37, 60-61).

nem esclarecem (sempre) a linha discursiva que procurades seguir; antes, nom a patenteado (sempre), induzem a perplexidade ou a confusom.

Por outro lado, à periodizaçom, correlativa dos cinco apartados ou 'capítulos' em que dividides a obra, sobrepom-se outra implicada suficientemente no vosso texto. Aponto-vo-la:

1. «As origens do galego (português ou *portugalego)*» (até ao séc. XI) merecem um tratamento mais demorado e dirigido a explicar quer a imediata unidade cultural e literária de Galiza e Portugal e a peculiar «virtude lírica» do *portugalego* fora do seu território, quer a ulterior ruptura desta unidade provocada por causas políticas.

2. «A época trovadoresca» (até ao primeiro terço do séc. XIV).

3. «O galego-português posterior» (até ao primeiro terço do séc. XVI), período em que se inicia a decadência da Comunidade Lingüística sob os Reis de Castela, ao tempo que adquire consistência no Reino de Portugal.

4. «Os séculos obscuros sob os Austrias», que permitem comparar a situaçom da Comunidade Lingüística na Galiza e em Portugal, nomeadamente com relaçom ao período que medeia entre 1580 e 1640.

5. «Os séculos obscuros sob os Bourbões» (até 1808), em que o inicial processo unificador da «Nación española», seriamente levado, isola e degrada as falas galegas.

6. «O Pré-Ressurgimento (ou *primeiro ressurgimento)*» (até 1868), durante o qual, por urgências ou debilidades «nacionais» (espanholas), se começa um indeciso e desigual movimento de conscienciaçom diferenciadora entre os Notáveis residentes na Galiza.

7. «O Ressurgimento (ou *segundo ressurgimento)*» (até 1936), período em que se procede lenta mas decididamente à recuperaçom nacional galega. Convirá salientar destes anos os progressivos intercámbios culturais (mormente literários), sindicais e mesmo políticos de pessoas e grupos galegos com portugueses, ao tempo que na República portuguesa (1910) vai surgindo certa consciência da sua «irmandade cultural» com a Galiza.

8. «A época actual» (desde 1936): incoados prematuramente pola Ditadura de Primo e impulsados coactivamente pola franquista, o estado de opiniom e o processo «normalizador» de isolamento sociolingüístico e de interposiçom político-cultural, derivados imediatamente do já velho projecto nacionalizador da Espanha, tornam-se dominantes na Galiza espanhola de hoje.

Esta sugerência de periodizaçom tem de discutir-se aprofundadamente (sei-no), mas (opino) brinda a possibilidade de certa versom histórica racionalizada e explicativa do recesso da Comunidade Cultural e do esfarelamento do sistema lingüístico e fornece, portanto, a virtualidade esperançada da sua regeneraçom.

A ORTHOGRAPHIA (sic) *COMO ÍNDICE GLOTOPOLÍTICO.*

Em *História da língua* reiterades observaçons, sucintas, atinentes à «correcçom idiomática», entendida como tradiçom quer formalmente gráfica, quer genuinamente selectiva. Tomarei algumhas à maneira de exemplos em que fundamente o meu razoamento ulterior; distribuo-as seguindo a periodizaçom acima apontada:

1.º Antes do séc. XII «achamos en textos latinos [...] palabras isoladas nas que alviscamos fenómenos lingüísticos inequivocamente galegos, inexistentes no latín» (p. 11).

2.º «Na etapa medieval resulta-nos imposíbel distinguir entre galego e português; a língua dos cancioneiros é unha língua literária convencional que non pretende reproducir a fala particular dun autor ou dunha zona xeográfica [...].

«[...] A língua notarial resulta [...] variábel, ortograficamente inestábel e moi respeitosa coa tradición latina» (p. 12).

«[...] entanto castelán e portugués buscan xa a fixación dunha norma escrita, na Galiza continua a anarquia gráfica.

«Utiliza-se o galego, contodo, nos documentos notariais, bandos municipais, etc., mais as leis que chegan de fóra, de Castela, comezan a vir non en latin, como fora o costume, senón en castelán, a partir de Fernando III. É con este monarca co que se inícia a ruptura da relativa unidade lingüística da Galiza e o consecuente proceso castelanizador, tarefa continuada polo seu fillo o rei Afonso X» (p. 14).

3.º «Nesta época comeza a situación de conflito lingüístico [...]. A nobreza actua como elemento perturbador do monolingüismo galego [...], ao utilizar un idioma, o castelán, que até este momento fora alleo á Galiza e que vai servir de referência aos estamentos que pretendan medrar socialmente» (pp. 15-16).

[...] a partir de Henrique II *[ano 1387],* amparada no centralismo administrativo e político, comeza unha prática lingüística completamente castelá» (p. 16).

«[...] a poesia da denominada *escola galego-castelá* [...] castrapiza-se para ser comprendida por un público non galego, convertendo-se na realidade en textos a meio camiño entre o galego e o castelán» (ibidem).

4.º «A nosa língua nen sequer participará das preocupacións codificadoras do momento. Os humanistas galegos da época gardaban completo siléncio sobre a situación do galego e mesmo sobre a sua própria existéncia» (p. 23).

«O galego [...] verá-se reducido ao rango de fala desvalorizada, oral e, portanto, aliterária, acultural» (pp. 23-24).

«Contodo, o galego non desaparece por completo da escrita [...]; porén, estes escasos restos escritos non permiten que a califiquemos senón como oral, língua dialectal non escrita. O rexisto culto do galego será o castelán, permanecendo a tradición literária galega no esquecimento» (pp. 24-25).

5.º «Coa chegada ao poder dos Borbóns, incrementa-se o centralismo político en toda a Península *[???]*» (p. 22).

«[...] O galego foi castelanizando-se porque, ao non se ver reflexado na escrita, perdeu conciéncia de si mesmo e chegou a se sentir como unha versión vulgar e familiar da língua oficial» (p. 25).

«Durante o século XVIII o galego segue a ser considerado como unha língua dialectal, mais un grupo minoritário de intelectuais, os chamados *ilustrados,* mostran a sua preocupación pola marxinación lingüística da Galiza» (p. 25).

6.° «Os escritores comezan a usar a língua galega, mais non dun xeito exclusivo» (p. 33).

«Cando os nosos escritores comezan a utilizar o galego, descoñecedores da valiosísima literatura medieval, cren ser os primeiros en usar literariamente o galego; ven-se na obriga de forxar unha *língua literária,* coa sua correspondente ortografia. Para isto teñen que partir daquel galego que coñecen, a castrapizada fala da sua zona, e da ortografia na que aprenderon a escreber, a do castelán» (p. 34).

7.° «Nen sequer as tendéncias máis progresistas e descentralizadoras *[do provincialismo e do regionalismo]* tiñan conciéncia clara de que a língua era a base da nacionalidade; de feito, a equivocada consideración do galego como dialecto do castelán tardará en desaparecer» (p. 32, *vide* p. 24).

Nas primeiras gramáticas e dicionários observa-se «una forte dependéncia do castelán, e mesmo un rexeitamento explícito de moitos rasgos galegos que non coinciden cos da língua oficial.

«Dentro dos intentos dos homes do *rexurdimento* por acadar a dignificación da língua galega, cumpre salientar a fundación en A Coruña da *Real Académia Galega* [ano 1906]. Esta institución tiña como obriga imperiosa a redacción dun *dicionário* e unha *gramática* do galego» (p. 36).

Os nacionalistas *(Irmandades da Fala,* 1916 e ss.) «propoñen unha reforma sócioeconómica que evite a emigración e, ao mesmo tempo, un melloramento das condicións da Galiza e a oficialización do galego a todos os niveis («Cooficialidade dos idiomas galego e castelán»)» (p. 42; *vide* pp. 44-45).

8.° Neste tempo provoca-se «unha forte aceleración do proceso desgaleguizador da sociedade, o que levou nas últimas décadas a unha brusca mudanza de hábitos lingüísticos nas capas máis novas da nosa sociedade» (p. 53).

«Dentro deste esforzo pola elaboración dunha língua estándar, existe desde hai tempo a convicción da necesidade dunha normativa unificadora. Neste proceso ainda non concluído, e no que coexisten posturas diverxentes, é de agardar que se chegue a unha solución satisfactória e de concórdia, que reciba a aceitación da sociedade e permita a plena estandarización da língua dentro dun proceso normalizador» (p. 5().

Talvez tenha sido excessivo. Com certeza nom fum exaustivo; vós incluides mais referências a *la questione della lingua.* Reincido já sobre a «frieza aparencial» do discurso em que inscrevedes o vosso texto; vou permitir-me dizer-vos que nom se ha de identificar nem com *objectividade* nem com *imparcialidade.* Com efeito, pondes de parte aspectos *(muitos)* que teríades de explicar *(melhor);* progredides assim na vossa exposiçom, perigosamente, a favor do projecto e processo *oficial* espanhol sobretodo por silenciardes, contra algumha insinuaçom ocasional (vide § 2.5. «A castelanización da língua», p. 25), que é este factor «externo» um dos decisivos para a disturbaçom e eliminaçom da Comunidade Lingüística galega.

Apesar de todo, rastejo no vosso libro as seguintes proposiçons, tocantes ao *centralismo administrativo e político* (que vós dizedes):

a. rompeu a unidade lingüística da Galiza;

b. eliminou os usos de galego escrito nas instituçons e fora delas;

c. evitou a formalizaçom idiomática, i.e. a codificaçom da *Orthographia;*

d. foi e é agente castelhanizador das falas galegas.

Mas cumpre também salientar que apresentades o *centralismo* de jeito confusamente insinuante, como instrumento de normalizaçom lingüística quer a respeito da *Orthographia,* quer a respeito dos usos.

Eis o paradoxo da vossa história da língua, acima assinalado: *nom narrades integradoramente o processo desintegrador* da Comunidade Lingüística galega, com o qual vos instalades, *de facto,* no discurso desintegrador das instituiçons espanholas e assim «des-historiades» a língua; contribuides *pedagogicamente* à desintegraçom da Comunidade. Esta, que parece censura, exprobaçom ou reprimenda grave, é simples constataçom que se evidencia por duplo caminho:

1.º) A posteriori, já que vós próprios, ainda adelgaçando a clareza no historiar segundo vos aproximades ao nosso tempo, mostrades que o recesso de usos e o esfarelamento do sistema foi provocado, enquanto ocasiom e causa indutora, polo *centralismo* que ha de interpretar-se como *processo* (ou projecto em execuçom) *nacionalizador da Espanha.* Dificilmente, portanto, este processo, em essência o mesmo desde começos do séc. XIX ou antes, ocasionará hoje efeitos contrários aos que vinha produzindo; e, se insinuades que pode haver esperança, é porque deixades umha «boa» porçom da história sem narrar ou porque a narrades insuficientemente.

2.º) Aliás, *a priori* parece razoável supor:

a) Que o *discurso político* legitimador do *projecto nacional* se correspondem com o discurso *político-académico* legimitador do *modelo lingüístico* que garanta a coesom do Estado, a teor do projecto estabelecido.

b) Que um e outro discurso (ou ambas as faces do único discurso coesivo) som correlativos do *discurso académico* que legitima a formalizaçom idiomática a erigir em *norma da língua* que o Estado tiver assumido como *nacional e/ou oficial* (ou das línguas, no seu caso) (A. Gil Hernández 1986 a, 1986 b, 1987 a, 1987 b).

Ora, se, a vosso ver, o discurso político e/ou académico espanhol, tal qual está hoje conformado, pudesse *também* legitimar e garantir a normalizaçom da Comunidade Lingüística galega dentro da «Nación española», teria de inferir que, talvez inconscientemente, consentides com a formulaçom *(polo menos)* daquele discurso que, conhecido sob o nome «da boa vontade» (Aracil 1965. 1982), pretexta cordialidade entre os indivíduos e apela à «liberdade» dos cidadãos, mas efectivamente procura acelerar o processo eliminador das Comunidades Lingüísticas nom assumidas polo projecto nacional do Estado.

PUBLICAÇOM vs. *PRIVATIZAÇOM.*

Para acabarmos, reincidimos no «processo nacionalizador» ou «projecto nacional (em execuçom)», no «modelo lingüístico» e na *Orthographia,* conceptual e ideologicamente correlativos. A *língua nacional* e oficial

constitui-se por definiçom em *assunto público e para publicar* quer em virtude das disposiçons legais, quer mercê aos estudos académicos. Lembrade que assim se conduzem nos diferentes Estados os Tribunais Constitucionais e em geral os órgaos do poder, por umha parte, e, por outra, os académicos, como os Profs. Lapesa e Migliorini.

A *língua,* por ser *cousa-pública,* é implicadamente *universal,* enquanto se estende coactivamente a *todos* os ámbitos de uso no território nacional e mesmo internacional, e *histórica,* enquanto se remonta até à origem e raiz da Naçom sem soluçom de continuidade e mesmo sem excluir um certo grau de mitificaçom. Destarte é o discurso sobre a língua nacional.

Porém, reparade na história da língua *galega,* como a narrades vós por exemplo. Já o termo «galego» indica, nas presentes circunstâncias, umha inicial *priva*(tiza)*çom.* Mas, prescindindo de matizes e considerações que me proponho tratar em melhor ocasiom, cumpre reconhecermos que o idioma galego nom adoita apresentar-se *(obrigadamente?)* como língua nacional, mas só como co-oficial recortada *(Vide* § 2.4. «A lexislación sobre o galego», pp. 55-56). Por conseqüência:

a. Nom apenas se reconhece que o galego é hoje *cousa privada,* mas parece entender-se que nunca poderá conseguir o rango de *cousa pública.*

b. Decerto, segundo se descrevem, tanto a sua utilizaçom quanto os seus ámbitos de uso nem som nem serám universais já que, em razom do *território,* se assume o facto de se achar reduzido a umha «región española», por sua vez restringida, e, em razom da *língua estándard* elabóravel, se substrai aos cidadãos da Galiza espanhola a possibilidade de intercomunicaçom transcontinental com a Comunidade Lusófona internacional, nomeadamente com Portugal e o Brasil.

Aliás, dado o ordenamento jurídico vigente na Espanha, os usos de galego, por dependerem em última instancia da iniciativa dos indivíduos, som singelamente assunto *privado.*

c. Enfim, também segundo é apresentada, a história da língua galega carece de continuidade e, em tal sentido, é radicalmente *anistórica.* Com efeito, reconhecendo-se que «o centralismo» e «a castelanización» provocaram umha soluçom de continuidade evidente tanto nos usos quanto no sistema, nom se procura logicamente nem regenerar sistema e usos, de modo que enlacem com aquela primeira situaçom normal da Comunidade Lingüística, nem, menos ainda, propor um projecto coerente, de modo que num tempo ulterior, próximo, se consiga a real normalizaçom da Comunidade e da Língua.

Ainda mais, por vezes domina a sensaçom de *o galego* ter surgido nos meados do séc. XIX quando os escritores partem «daquel galego que coñecen, a castrapada fala da sua zona, e da ortografia na que aprenderon a escreber, a do castelán», como vós apontades.

Mas dos temas glotopolíticos, enquanto fundamentais para historiar as línguas, conversarei com Toni Mollá e Carles Palanca. Recebei jás os mais cordiais cumprimentos.

2. *SEGUNDA MISSIVA: língua e naçom.*

(Epígrafe:) *Liberdade e igualdade iludidas.*

«Temos visto que umha Constituiçom que proclama genericamente a liberdade e a igualdade democrática nos artigos 1.º, 4.º, 149.º.1.1.ª, entre outros, as esnaquiza e avilta especificamente no artigo 3.º, em que o Estado cita polo seu nome o único idioma que ampara e impom como oficial e, no entanto, relega à indefiniçom e indefensom «las demás lenguas españolas». O contraste entre o idioma enfaticamente proclamado e os idiomas vergonhentamente inomináveis nom fai senom declarar com a suprema hierarquia ideológica e legal as regras fundamentais da desigualdade preestablecida. O escándalo é que se tente legitimar assim, com modos democráticos, um princípio radicalmente antidemocrático e que se apresente como soluçom inovadora a discriminaçom mesma que constituía o problema inveterado. Por poucas palavras: fecha-se em círculo vicioso o futuro que se tentava abrir».

(Ll. Aracil e al., *Declaraçom de Pamplona* (1983), publicada ultimamente em *Agália* (Núm. 10 (Verao 1987), pp. 230-231), incluida no «Informe sobre as sentenças do Tribunal Constitucional...»).

SALUTAÇOM

Meus amigos Toni e Carles******:

Publicades na Catalunha do Sul, conhecida também polo nome de *País Valencià* e oficialmente alcunhada de «Comunidad Valenciana», um curso de sociolingüística, que concebestes e distribuistes em dous volumes; ainda só tem aparecido o primeiro, se bem, como anunciades, se preveja a publicaçom do segundo neste ano 1988.

Na auto-recensom que vós fazíades recentemente (núm. 1 de *Noves SL* (Dezembro-Janeiro de 1988), p. 2) indicades que o curso é «un intent de *sistematització* d'enfocament, preguntes i dubtes més que nos pas de respostes»; e explicades:

«I això és per dos motius fonamentals: d'unha banda, per la nostra pròpria formació, obligatòriament autodidacta i orgullosament antiacademicista en el sentit de no compromès. D'altra, precisament per aquest compromís que ens imposa el context des del qual hem escrit i des del qual voldriem ajudar a comprende la realitat».

Quando em Julho de 1983 «bascos, catalães e galegos, profissionais das Ciências sociais, da Didáctica e dos Meios de Comunicaçom, e mem-

---

(******) Toni MOLLÀ - Carles PALANCA, *Curs de Sociolingüística,* Vol. I, Edicións Bromera, Alzira, 1987, 269 pp. Em adiante fago só referência à página.

bros de Grupos de Promoçom cívica» (assim começa a *Declaraçom de Pamplona,* lembrades) nos reuníamos em Iruinea (ou Pamplona) e iniciávamos o movimento cívico *Iruinean Sortua* ('Surgido em Iruinea'), nem suspeitávamos o caminho desigual que havia de percorrer o nosso discurso. Lleida, em Outubro-Novembro desse ano, e Santiago, já em Março de 1984, formam sede de novas reuniões. Em todas elas, bem o sabedes, debatêmos a situaçom conflitiva em que se acham as nossas respectivas Comunidades Lingüísticas incluidas *parcialmente,* todas elas, no estado espanhol. Um fruto de aqueles debates é decerto o curso sobre que conversamos; neste suposto sinto-me com direito de o considerar também obra minha, com todos os respeitos e cumprimentos para vós que sodes os autores efectivos.

Assim, *Iruinean Sortua,* enquanto *discurso* e enquanto *tarefa,* já que nom como organizaçom, em todo o caso dificultosa e gratificadoramente joeiradores, continua viva e está a estender a sua acçom. Nesta atitude esperançada converso convosco.

DA OBRA E DO ACADEMICISMO

Dividides este volume do *Curs* por temas: I) «Lingüística i Sociolingüística» (pp. 11-45); II) «El món de les llengües» (pp. 47-49); III) «Varietats i registres de la llengua» (pp. 81-111); IV) «Aspectes del bilingüisme» (pp. 113-141); V) «Notes sobre la diglòssia» (pp. 143-175); VI) «Ensenyament, llengua i societat» (pp. 177-205); VII) «Introducció a la situació demogràfica i cultural del català» (pp. 207-256).

A «Presentació», decente com lucidez, de Vicent Pitarch (pp. 7-9) e umha extensa «Bibliografia» (pp. 257-267) completam o volume. A primeira obriga-nos a dilatar o diálogo imediatamente; a segunda merece algumhas considerações.

Umha primeira olhadela a este apertado índice convida-me a apontar-vos que talvez sejades respeitosos demais com as pautas académicas estabelecidas; talvez seja fruto da necessidade, talvez seja conseqüência de estarmos aqui e agora e destarte. Contudo, é certo (felizmente) que o «descompromisso-compromisso», autodidacta e contextualizado, guia orgulhosamente o multidiscurso em que procurades inscrever o vosso texto, ao tempo que procurades construir aquele por meio deste.

CABE UMHA SOCIOLINGÜÍSTICA OFICIAL?

Na «Presentació», Vicent Pitarch observa a certa altura:

> «al si de les comunitats lingüístiques desequilibrades es comença a patir la frustració provocada per la fallida de les expectatives que hi havia suscitat, durante la darrera trentena d'anys, la nova ciència del llenguatge. Justament aquesta experiència de fracassos ens ensenya que cal reconduir els mètodes de la sociolingüística oficial perquè s'han revelat força retòrics en la seua vessant analítica i sobretot deficitaris en la seua vessant pragmàtica» (p. 8).

A meu ver, o apresentador tenta mergulhar-nos na raiz racional da Sociolingüística e, em geral, das Ciências da Linguagem: podia o intento se configurar como questom: «é possível a elaboraçom académica, quer dizer, institucional, de umha sociolingüística imparcialmente libertadora?». Por outras palavras: «é possível umha lingüística (também, portanto, umha sociolingüística) nom irracional ou nom preconcebida supersticiosamente segundo as fronteiras dos estados?», que equivale a perguntar: «e possível a universalidade nas Ciências da Linguagem?».

As questões precedentes teriam de responder-se e contrastar-se com estoutras e as respostas correlativas: «que objectivos praticos alcançam as Ciências da Linguagem elaboradas nos ámbitos académicos oficiais?». Talvez nesse vulgar «serve eficazmente para...», que se implica na resposta, esteja a chave da soluçom a muitas das incógnitas que costumam apresentar-se como mistérios carregados de inefabilidade...

Seja o que for, as comunidades lingüísticas em que pensa o apresentador som decerto e sobretudo as incluidas no Estado espanhol; neste suposto, o *desequilíbrio* reveste características de que saliento três:

a. o seu território estar parcialmente incluido no do Estado, que, por sua vez, se identifica com o território *natural* da comunidade lingüística castelhana;

b. serem coactivamente minorizadas quanto aos usos institucionais, sem o contraponto, até os nossos dias, de um projecto seriamente modernizador e progressista;

c. nalguns aspectos desde 1970/1975 e em geral desde 1978 serem submetidas a «cooficialidade esvaziada e esvaziante».

Nom se considerará grande paradoxo o facto de, neste próprio tempo, os movimentos nacionalistas tradicionais, cujo objectivo parece ser a *recuperaçom de usos* das línguas que legitimam a sua existência e acçom políticas, carecerem de projecto seriamente modernizador para a sua comunidade cultural. Destarte nacionalistas espanhóis e nacionalistas «regionais» venhem confluindo sobretudo na «ideologia» de raiz reaccionária, em benefício eficaz do projecto sustentado polos primeiros.

Este foi o caldo de cultura sobre que se começou a elaborar (quando tal aconteceu) o discurso sociolingüístico; os textos inscritos nele, mal ou bem, ham de fazer referência a esse caldo. Em todo o caso, discurso (ou multidiscurso) e textos sociolingüísticos fôrom elaborados entre grupos marginais, nom institucionais, e por cidadãos aderentes a eles, mal ou bem.

Destarte, acho que com justeza cumpre duvidarmos da existência de algumha sociolingüística que caiba considerarmos «oficial», nem sequer em Catalunha. Pressinto que a sociolingüística que se faz hoje no País Basco mantenha dificilmente a condiçom de teoria e discurso *sociolingüísticos* no momento de as instituições pretenderem assumi-los e praticá-los. Diria mais bem que a «sociolingüística» oficial conseguiu até o presente interferir nas

isoladas teorizaçom, organizaçom e actuaçom sociolingüísticas nom-governamentais, del tal jeito que estas parecem a eito fracassar por nom alcançar adequadamente os seus objectivos. Nom obstante, a existência de livros como o *Curs* e de «presentacións» como a de Vicent Pitarch, que suponhem uns cidadãos leitores determinados, induzem a suspeitar que, apesar de tudo, esse fracasso é só apariencial. Quero dizê-lo convencido.

Na realidade o discurso (ou multidiscurso) teórico-prático para a normalizaçom das comunidades lingüísticas «desequilibradas» diverge profundamente do discurso académico supostamente correlativo e reconhecido pola oficialidade constituida, justamente porque questiona *primo et per se* o estado de cousas estabelecido e, criticando-o desde a raiz, tenta consciente e conscienciosamente mudá-lo para umha situaçom de liberdade e igualdade certas.

A meu ver, a dicotomia que Vicent Pitarch pom entre métodos

«retóricos» e «deficitários» vs. *«lógicos» e «satisfatórios»*

é de facto dilema entre

«sociolingüística» para a morte vs. *sociolingüística para a convivência;*

ainda que a primeira, institucional, se ofereça sob aparência de vivificar.

Permitide-me que a este respeito aponte o seguinte:

a. Umha *Sociolingüística* para a vida e a convivência bem organizada terá de subsumir-se na *Teoria do Estado,* criticamente elaborada, nom para justificar situações de facto, mas para conseguir imbricações livres e igualitárias entre os homes.

b. Neste suposto, a *Teoria do Estado* imitaria os objectivos e os métodos, *mutatis mutandis,* da *Eclesiologia,* de que hoje é paródia distorcente.

SOBRE OS DENOMINADOS VARIEDADES E REGISTOS DA LÍNGUA

A leitura do terceiro tema, desse título, sugeriu-me estas reflexões:

1.ª É a canonizaçom, i.e. *o estabelecimento como cánone,* de umhas formas lingüísticas a que *produz* o estranhamento ou dialectalizaçom das outras, assim definidas e avaliadas *mecanicamente* desde aquelas.

2.ª A extensão das formas canónicas por meio do ensino *produz,* primeiro, umha estranha hibridaçom e, a seguir, umha deficiente nativizaçom das mesmas entre os cidadãos 'populares' de maneira que, em última instáncia, o Povo, i.e. *as cámadas da Naçom que nom som notáveis,* fica desapossado da autenticidade e/ou autoridade idiomática.

Apesar de a doutrina usual insistir que «o Povo faz a língua», sob formulações díspares, o certo é que a língua canónica é elaborada pola Notabilidade académica e imposta às camadas populares como objecto de aprendizado e, sobretudo, como instrumento-e-símbolo da Naçom.

3.ª Hipoteticamente o *processo redutor,* mercê ao qual as falas (por natureza várias e divergentes) se unificam sob a escrita canonizada, torna-se em *processo marginador* quando essa escrita *se oraliza,* pola leitura ou a «recitaçom», *e mede* o grau de dialectalizaçom das falas e, conseqüentemente, a sua incorrecçom idiomática e acumulaçom de vulgarismos.

4.ª Estes processos distorcem-se gravemente nos casos galego e catalám (e basco), em que o estabelecimento do cánone e as realizações orais das falas originárias e da língua comum (existente, apesar de tudo) se acham interferidos polo cánone e os usos do castelhano, língua declarada nacional e efectivamente oficial nesse mesmo território.

De facto tais processos, redutor e marginador, nem som tam simples, nem deixam de ser solidamente eficazes na configuraçom da competência lingüística entre os cidadãos e sobretudo no estabelecimento ulterior (?) das denominadas Ciências da Linguagem, quer espanholas, quer galegas ou catalãs (ou bascas).

Em todo o caso, vós bem sabedes que as variedades e registos da língua som sempre realizações sociais ou, antes, sociopolíticas. Deste ponto de vista, umhas e outros ficam estabelecidos e medem-se segundo umha norma ou cánone idiomático baseado nos seguintes *critérios:*

a. critério de *poder,* organizado e estendido por coacçom;

b. critério de *prestígio,* exercido pola denominada pressom social, que na realidade assenta em determinados grupos de pressom;

c. critério de *popularidade,* emanado da emulaçom.

Todos eles som concomitantes e complementares. Deste modo, nem a *naturalidade* é tam natural nem a *convencionalidade* é tam livre; remeto-vos às pp. 83-85.

Todos conhecemos que *relatividade* (de *relativo,* 'que diz relaçom') nom é igual que *indiferenciaçom* (de *indiferença,* 'que nom está diferenciado'); assim, *cada segmento cultural,* como som a língua, as suas variedades e registos, *é relativo* da Cultura e dos outros segmentos que a integram, *até ao ponto de nom serem nem indiferentes nem indeferenciados,* mas coerentes e consistentes. Justamente quando umha dada Cultura nom está normada, quer por carecer de normas (?), quer por se achar em conflito com outra Cultura fortemente normada, é quando as relações entre os distintos segmentos culturais som inconsistentes e indiferenciadas: a primeira Cultura, esvaecente, está a ser substituida pola segunda.

DETERMINANTES DOS USOS LINGÜÍSTICOS

Reclamo a vossa atençom para o apartado «Classificació de la diversitat» (pp. 85-87) e mormente para as coordenadas que determinam a variabilidade dos usos lingüísticos. Decerto foram abundantemente tratadas na Sociolingüística por Fishman, entre outros; mas também é certo que vós

pudestes demorar mais no seu tratamento. Indico-vos algum aspecto para çada umha:

1.ª «Qui parla a qui», i.e. as pessoas; mas o *etc.* que vós pondes implica, nada menos, a *funçom social e/ou sociopolítica* identificadora do emissor e do receptor e formulável a teor das relações de autoridade, potestade, prestígio, popularidade,...

2.ª «De què parla», i.e. o tema ou campo do saber que, por sua vez, também ha de fixar-se sociopoliticamente.

3.ª «En quina situació», *o lugar e o tempo,* nem astronómicos nem puramente físicos, mas *sociais* e portanto simbólicos, determinados pola interaçcom e imbricaçom dos actuantes e determinadores das mesmas. Cumpre definir nomeadamente *o território* que, sendo assinalável fisicamente, fica delimitado interaccionalmente e, em cada caso, em virtude das imbricações de dominaçom: *quem, de que, onde* (baixo que bandeira?), *quando* (em que momento histórico?), *por meio de que* (instrumentaçom), *para que* (intençom, objectivo ou intuito), *sobre que (pré-)supostos.*

4.ª «Per quin mitjà», a *maneira* ou canal condicionante do processo.

5.ª «Amb quina intencionalitat», a *intençom,* objectivamente descrevível e fixável.

6.ª «El que no es diu», os implicamentos, sempre inteligíveis sobre o que se diz e por isto mesmo.

Com relaçom aos apontamentos precedentes e atinginte ao apartado 3. «La varietat comuna: l'estandard», vale dizer que a língua «canonizada» *funciona* (portanto, *é utilizada)* como *identificador simbólico* da pertença à Comunidade Lingüística, sem menoscabar o carácter de *instrumento eficaz e generalizado* na intercomunicaçom dentro do território a que se estende e delimita a Comunidade em questom. Por conseqüência, a língua comum é-a por ser «universalmente» aceite mais do que por ser «bem» conhecida e utilizada.

Aliás, a língua comum, *normada oficialmente,* adoita considerar-se como *Gramática e Dicionário,* escritos numha determinada *Ortografia;* implica-se portanto que o poder oficializador *representa legitimamente* a sociedade ou Comunidade Lingüística sem conflitos civis agudizados nem soluções de legitimidade intensas (remeto a todo o apartado, pp. 92-102). Parece manifesto que, no estado espanhol, nom é esta a condiçom da Comunidade Lingüística galego-portuguesa: o poder oficializador *nom representa legitimamente* a comunidade lingüística, enquanto se «sente» intimamente integrado à comunidade castelhanofonoa; abundam os conflitos civis «por razón de la lengua» (vide *Estatuto de Autonomía de Galicia,* art. 5.°.4) até a discriminaçom grave dos galego-utentes e, nomeadamente, evidencia-se do ponto de vista histórico a soluçom de legitimidade nas classes dirigentes «galegas».

APONTAMENTOS SOBRE A DIGLOSSIA

Poremos de parte o tema 4. «Aspectes del bilingüisme«, suficientemente tratado, e passaremos a considerar o tema 5. «Notes sobre la diglòssia». Muito resumidamente cabe abvertirmos:

a. A relaçom entre as realizações orais *(falas)* e as gráficas *(escrita)* será sempre diglóssica, mesmo se tomamos o termo na acepçom fergusoniana original; quer dizer, *diglóssico* ou *bilingual.* Ainda mais, a *relaçom entre falas* (divergentes) *e escrita* (unificada) constitui a «essência» da diglossia, o seu miolo.

b. Em princípio, a diglossia parece ser directamente proporcional à *extensidade* populacional e inversamente proporcional à *intensidade* educativa e comunicacional.

c. Doutro ponto de vista, a diglossia parece ser directamente proporcional aos desajustamentos existentes entre a sociedade (ou comunidade lingüística) e o estado (ou aparelhos institucionais) e inversamente proporcional à coesom nacional ou societária, quer dizer, à identificaçom dos cidadãos com o projecto nacional-e-social do estado.

d. Porém, opino que tem de rejeitar-se qualquer conceito de *diglossia* que nom suponha *diferenciaçom dentro da mesma língua,* nomeadamente tocante aos usos, mas em definitivo atinente à estrutura. Esta é a linha por que avançades no *Curs;* os meus parabens!

SOCIEDADE, LÍNGUA E ENSINO

O tema 6, que vós intitulades «Ensenyament, llengua i societat», merece um comentário melhor e mais amplo; hei de sintetizar e simplificar a minha resposta ao vosso estímulo:

a. Parece manifesto que a sociedade e o estado se acham hoje em correlaçom dialéctica, mesmo desigual. Quer dizer, a movimentaçom social estataliza-se quase por impregnaçom e simultaneamente o estado socializa-se mercê à acçom institucional também e nomeadamente no ensino. Destarte, os processos de reproduçom e de inovaçom cultural (em sentido amplo) convergem até ao ponto de que nuns mesmos ámbitos, os elementos supostamente criativos *harmonizam* cultural e socialmente o estado e, por sua parte, os elementos esperadamente harmonizadores se tornam *«criativos».*

b. A língua, os usos lingüísticos, institucionais e societários, corroboram a confluência de processos apontada: os primeiros, reprodutores, harmonizam os segundos; estes inovam aqueles. Mas também os usos institucionais devenhem virtualmente criativos sobretudo por meio das obras literárias incluidas no currículo escolar; aliás, os usos societários tornam-se harmonizadores sobretudo mercê ao «sentimento» de fraternidade *nacional* que suscitam.

c. Nos ámbitos educacionais desenvolvem-se aprofundadamente ambos os dous processos. Com efeito, o ensino, entendido como «induçom de percepçom e comportamento cidadãos», tem como alvo quer *reproduzir* a sociedade estatalizada, quer *inovar,* pola progressiva consolidaçom do estado (denominada *democrática/-o),* a socializaçom deste, em que *achem respostas* as «novas» exigências e *se lenifiquem* os possíveis e prováveis conflitos «políticos».

Também nestes aspectos as comunidades lingüísticas minorizadas, como a galego-portuguesa ou a catalã, som agudamente deficitárias:

a') Carentes de estado próprio, acham-se submetidas ao constante processo *dessocializador* que, por outro lado, está a socializar a cultura estatal (castelhana); assim, máis cada vez som menos sociedade e mais grupúsculos.

e') A língua minorizada quer na sociedade «própria», quer (oportunamente) nas instituições do estado alheio (e por elas) nom apenas se degrada nos ámbitos de uso, mas mormente na estrutura, que já nem é instrumento válido de harmonizaçom social, nem identifica suficientemente a sociedade dos seus utentes, nem possui capacidade criativa, senom que perde mais cada vez «virtude» tradicional.

c') O ensino galego ou catalám, quando existir, integra-se decerto num ámbito institucional alheio, castelhano, e portanto alienador; torna-se em «recanto da língua» ou «raconet de la llengua» acumuladamente: enquanto a língua fica reduzida a disciplina gramatical ou, como muito, literária de segunda ordem, regionalizada. Destarte, o ensino galego ou catalám desapossa de percepçom e comportamento cidadãos os seus utentes, cada vez menos nativos da língua «própria» e mais nativizados na alheia, que assim deixa de a ser.

d') «El perill de l'assignaturització» é mais do que perigo; as «limitacions de l'ensenyament» som, segundo fica assinalado, muito grandes (veja-se pp. 198-200; também pp. 184-198).

ADVERTÊNCIAS FINAIS

Permitide que seja brevíssimo:

1.ª A respeito da *bibliografia,* cumpre reconhecer que se pode completar e mesmo perfilar, quer distribuindo por temas as obras citadas, quer ampliando-as convenientemente. Cabe indicar neste apartado que a bibliografia e o tratamento da comunidade lingüística galego-portuguesa (Galiza espanhola) ham de aperfeiçoar-se aprofundamente, como decerto o faredes em seguintes edições e no volume segundo.

2.ª A respeito da *sistematizaçom da obra,* talvez se ache de menos uns índices ou tábuas de matérias, de textos ou leituras integradas nos temas e, mesmo, de autores citados.

Vale acrescentardes o apartado referido à sociologia da língua e nomeadamente ao atinginte às comunidades nom castelhanófonas incluidas no Estado espanhol; também nom sobraria umha notícia mais demorada do que se passa em estados como o belga, o suíço ou o jugoslavo.

3.ª Depreende-se dos temas aqui comentados (e dos outros) que é muito urgente manter acrescentadamente intercomunicaçom entre aqueles, interessados, que nos topamos e encontramos em situaçom equivalente para observarmos e analisarmos melhor a respectiva realidade (e «dizê-la!»), interagirmos consoante a correlativa identidade cultural (assim se adoita denominar a situaçom sociopolítica...) e criarmos textos que possibilitem a profundizaçom de contextos igualitários e livres.

Mais nada: recebede, amigos Toni e Carles, os meus parabens e os melhores cumprimentos, desde a Galiza e neste día de Março.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Ll. V. Aracil (1965. 1982), «Conflicte lingüístic i normalització a l'Europa nova», in *Papers de Sociolingüística,* Barcelona, 1982, pp. 23-38.

Comissom Sociolingüística da AGAL (1987), «Informe sobre a sentença do Tribunal Constitucional no recurso de inconstitucionalidade contra as Leis de Nórmalizaçom linguïstica, in specie a galega», in *Agália,* núm. 10 (Verao de 1987), pp. 229-239.

A. Gil Hernández (1985), «A situaçom *de direito* no Estado espanhol...», in *O Ensino,* núm. 11-12-13, pp. 115-127. Reproduzido em M.E.C. (Subsecretaría General de Formación del Profesorado) (1987), *Innovación en la enseñanza de la lengua y la literatura. Actas,* Madrid, pp. 235-248.

(1986 a), «Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros...», in E. Guerra da Cal *et alii, Lingüística, sociolingüística e literatura.* Temas de *O Ensino,* núms. 6/10, Braga, pp. 247-283.

(1986 b), «Humildade e cortesia intelectual. Resposta aberta a X.F.R.», in *Agália,* núm. 6 (Verao de 1986), pp. 127-160.

(1987 a), «Sobre dicionarios galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estraviz...», in I. Alonso Estraviz (1987), *Estudos filológicos galegoportugueses,* Madrid, pp. 247-334.

(1987 b), «As normas de correção idiomática para o galego desde o ano 1970. Análise do discurso legitimador», in *O Ensino* num. 18/22. Monográfico de Homenagem ao Prof. Carvalho Calero, Braga, pp. 243-263.

R. Lapesa (1980), *Historia de la lengua española,* Prólogo de R. Menéndez Pidal, Madrid, 8.ª ed. refundida y aumentada.

J. B. Machado (1983), *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador,* Coimbra,.

B. Migliorini (1958. 1969), *Historia de la lengua italiana,* Vols. I e II, Madrid.

E. Pardo Bazán (1888), «¿Idioma ó dialecto?», in *De mi tierra,* Corunha, pp. 353-367.

G. Salvador (1987), *Lengua española y lenguas de España,* Barcelona.

Tribunal Constitucional. *Pleno, Sentencias núms. 82/1986, 83/1986 y 84/1986, de 26 de junio, B.O.E. Suplemento* núm. 159) (Viernes 4 de Julio de 1986), pp. 20-35.

ANTOLOGIA

A morte de Nancy Reagan *

Por César CUNQUEIRO GONÇÁLEZ-SECO

I. *A MARCA DA BESTA*

Nancy Reagan achava-se rodeada do seu gabinete de crise no coqueto salom Liberdade da Casa Branca. N. R. estava nervosa. Ao dia seguinte viajava a Moscovo onde o Presidente dos E.U. ia assinar importantes acordos com o Secretário Geral do PCUS, M. Gerbachof. Mijail Gerbachof! A primeira vez que o viu na televisom e nos jornais ficou surpreendida pola mancha que tinha na pele da cabeça e que assomava curiosa polo areal da fronte, umha leda onda atrevida, se bem os meios nom lhe faziam justiça pois era simplesmente umha particularidade além de outras, olhos cordiais e cheios de humor, a boca sorridente mesmo risonha, um aspecto geral de atractiva bonomia. Tivo de conhecê-lo pessoalmente em Washington, apertar a sua mao, sentar a carom dele nos actos protocolários, respirar rente do seu corpo para se precatar do carácter maligno da mancha violácea, do vivo organismo protoplasmático que constituía, dos pseudópodos que se alongavam pola fronte desde a massa principal acaçapada (sangue que sumega e pinga, pegada de espantoso crime) moura cortina trás a que surgiam sinistros os olhos e o sorriso de M. G. E quando a mirada inquisitiva de N. R., forrada de diamante, topava com a mancha, esta adoptava umha pronunciada convexidade e pulsava errática numha alarma generalizada. E bem, leitora diária e apaixonada do Apocalípsis de S. Joám, como perante aquel ambíguo representante do império do mal, nom ia advertir o significado do que é marca, selo e nome profetizados? A marca da Besta! que surge do Abismo ao fim dos tempos para aniquilar os filhos predestinados do Cordeiro divino. Foi na derradeira ceia de gala onde a atravessou o punhal do seu descobrimento: todo resultava claro e lógico, as coincidências convertiam-se em sinais, encaixavam anacos até agora ilhados e sem rela-

---

* Excertos do livro *Galiza em Marte.*

çom, e umha pavorosa ameaça fazia sentir a sua presença. A violência da repentina iluminaçom originou que o transporte por garfo da tarta vienesa desde o prato à boca perdesse a força ascendente, vacilasse e caísse com xordo ruído. M. G. recebeu a sua olhada, brilhante de anagnórese e um ódio frio e antigo subiu à superfície dos seus olhos e ela soubo que el sabia, os dous, os únicos conhecedores no rebúmbio das conversas, que abriam as suas frágeis flores no pálido sol da recepçom oficial. Si, verdadeiramente a Besta era atractiva; está escrito que seduzirá os príncipes deste mundo e já o estava a fazer com as suas propostas de desarmamento e de destruiçom de mísseis, mas nom podia agachar a marca infamante, que a destinava à derrota em Argamedom. E a Besta sabia-o, e presa de fúria impotente a mancha latejava como líquido que ferve.

Rematada a estadia da delegaçom soviética, N. R. dedicou todo o seu tempo ao estudo da mancha e, em geral, da pessoa de M. G. Filmes, vídeos, fotografias, todo o material disponível foi posto ao seu serviço e converteu-se numha experta. Descreveu as morfoestruturas da mancha, ritmos e mudanças de cores e pulsos, leis do seu abalo e debalo, fijo prediçons, estabeleceu correlaçons da fenomenologia da mancha com as variaçons estacionais e com os olhos, acenos e palavra de M. G. Constatou que quanto mais falava de paz mais pequena era a mancha como se se escondesse, e o mais impressionante, umha progressom constante da sua extensom, por muito que retrocedesse já nunca voltava ao ponto de partida. Certas palavras faziam-lhe dilatar e aquirir umha tonalidade furiosa e exacerbada.

Mas se era verdade a presença da Besta no secretário geral do PCUS e N. R. nom tinha dúvidas sobre isso, entom o tempo da luita decisiva estava a chegar se nom era já chegado. E somente ela era conhecedora: A doutrina de o trono da Satám se encontrar em Moscovo era comum ao seu redor, mas ninguém suspeitaba o que a «Glasnost» implicava, a transparência final e terrível em que a Besta inicia a batalha contra as forças do Anho celestial. E mesmo celebravam-na e faziam-lhe propaganda, a Besta sedutora que afiava as unhas das poutas, saoris de sangue. Os pensamentos de N. R. perdiam às vezes o seu rumo dramático e levavam-na por águas de luxúria que navegava na barcaça dos braços de Gerbachof, muito mais sólida que o cartom cerimonial de Ronald. Mas sempre aparecia um Anjo de resplandecente brancura que a alonjava da mortal fervença na que ia precipitar.

À medida que se aproximava a data da cimeira de Moscovo, estimava mais perigosa a viagem, estarem longe da Casa Branca para o caso de que súbito começar Argamedom, em mui desfavoráveis condiçons! Nom saberia muito de geografia, mas Argamedom e Moscovo ficavam ao Leste, outro sinal. Cheia de preocupaçons, decidiu falar do tema ao seu marido, informá-lo das averigaçons feitas e das conclusons obtidas. Mas Reagam, momentaneamente livre dos ataques das populaçons de língua cancerosa assentadas nas terras baixas do seu corpo, que lambiam as feridas originadas

por umha feroz repressom química e cirúrgica, dormitava feliz, e ainda que o tema lhe interessava, estava demasiado canso para segui-lo na complexidade que exigia. O que nom impediu que a animasse e que a conselhasse tratar o assunto na comissom de astrólogos e adivinhos, pedindo-lhe finalmente um informe sintético e curto.

N. R. nom só era umha devota do Apocalípsis e da literatura sobre o tema de que obtinha umha escatologia para a política do Departamento de Estado nom sempre círcia e definida. Ante um mundo estruturalmente feito de signos em que símbolos, sinais, oráculos, prodígios surgiam como borbulhas num caldo e completavam e especificavam as palavras gerais dos textos proféticos, necessitava de alguém que lhe ajudasse a interpretar os «ostenta» e a tomar decisons em funçom deles e, portanto, estava rodeada de umha selecta corte de arúspices, intérpretes, adivinhos, astrólogos que com os seus ditames e interpretaçons lhe permitiam seguir, no mundo complexo de hoje, os vieiros de realizaçom das velhas profecias, a execuçom das tácticas que desenvolviam umha estratégia divina já por sempre definida.

Recentemente incorporara-se ao grupo um conhecido escritor de umha *polis* marítima da Galiza, famoso pola sua habilidade na resoluçom de enigmas. Precisamente um enigma decisivo para a sua pátria que fazia sentir o seu peso sobre ela desde tempos arcaicos, «pólvora ou magnólias», fora interpetrado por el no sentido de umha vocaçom floral para a Galiza e, o pior, em palavras pronunciadas em terra e língua estrangeiras, o que foi tomado mui mal polos seus concidadaos que quigérom levá-lo diante da Assembleia Popular e dar-lhe morte. Tivo que fugir às beiras do Potomac onde foi recebido com os braços abertos por N. R., conhecedora da sua ciência interpretativa e da sua especializaçom em métodos hiperbóreos que aprendera em longas estadias no Norte escuro. Carlos Champu era o seu nome. Poliglota, «bon vivant», inesgotável conhecedor de anedotas, ocupou pronto umha praça privilegiada no coraçom de N. R. e na hierarquia do seu Gabinete.

Em vésperas da viagem a Moscovo N. R. estava no meio deles expondo-lhes, primeiro nervosa e tatexa, mas firme e convincente mais cada vez, a sua teoria sobre a mancha gerbachoviana. Quando acabou, só floresceu o silêncio, colhidos de surpresa, temerosos de influírem negativamente nos altos interesses políticos em jogo. Pensavam que esta vez N. R. fora demasiado longe, mas também nom queriam desgostar a mecenas tam generosa. Alguns tossírom e todos os olhos dirigírom as pupilas a Carlos Champu, sentado à direita de N. R., invejada posiçom que sem escusas tinha o dever de defender. Carlos Champu esfregou a ponta do nariz, eliminou umha subtil carraspeira, acarinhou o nó da gravata, botou umha olhada que nomadeou polo artesonado do falso-teito e finalmente falou; louvava a subtileza e intuiçons de N. R., bem superiores às de muitos profissionais, e felicitou-na polo esforço imenso de interpretaçom levado a cabo sem ajuda. De todos os jeitos, matizou os resultados alcançados no sentido de que nom convinha

tirar conclusons demasiado gerais e definitivas. Argamedom estava longe de Moscovo e talvez a marca nom era mais do que umha pré-marca, tempos iniciais de um processo mui dilatado na sua realizaçom temporal. Cumpria vigiláncia, seguimento dos dados. Finalizou dizendo que era notável ser ela, N. R., habitante da Casa Branca, a que a alviscasse os primeiros passos da Besta, e oferecia-se a acompanhá-la a Moscovo, o que lhe proporcionaria umha imediatez interpretativa e a possibilidade de um conselho ajeitado. (E C. CH. estremeceu ao imaginar as latas de caviar que nom deixaria de oferecer a Besta). Contenta N. R. dixo-lhe: «Em verdade que ti estarás amanhá comigo em Moscovo!». Alguém, ciumento, propujo umha interpretaçom de Argamedom «Arma-G (acróstico de Gerbachof) dom», «regalo de armas a Gerbachof», numha alusom aos trabalhos de eliminaçom de armas, o que impressionou a N. R., mui influenciável, mas C. CH. rejeitou a etimologia proposta com sólidas razons filológicas.

N. R. retirou-se ao seu dormitório preocupada. Tardou em adormecer, quando conseguiu a pequena morte do sono surgiu com tolos movimentos de zum a cachola de M. G., a lívida mancha inchada como se escondesse um ovo. Flutuava no espaço rente do seu rosto e finalmente aterrava na explanaçom vaga pola desapariçom do outeiro mamário. Era umha esfera que a afogava e nom a deixava respirar. A marca latejava a ponto de estourar, apertada contra a meixela na busca do calor que lhe permitisse chocar o diabólico fruto e botá-lo a luz.

II. *ARGAMEDOM*

No Kremlim, no grande salom da Revoluçom, fala M. Gerbachof. Tranqüilo e seguro fala da paz mundial. A um observador imparcial parece-lhe a mancha murcha, esmorecida. Ao seu carom Raisa, a sua mao direita, no interior de um pequeno bolso que sustém com a esquerda. Inquieta e agitada nom compreende o sentido da terrível olhada de N. R. ao Secretário Geral; ainda é pior do que em Washington! Reagan dormita de pé, solidamente enquadrado entre o Vice-Presidente e o Secretário de Estado. Chegou à entrada de umha formosa comarca onde, sentado num valado hai um jovem despido, com um dedo nos lábios. É Arpocrátis, o Deus do Sono. A quem o reconhece e saúda, deixa livre o caminho ao país do sono, onde até as águas correm dormidas, vidro atravessado por sombras ondulantes. Mas Reagan nom sabe geografia nem ouviu falar dos velhos deuses, e passa por diante sem ver. Alporizado Arpocrátis fecha-lhe a entrada. R. R. permanece hierático como ataúde antropomorfo de faraó de dinastia degenerada e tardia.

Perto de Reagan acham-se delegaçons das satrapias do império americano e, num posto central, a galega na composiçom da qual influiu decisivamente C. CH.: o filósofo Domingos Académico, célebre pola aplicaçom da filosofia heideggeriana à actividade policial, autor de um importante fo-

lheto «da essência do bater» que el acha na desalienaçom do ser caído e no seu endireitamento («Com as vossas mocas sodes os canceladores da alienaçom», di-lhes hegelianamente aos policías nacionais), e Ramom Camilha, também filósofo, guardador do terrível segredo da carta que nunca existiu. Alá na embaixada americana o paje Omar Freixo encarregado do enxoval de Nancy e Antony Reix, chefe de Bufons da Casa Branca, autor de um «phalic sun song» que tem engaiolado o casal presidencial («Estes latinos...», murmura Nancy). Mentres busca com a língua umha miga de caviar perdida entre os dentes, C. CH. esquece as preocupaçons de N. R. e permanece alheio ao tremendo drama que tem lugar ao seu lado. No meio de tanta frivolidade N. R. está atenta ao mais cativo aceno de M. G., nada no corpo deste lhe passa desapercebido. Um frio raio verde sai dos seus olhos e golpeia no epicentro da marca bestial. Para N. desapareceu o entorno, só ela e a Besta olhando-se cautelosamente numha luz indecisa. O comportamento da mancha está a confirmar os seus piores temores, assentada já solidamente na testa de M. G. enquanto na zona metropolitana a inchaçom semelha umha orogénese. M. G. fala para N. R., sorri-lhe; o movimento dos lábios está feito para seduzi-la. N. vacila, mas avonda com olhar para a mancha e recupera umha pura rigidez de Anjo vingador. A mancha é agora de um violeta aceso, palpita furiosamente como pantano num mundo pré-histórico inestável e cobre toda a fronte com umha forte convexidade que a transforma numha espécie de pantalha de ordenador. N. R. está em transe, sabe que desde o começo dos tempos ela está predestinada para ganhar a batalha para os filhos do Cordeiro, batalha que nom vai ter lugar em Argamedom pois a Besta, conhecedora das profecias, introduz mudanças na sua estratégia. N. R. e M. G. estám face a face, no meio da cegueira dos que os rodeiam, como dous luitadores. N. R. aguarda a que a Besta desenvolva a estratégia planejada. A Fronte-pantalha de M. G. está atravessada por raios de cores, por geometrias luminosas. N. R. tem a densidade, na sua concentraçom, de um metal pesado. De súbito a pantalha fica baleira, um puro e fundo violeta. E nela surgem, travessas, três cifras arábicas, um mesmo número repetido três vezes, de verde cor. O 666. O número da Besta! N. leva a mao à boca angustiada. Gerbachof acentua o sorriso e na pantalha começa umha veloz conta atrás 665... 650... 622... Os números som cantados na raiante palatalidade do ruso. N. compreende com claridade a estratégia da Besta. Vai ter lugar umha apocalipse termonuclerar num campo de batalha modificado, nom reduzido à localidade de Argamedom senom ampliado ao planeta. Por esta nova dimensom no desenvolvimento do combate a vitória da Besta parece ileluctável. N. R. fita fascinada para a pantalha que prossegue vertiginosamente o debulhar das cifras. O sorriso de Gerbachof abrange o Universo. 20... 10... 9. N. R. salta no ar como um projéctil com umha força expugnatória que admira Demétrio Poliorcetes. As unhas de N., os dentes de N., já acariciam a fronte de M. G. N. quer esmagar o infernal mecanismo.

Soa um disparo. N. cai ao chao esfarelada, roto o fio do bonifrate. Um último resplandor nos olhos, veneno de sínople, as unhas rabunham na alfombra. Os olhos acadam umha vocaçom de pedra inerte. Da mao de Raisa esbara umha pistola ao chao.

As horas seguintes transcorrêrom em discussons sobre o modo de anunciarem ao mundo a morte de N. R. Na explicaçom adoptada, a intervençom de C. CH. foi decisiva e riscou a má impressom deixada por Domingos Académico. Este senhor propujo anunciar à humanidade a caída de N. R., sempre distraída, «pola insondável e essencial abertura do ser-aí». O Secretário de Estado americano bisbiselhou algo despectivo entre dentes. Entom C. CH. adiantou a possibilidade de atribuir a morte de N. R. à acçom das forças do mal, o que tinha a vantagem de que dentro da melhora das relaçons ruso-americanas, com a desapariçom do império do mal, surgia a necessidade de achar um inimigo para justificar o armamentismo e a repressom. O conceito de forças do mal tinha a vaguidade precisa para identificar qualquer, caso necessário, como o seu agente interior ou exterior. Em palavras de C. CH., umha era de ouro da repressom abria-se e acreciam-se as possibilidades de intimidar as gentes, o que era absolutamente necessário (e C. CH. pensou sombrio nos energúmenos que o expulsárom do País).

Todos estivérom de acordo e o Vice-Presidente Bush passou-lhe amistosamente a mao polo ombro. Temos que fichar-te para a Agência! C. CH. sorriu satisfeito ao tempo que a sua língua topava, recuperava e botava ao exterior finalmente a molesta frangulha de caviar fossilizado. Melhor umha multinacional, retrucou modesto, e umha onda de cálido prazer assolagou-no ao se imaginar à frente da obra cultural de umha multinacional, as suas obras e mais as dos seus amigos traduzidas a dúzias de línguas e obrigatoriamente vendidas entre os empregados da companhia nos cinco continentes. Um negócio! Mesmo com desconto.

A apariçom das forças do mal no mundo causou um grande impacto nas massas, invisíveis e omnipresentes. Qualquer se podia achar diante delas ou ser a sua vítima ou, o que era pior, qualquer poderia ser detido pola policía baixo a acusaçom de pertencer às mesmas. A Uniom Soviética fijo o que pudo para lutar contra o novo armamento ideológico do imperialismo. A televisom soviética anunciou a morte de N. R. pudorosamente, «um banal acidente mortal», e denunciou os interesses aos que servia o novo conceito de Forças do Mal. Entre outras medidas acessórias, proibiu a entrada na uniom ao escritor C. CH., declarado inimigo da paz.

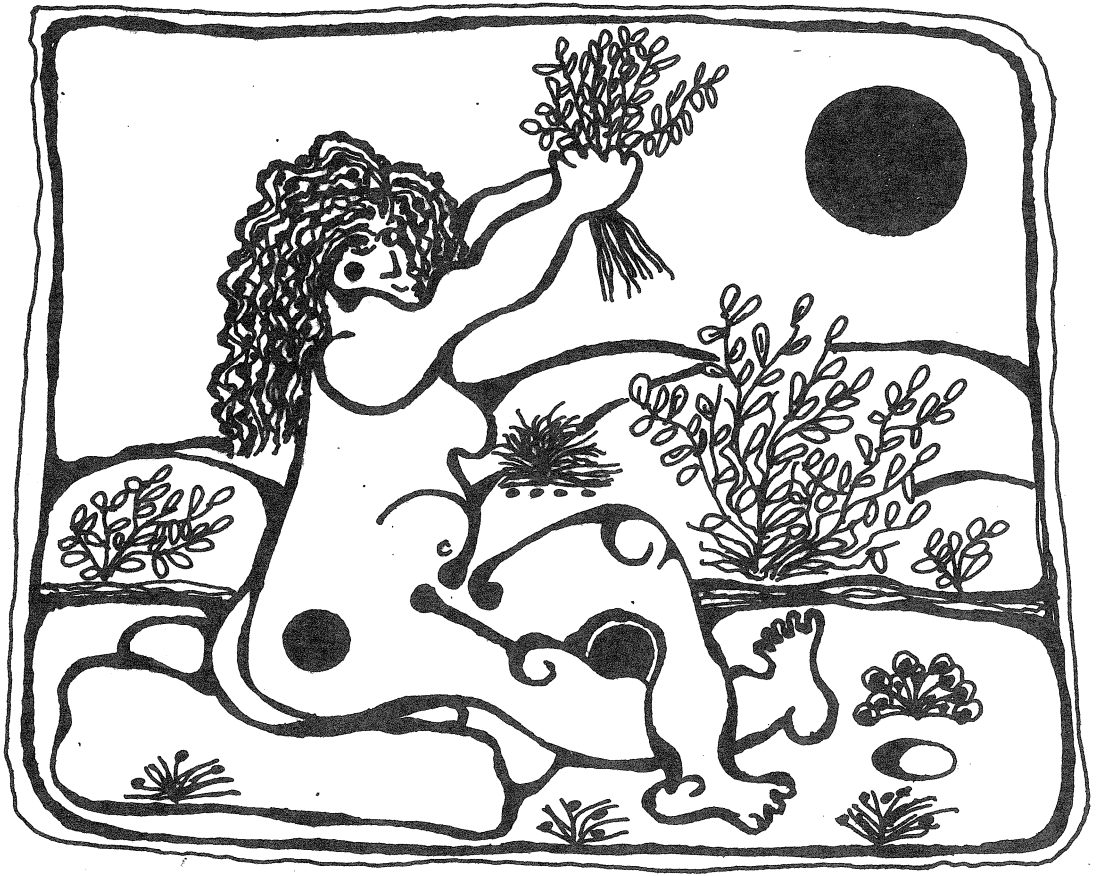
Na Galiza os acontecimentos de Moscovo e a posterior campanha ideológica capitalista tivérom umha enorme repercussom. Um brilhante escritor de recuada polis, mas seguro no seu caminhar ao centro do sistema, escreveu que na Nossa Terra (que el, na sua língua bárbara, chamava Tagen Ata) o principal agente das forças do mal era o BNG. No ensaio culpava-o de todo, mesmo do envenenamento das reservas de uísque do editor Mari-

netti. Um tribunal, em que estavam C. CH., já delegado cultural da ITT para Europa, e Ego Mónter, conhecido sofista, dérom-lhe o prémio «Nancy Reagan» ao melhor trabalho de rearme ideológico do Ocidente. Umha das teses mais exitosas, que abriu novos caminhos à investigaçom policial, sustinha que o campo da ortografia era o terreno privilegiado de actuaçom das forças do mal em Tagen Ata. Na entrega do prémio o escritor galardoado exigiu a atribuiçom de umha força policial ao Instituto da Língua e a introduçom do delito ortográfico no código penal com a agravante de lusismo. Afinal pediu a excarceraçom dos presos políticos no Estado, dos camaradas de ETA e do EGPGC. A um surpreendido militar americano, encarregado da segurança da multinacional patrocinadora do prémio, explicou-lhe C. CH.: «Todo isto é a realizaçom de um rito, e o que pertence à esfera do ritual é alheio da subversom. A liturgia é um feito de sistema e mesmo dos mais importantes; nom hai problemas. Todo está baixo controlo», «Bem, já sabes que confiamos plenamente em ti, Carl». E o amigo americano alonjou a gabarra do seu corpo, sorria tristemente e alimentaba um ronsel de melancolia.

O próprio Ego Mónter organizou cursinhos e conferências sobre as forças do mal numha perspectiva apocalíptica. El próprio, no apogeu da sua força criativa, desenhava programas em que aparecia um dragom com umha estrela vermelha na fronte botando baba sobre um anho branco com umha banda azul. Ao pé umha lenda: «Galiza está em perigo. Vota PSOE». A campanha de desmitificaçom de Castelao ia em aumento. Já estava esclarecido que expressons como: «O Nosso Castelao» ou «Castelao é Nosso» ou o puro feito de ter a sua fotografia eram sinais de pertença às Forças do Mal. Alguns, inclusive, assinalavam ao próprio Castelao como tal no seu tempo. A misteriosa carta a Ramom Camilha saiu a luz pública sem complexos, mostra de umha atitude satánica de Castelao mentres os liquidacionistas do interior eram apresentados como sacrificados amigos da paz. A imprensa unánime gabava estes desenvolvimentos. Até *A Nossa Terrinha* publicou um artigo do Director ortográfico Alf Eirer sobre «Pablo Mariñas e os problemas do noso tempo», que foi reproduzido e glossado num infinito jogo de espelhos. O Nilo das subvençons, da publicidade e dos encargos acarretava o seu limo vivificador por todos os regos do País.

Dentro do sistema o conceito de Forças do Mal nom agradava a todos. À Nova Esquerda, liderada por Camilhe, parecia-lhe um conceito pouco moderno, demasiado «heavy» e que nom harmonizava com o estilo geral do grupo. Mas, sempre oportuno, o seu líder aproveitou para impor no seu ámbito de influência o traje modelo «executivo de agência governamental americana ano 2000» com jaqueta de três botons e duas galhas e um amplo peto para a «página verde» de líder sobre a Galiza emergente.

As nuvens amontoavam-se no horizonte do País. Pareciam vacas de poderosas ancas escuras que mugiam medonhentas no abafante calor, grávido de trevons de sabre. Cada quem, naquel verao, ocupava o seu sítio face à batalha final.



DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Scórpio, *do Prof. Carvalho Calero, Prémio da Crítica Espanhola*

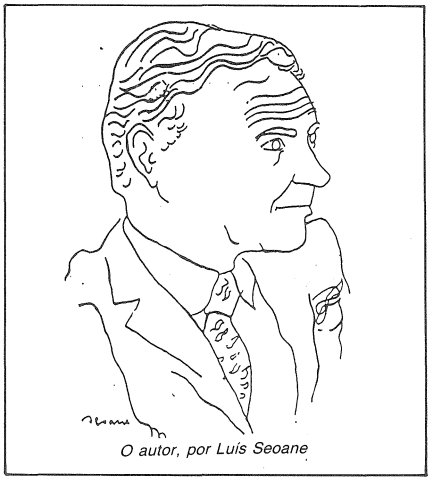
Scórpio, «biografia de Rafael Martínez Pinheiro», do Prof. Carvalho Calero, mereceu o *Premio Nacional de la Crítica* da «Asociación Española de Críticos Literarios» para o idioma galego, tratado como «lengua española», no apartado de narraçom. Salientamos o facto quer porque o Professor é Membro de Honra da AGAL, quer porque o romance está escrito em «galego reintegrado» ou galego-português. Receba D. Ricardo os nossos parabéns!

Na notícia jornalística, segundo foi redigida em certos meios, insistia-se no facto de o galardom ser merecido por umha obra elaborada em galego-português, embora foram nele reconhecidos nomeadamente os valores literários. Congratulamo-nos, portanto, de que a crítica espanhola, contrariamente ao comportamento adoptado na Galiza entre os «gerifaltos» oficiais, dê provas de inteligência e considere literariamente lagardoável umha obra bem escrita na norma gráfica que sustenta a AGAL.

No apartado de poesia recebeu o prémio *A gándara da noite,* de Xavier Rodríguez Baixeras, também nom escrita no galego oficializado.

Scórpio foi recenseado no núm. 12 (inverno de 1987, pp. 486-488) e *A gándara da noite* no núm. 13 (primavera de 1988, pp. 119-120) de *AGÁLIA.*

APRESENTAÇOM DE *A VIDA ESCURA*



O autor, por Luís Seoane

O 20 de Janeiro apresentou-se na Sala Fonseca, da Corunha, o livro de D. Jenaro Marinhas del Valle *A vida escura,* editado pola AGAL com o concurso económico de amigos e simpatizantes. Intervinhérom no acto a Presidenta da AGAL, o responsável do Grupo Local, José A. Lozano, «Chiqui» e próprio autor. Conduziu as intervençons José M.ª Monterroso Devesa. A seguir reprofuzem-se os parlamentos de todos eles. Em primeiro lugar, José M.ª Monterroso dixo:

Já houvo outros que o dixérom:

«Neste intre solene —di Marino Dónega na sua resposta ao discurso de ingresso na Academia de Jenaro Marinhas— vem ao meu recordo, e nom o podo evadir, o tempo da nossa revirandeira, ilusionada mocidade. Lembrança

saudosa daqueles rapazes, amigos generosos, movimentados pola chamada da Terra e que, da mao de Jenaro Marinhas —um chisco mais velho do que nós— empalmávamos com o nosso maiores na devoçom à nossa patria. Antón e Ramon Villar Ponte, Plácido R. Castro, Víctor Casas formavan parte do exemplo vivo que Marinhas nos mostrava. E ainda que nós —rapazes aguilhoados polo idealismo rebelde e intransigente próprio da mocidade— nom comprendêramos às vezes muitas das atitudes que aos maiores lhes vinham impostas pola realidade operante naquel tempo no nosso país, Jenaro Marinhas, sempre conciliador, compreensivo e decote atento às razons de cada quem, fazia-nos compreender —ainda que o seu espírito sempre moço estivesse arreu quando nós— o esforço, o desinteresse, a entrega e o patriotismo dos nossos devanceiros. Assi eram aqueles rapazes amigos autênticos e generosos. E o seu recordo, queimante temo-lo bem gravado na memória: Teodoro Morgade, afogado no mar do Orçám, «enguedelhado numha rede de meridianos mareiros» e Pedro Galán Calvete e Jenaro Ruano de Diego, deitados em terra, em «nocturnos de medo e morte», polas balas da intolerancia, da incompreensom e da ignorancia. Todos eles mortos quando apenas contavam vinte anos de idade e sonhavam numha Galiza limpa, leda e dona de si mesma, numha Galiza pola que ainda estamos a aguardar... Mas se agora, com esforço, pudéssemos enxergar ao longe a Galiza sonhada, envolta ainda em mestas brêtemas, deveria-se a aquela generosa semente, e à presença de homes como Jenaro Marinhas, sustido pola esperança humana, pola fé nos destinos do seu país e polo amor ao seu povo».

Até aqui o que dixera Dónega. Eu só engadiria que Jenaro Marinhas del Valle é o único escritor galeguista corunhês da sua geraçom que remanece e exerce entre nós e dos contados homes do seu tempo que ficam fiéis ao ideário de Castelao e Bóveda, de Casal e os Villar Ponte, de Viqueira —seu mestre— e de Peña Novo... Ideário que latejava naquel manifesto fundacional da Mocidade Galeguista da Corunha, que, baixo a inspiraçom de Emílio Pita, dizia com palavras de Marinhas que semelham escritas para os tempos actuais:

> «Nestes instantes em que fariseus traidores e desleigados assomam a sua testa doente na arela de que Galiza siga o caminho de esmorecimento e morte, os moços conscientes da Corunha, seguindo o vieiro das outras mocidades galegas, junguimo-nos na MOCIDADE GALEGUISTA, dispostos a luitar pola liberdade da Mai-Terra. Com o pensamento posto numha Galiza digna e ceive, aguardamos-vos com o coraçom aberto. Que ninguém deixe de escuitar o chamamento da nova Galiza, que luita pola sua libertaçom ¡TERRA A NOSSA!».

Até aqui o manifesto da Mocidade, em palavras de Marinhas e em conexom total com o ideário nacionalista. Ora, eu diria mais sobre Marinhas, e perdoe-se-me a ousadia, pois que somos nós que o havemos de dizer: e é que acrescenta, aquela fidelidade, a condiçom de ser um desses poucos, escolheitos pessoeiros que, com clarividência admirável, nos estám mostrando o caminho correcto para a salvaçom do nosso idioma, e som garantes inaprezíaveis, polo seu prestígio intelectual, do movimento regeneracionista, que pensa que o galego e Galiza podem ser «outra cousa», ideia que cada vez tem mais aderentes no pais e que também foi aqui, na Corunha, como o lembra o Prof. Rodrigues Lapa, ao falar da «escola corunhesa», onde tivo ajeitado lar desde antigo, com nomes como Antón Vilar Ponte, quando falava da comunidade nacional galego-portuguesa, ou o esquecido Lugris Freire. Este di, em carta de 1928, ao pintor Cebreiro, daquela em Paris:

> «Escribo-lhe con grafía portuguesa pela razão de que agora a mocidade galega face tal jeito de modificações que acredito que devemos de voltar os nossos olhos ao portugués, já que não ha meio de concordarmos na escriptura. Não imos, de certo, em ma companhía, embora que algúns disseram que isto não é patriótico».

Por tudo aquilo e porque *A vida escura* tem uns valores próprios, dos que agora vai falar o companheiro Lozano, foi que a AGAL, com a ajuda de todos quantos concordam com o interesse da empresa, mesmo desde fora da Associaçom Galega da Língua deci-

diu editar este formoso livro que hoje se apresenta, motivo de orgulho para nós e fornecedor de utilidade para todos os que nel bebam, quer nas histórias maravilhosas de O libertador, A chamada, Hermínia ou o Ultimo noivado, quer no relato heróico de A solteira, quer nos retratos humorísticos A curiosa, Toínho, ou a Laiona (que inspirou a capa de Carlos Quesada), quer em contos comovedores como O embrulho, A promessa, Os olhos da neta ou Amor seródio, quer nas histórias com surpresa como O aborrecido, A despedida ou O rosário... possuindo todos em comum essa serenidade de *vidas escuras,* mas tantas vezes com manifestaçons sublimes, plasmadas num estilo elegantíssimo, e num tom cuidadosamente equilibrado.

A Presidenta de AGAL na sua intervençom salientou a importáncia que tinham as cidades da Corunha e Ourense na história do reintegracionismo. Lembrou que as «Irmandades de Amigos da Fala» apareceram na Corunha em 1916 e vai ser no *Vocabulario Castellano-Gallego de las Irmandades da Fala* (Corunha, 1933 onde se afirma que «nom existe termo netamente portugués que nom seja galego e vice-versa» (P. 5) assi como o seu desejo de que se chegue «num futuro próximo a umha unificaçom o mais completa possível com a portuguesa [...] por tratar-se de umha mesma língua» (p. 8). Assinalou, assi mesmo, a declaraçom realizada no ano 1933 e que resulta de grande actualidade hoje: «os detractores do nosso idioma haverám de rectificar também o socorrido erro de crer *aportuguesados* aos que escrevem com relativa correcçom a língua materna».

Mas se este trabalho dos galegos da Corunha era importante nom o era menos o labor desenvolvido em Ourense por outros nacionalistas galegos, nom só no terreno literário e científico, como a revista *Nós,* senom também, e mesmo, no campo da política como se podia provar num folheto publicado polo «Partido Galeguista» (Ourense, Novembro 1934), em que ao tratar o tema «a nossa fala» afirmavam: «os galeguistas falam sempre em galego [...] porque é a nossa língua e nom se avergonham dela [...] o galego que escrevem os galeguistas nom se comprende bem, porque nom é igual que o que fala a gente, e porque se asemelha ao portugués [...] que o galego se pareça ao português nom tem nada de particular, porque o português nom é mais que o galego um pouco modificado, de maneira que se tem que parecer por força, e nom é estranho que se pareça» —todo este parágrafo dirigido aos detractores.

Acabou as suas palavras, dizendo que hoje como onte os membros da Associaçom Galega da Língua, moços —como Chiqui— ou menos moços —como o querido Jenaro Marinhas— continuamos esse labor sem medo aos insultos nem as pedradas, pensando só na sobrevivência do idioma galego-português na Galiza.

José António Lozano dixo, por sua vez, as seguintes palavras:

É para mim tarefa de especial responsabilidade apresentar este livro. Responsabilidade devida à minha admiraçom polo senhor Marinhas e que de algumha forma pesará sobre o modo de julgar este livro que aqui procuramos apresentar. Sou consciente disso. Porém, nom se pense que seja umha admiraçom surda ou cega, senom a admiraçom de quem julga e avalia, de quem procura —com toda a singeleza— utilizar a crítica, a razom, a observaçom como caminho de conhecimento, de um conhecimento subjectivo ou complementar, longe da perspectiva dogmática ou objectivista.

O primeiro grande impacto que causou sobre mim o senhor Marinhas foi quando lhe escutei dizer, na homenagem que a AGAL fizera a Alexandre Bóveda em Pontè-Vedra, que ele pertencia a umha Geraçom Falida. Fiquei a matinar e nom pudem mais que pensar que nom fora exacto aquele comentário —com a sua licença, senhor Marinhas— já que mais bem haveria que falar de Geraçom Matada, de morte matada, como se costuma dizer. O facto de o senhor Marinhas ser um dos poucos sobreviventes de umha geraçom aniquilada, nom só fisicamente, que também, mas sobretudo nas suas ideias para umha Galiza que em pouco se parece à actual, o facto de o senhor Marinhas ser o sobrevivente, nom o sobrevivente biológico e temporal, senom, o mais difícil de conseguir o da sobrevi-

vência intelectual e ideológica, que já sabemos que outros também da sua geraçom nom tivérom a coragem de manter, carrega sobre mim a responsabilidade de saber contestar, de saber iniciar, de saber reproduzir na ideia, este livro que longos anos leva na gaveta e que agora sai do prelo, *A vida escura.*

A vida escura som contos, mais de trinta contos, que se nos apresentam girando em torno a diferentes temas, temas relacionados com personagens que pertencem à vida vilega ou aldeá. Podemos, porém, achar um ônfalo ou vários ônfalos que dam coerência interna e estrutura brilhante ao livro em conjunto e a cada conto em particular. Estes elos som:

1) O *espaço subjectivo* ou ambiente criado através de cada personagem. Há sempre umha personagem central em cada conto; esta distancia-se do resto graças á criaçom de um espaço psicológico que a «segrega», girando toda a narrativa sobre ela. Cria-se um contexto duplo: por um lado o da própria personagem e por outro o reflectido face ao exterior por esta, nom sendo o exterior mostrado desvinculado da personagem quase nunca, porém, através desta.

2) A *morte* aparece em quase todos os contos de umha forma ou outra. O que sim se pode dizer é que a relaçom da personagem com a morte nom é propriamente trágica na maioria dos contos, senom mais bem a de umha lenta amargura. Mesmo temos expressons como: «A morte dignifica ainda as faces mais ordinárias, aguça, cinzela, esculpe as formas com o último toque do artista escultor».

3) O *tempo,* o passo do tempo está intimamente ligado com os dous pontos anteriores. Por um lado é caminho inexorável que leva à morte, muitas vezes numha degeneraçom inevitável mas simultaneamente serve para criar esse espaço psicológico arredor da personagem de umha forma subtil que nos envolve com o próprio devir da mesma.

4) A maior parte das *personagens* som marginais, marginais socialmente, mas nom sempre, porque o que realmente lhes confere essa marginalidade é precisamente a expressom narrativa que procura a ambientaçom de que antes falava, tam conseguida polo senhor Marinhas, que converte o quotidiano, a anedota simples que a muitos passaria desapercebida, em sábia ironia.

Pode-se dizer, pois, que estes contos som indubitavelmente um convite à meditaçom do indivíduo no seu contexto, a entender as relaçons do contraste entre o homem e o mundo que lhe toca viver, imerso numha vida escura que se prolonga além das nossas acçons.

No prefácio o senhor Marinhas desculpa-se se por acaso nom tem conseguido o efecto que ele considera deve ter cada conto, e para isso remete-nos ao limiar de *Dos arquivos do trasno,* de Rafael Dieste. Fique tranquilo o senhor Marinhas, já que o efeito é logrado sem nengumha dúvida. Polo menos no que respeita à minha pessoal percepçom, o efeito artístico está mais que conseguido, num domínio narrativo que faz que o leitor participe de forma activa e constante, compartilhando esta singular focagem do indivíduo e o seu mundo.

Invitaçom, pois, à leitura, à leitura sossegada e atenta destes contos vertidos à nova ortografia —nas mesmas palavras do senhor Marinhas—, nom porque seja nova —engado eu— senom porque vem renovada de umha secular tradiçom. Ortografia à que alguns chamam conceito arbitrário, como se arbitrário —assim observado, sem mais— nom fosse o próprio mundo, os papeis aos que chamamos dinheiro, esta *vida escura* que se prolonga além nós e que o senhor Marinhas soubo captar e comunicar-nos nestes contos tirados da penumbra do quotidiano. Mais nada.

D. Jenaro, enfim, praticou cordialmente:

Chegado o meu turno, as primeiras palavras devem ser de agradecimento polas frases laudatorias dos meus companheiros de mesa ditadas, sem dúvida, polo seu efecto a generosidade antes que polo seu espírito crítico.

Era costume burguês, que penso que vai caindo em desuso, que os pais apresentassem as filhas em sociedade quando entravam em idade adolescente. Eu, pai desta criatura, apresento-a quando já cumpriu os quarenta anos bem cumpridos. Parecerá-vos que sou um pai muito descuidado dos seus deveres e cuidados paternos. Culpo-me e confesso que bastantes filhos deixei fenecer por abandono. Salva-se este por generosa iniciativa da Associaçom Galega da Língua e a sua presidenta M.ª do Carmo Henriques.

Trata-se de um livro em que se recopilam os restos de umha colectánea de relatos da que, com o passo do tempo, como a flor que murcha, lhe cairom nom poucas pétalas.

Nom todas estas páginas foram escritas com o mesmo critério ortográfico, em mim vacilante naquel tempo. Mas dia a dia, em procura de umha necessária uniformidade, fum aceitando a arbitragem do português em cada caso de dúvida e assim cheguei a coincidir plenamente com a soluçom reintegracionista.

Nom aderim à normativa castelhanizante assumida pola Academia Galega em uso de umha liberdade irrenunciável de todo escritor, reconhecida a raiz de aquela assunçom polo próprio presidente da Academia que copio textualmente de um periódico e cito sem traduzir em logro da máxima exactitude: *«En cuanto a la obligatoriedad del acatamiento de las normas por parte de los académicos, el escritor tiene siempre libertad, porque a fin de cuentas están creando el idioma»*. Laudável tolerância que outras personagens e organismos nom mostrarom nunca, e a própria Academia mantém sufocada.

Por se a alguem lhe pode parecer que algum acento da minha dicçom anda fora do seu sítio, permitide-me intercalar umha breve anedota:

Nos já remotos tempos da segunda República espanhola o deputado galeguista Ramon Suárez Picalho em intervençom parlamentar pronunciou a palavra «demagogia». Os *«chicos de la prensa»* entre os que para nossa vergonha colectiva havia algum galego, caírom com unánime zombaria sobre Ramon e o seu acento. Todos ouviam falar diariamente sem a menor censura nem estranheza a deputados andaluzes, estremenhos e de outras províncias com o seu acento peculiar; pero só a um deputado galego se lhe exigia umha correcta pronunciaçom castelhana. Nom merecia melhor trato o funesto mansedume galego.

Logo deste desvio continuemos o caminho começado.

Atribuie-se-me na capa deste livro umha atitude crítica frente à maioria académica. Nom gosto de abordar este tema ao que reiteradamente se me quer levar cada vez que se me entrevista, e nom sempre as minhas respostas aparecêrom traduzidas com exactitude.

Sinto por alguns companheiros admiraçom merecida e por todos, sem excepçom, amistoso afecto que nunca se verá obstaculizado por letra de mais ou menos. Sabido é que ninguém deixará de amar a noiva porque lhe escreva cartas com falhos de ortografia. Pode, até, que lhe resultem estimulantes.

Entendo que umha Academia pretende (pretender nom é conseguir) reunir em si os melhores; é, pois, umha instituiçom aristocrática que nom pode abrir-se ao vulgar sem negar-se a si mesma, sem renunciar à sua nobre missom aristocratizante: o povo aristocratiza-sse com a cultura.

Esqueçamos o sangue azul, que nom existe, e nom vejamos na aristocracia o inimigo da democracia. Esta tem por inimigo natural a burocracia, mimada por todos os regimes ditatoriais que dela se valem para controlar as massas e manter a sua tirania. Um puro aristocrata antes é um ácrata que um tirano.

Vejamos na aristocracia umha sublimaçom da democracia: quando o povo alcance capacidade para escolher os melhores estabelecerá democráticamente o seu governo aristocrático e se verá dirigido polos melhores.

Outro mimo das ditaduras é a autarcia. Autarcia política, económica, social e cultural que lhes proporciona o cativério e total domínio do povo.

Na hora actual, quando as ditaduras e com elas as autarcias vam em derrocada, quando já nom se fala de independências senom de interdependências, quando se desdenham

patrioteirismos antagónicos para procurar afinidades e agrupamentos na Europa, no mundo árabe, na América latina e na África negra, o mandarinato galego, igual o destro que o esquerdeiro, pretende a implantaçom de umha autarcia idiomática que anquilose a língua galega reduzida ao estreito recinto noroestino do Estado espanhol, sem trato nem contacto com os mais próximos parentes. Como reu incomunicado em cela subterránea.

E este comportamento isolacionista de evidente carimbo ditatorial por parte de um parlamento e um governo que se dizem democráticos encontra ajuda e colaboraçom em intelectuais que ao tempo que se proclamam abertos ao mundo mostram nom alcançar mais que um vóo galinháceo incapaz de remontar o curto valado do próprio curral.

Enfim, eu quigera ver a nossa Academia liberada de falsos populismos impróprios do seu rango, recuperar a dignidade aristocrática que ditou as páginas do seu dicionário inconcluso (melhor diremos apenas começado) e substituir em matéria lingüística a ruralizaçom pola internacionalizaçom.

Contamos com umha língua internacional; será insensato reduzi-la por chateza de miras e espírito patacoeiro a um dialecto coloquial de rústicos falantes.

Se importantes som os passos dados polos povos peninsulares na sua integraçom europeia, ainda mais necessária e importante é a intregraçom hispano-portuguesa e na marcha para esse fim a Galiza lhe corresponde ir em vanguarda. Quem lhe dificulte a ocupaçom desse posto avançado estará fazendo traiçom à sua pervivência cultural.

Som horas de que a tolerância se manifeste em algo mais eficiente que palavras para o jornal.

A isto e pouco mais se reduz a minha atitude crítica que, por outra parte, nom é única e muito menos a mais significativa e digna de se ter em conta; outras vozes mais autorizadas clamam e nom precisamente em deserto.

Chega o momento da acçom de graças. Fico-vos intimamente reconhecido a todos quantos me honrastes com a vossa presença neste acto de lançamento deste pequeno livro produto da minha própria vida escura.

Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza

No núm. 13 de AGALIA resenhava-se amplamente o desenvolvimento do II Congresso celebrado em Ourense do 23 ao 27 de Setembro de 1987. Completenta-se a informaçom reprocuzindo aqui algumhas das adesons de professores que nom puderam assistir; som as dos Profs. Dieter Kremer, Chomsky, Zarco Muljacic e Teyssier.

UNIVERSITÄT TRIER

Professor Dr. Dieter Kremer
Fachbereich II (Romanistik)

Universität Trier · Postfach 3825 · 5500 Trier

Ruf (0651) 2011 · Telex 472680 unitr

Frau
Prof. Dr. M. do Carmo Henríquez
II Congressi Int. da Língua
Galego-Portuguesa na Galiza

Apartado 453

E-32080 Ourense

5 de Dazembro de 1986

Cara Colega,

É com o maior prazer que lhe agradeço o convite para o II° Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Infelizmente por razões práticas e não "políticas" não o posso aceitar, já que terei de me deslocar pouco antes ao Canadá onde participarei num congresso.

Da mesma forma lhe agradeço a citação que fez do Congresso de Trier na revista "Agália".

Com os meus melhores cumprimentos

Dieter Kremer

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY
20-D-219
Department of Linguistics and Philosophy
Cambridge, Massachusetts 02139

March 22, 1987

Dear Profa. Dr. do Carmo Henríquez,

Thank you very much for the invitation to the Ourense conference next fall. I very much wish that I could attend, but I am afraid that I am scheduled so fully for that period that I cannot undertake any foreign travel, to my regret.

Sincerely yours,

Noam Chomsky

Berlin West, 6-XII-86

Madame,

J'ai reçu l'invitation de prendre part au IIème Congrès International de langue galicienne-portugaise en Galice.

Malheureusement je ne peux pas prendre part à ce congrès.

Avec mes meilleurs remerciements et salutations.

(Prof. Dr. Zarko Muljačić)

Freie Universität Berlin
Institut für Romanische Philologie
Habelschwerdter Allee 45
D- 1000 Berlin 33 (Dahlem)
Berlin West

UNIVERSITE DE PARIS-SORBONNE (P IV)

INSTITUT D'ETUDES IBERIQUES
ET LATINO-AMERICAINES

Paris, 7 de Julho de 1987 *Paris, le*

Exmª Senhora
Profª Drª D. Maria do Carmo Henríquez
Presidenta da AGAL
Apartado 453
32080 Ourense, Galiza

Exmª Senhora Presidenta e prezada Colega,

Venho, com muito atraso, responder à amável carta pela qual me convidou a assistir ao segundo Congresso Internacional da Língua galego-portuguesa na Galiza, a celebrar do 23 ao 27 de Setembro próximo.

Não posso, infelizmente, nessa época do ano, ausentar-me da França. É, pois, com muita tristeza que devo abandonar a esperança de juntar-me a todos os amigos de aquém e além mar que se reunirão em Ourense.

Peço-lhe que aceite os meus agradecimentos pelo generoso convite da AGAL, e subscrevo-me, com muita consideração e estima,

Paul Teyssier

21 route des Gardes
92190 Meudon

31, rue Gay-Lussac. 75005 Paris
Tél. 46.33.55.37 ou 43.25.25.74

Está em processo avançado de preparaçom a ediçom das *Actas;* confia-se dá-las a lume nos primeiros meses do próximo ano. Também se começou a preparar o III Congresso, a celebrar previssivelmente em Vigo no mês de Setembro de 1990. Os interessados podem informar-se e formalizar já a sua inscriçom dirigindo-se ao Aptdo. dos Correios 453. 32080. Ourense (Galiza).

Actividades da AGAL em Barcelona

Organizado polo local da AGAL em Barcelona, o dia 3 de Março de 1988, as oito da tarde, pronunciou umha conferéncia no Centro Galego de Barcelona, a Presidenta da AGAL, Maria do Carmo Henríquez Salido, sobre *O conflito lingüístico na Galiza: o reintegracionismo como alternativa.* O acto foi apresentado polo responsável da AGAL em Barcelona, Miguel Martínez.

Na sua exposiçom depois de fazer de um modo resumido a história (desde o séc. XVIII até o momento actual), passou a analisar os 'tópicos' populistas e demagógicos utilizados polos anti-reintegracionistas, para finalizar com as perspectivas que para o futuro se ofereciam ao idioma nacional da Galiza.

No colóquio, que se prolongou até bem passadas as dez da noite, formularom-se perguntas encaminhadas a desvendar questons que preocupam, como se o reintegracionismo é um fenómeno de «elites», a causa por que estando viva num povo determinado umha determinada forma nom se consederava como «normativa», a evidente identidade entre galego e português manifestada por um dos participantes, o paralelismo entre as «Normas de Castelló» e o posicionamento da AGAL, a problemáticos dos Países Cataláns e a problemática da comunidade lingüística galego-luso-africano-brasileira, entre outras.

Assi mesmo os membros da AGAL Oscar Diaz Fouces, Miguel Martinez e Mercedes Dans participarom num programa de rádio, emitido através da emisora local *Rádio Gramanet,* que tivo lugar o sábado dia 30 de Abril, em que explicitarom a problemática do idioma galego-portugûes na Galiza e o paralelismo com o catalám.

Os tempos som chegados

Era por Maio.

Sobre a incúria, sobre a indignidade, entre céleres ventos de assimilaçom, mil pássaros antigos, aves de futuro, descêrom para o mar de Arousa e pousarom, desde quem sabe tempo há, nas suas ribeiras.

O 1.º de Maio de 1988, os alunos do Ciclo Superior Público de E.G.B. da «ILHA DE AROUSA» (Ponte-Vedra) cantárom o «Maio Marinheiro» em Vila Nova e ao dia seguinte percorrerom a Ilha. Vendêrom-se profusamente na rua exemplares do mesmo. Reproduzem-se parcialmente com os nossos parabens:

Da Ilha de Arousa
vem este Maínho
e se pode ser
quer ganhar algum quartinho.

Somos os da Ilha,
vimos gente nova
ganhar-lhe a partida
aos nenos de Vila Nova.

Vimos aqui
participar,
senom ganhamos
tanto nos dá.

Bis | Que para quem
nasceu no mar
a melhor paga
é poder cantar.

Este Maio nosso
é o fundo da ria
que fixemos nós
pra apresentar este dia.

Representa o mar
e os marinheiros.
Vamos-lhe ganhar
a todos os «repoleiros».

Vimos aqui
participar,
senom ganhamos
tanto nos dá.

Bis | Que para quem
nasceu no mar
a melhor paga
é poder cantar.

Vimos aqui
participar,
senom ganhamos
tanto nos dá.

Bis | Que para quem
nasceu no mar
a melhor paga
é poder cantar.

E já pra terminar
fica por dizer
que estes juizes
saibam escolherem bem.

Membros do jurado
atendam-nos bem,
que como os da Arousa
nom encontrarám ninguém.

Vimos aqui
participar,
senom ganhamos
tanto nos dá.

Bis | Que para quem
nasceu no mar
a melhor paga
é poder cantar.

.....

VILA NOVA
MAIO
de
1988

COLEGIO TORRE —ILLA DE AROUSA—

(CICLO SUPERIOR)

MAIS UM INTENTO DE REPRESSOM

O 21 de Março, às 11,30 da manhá, D. Paz Lamela Vilarinho, inspectora técnica do E.G.B., entrou na aula correspondente a Sétimo Curso B do Colégio Público «Torre Ilha de Arousa», acompanhada do Director, quando o professor de Galego procedia a entregar aos alunos as provas corrigidas da disciplina para a sua análise e revisom.

Perante os alunos e Director D. Paz Lamela *desqualifica* a praxe pedagógica do professor, sob pretexto de este infringir a legalidade porque nom ensina o «galego normativo».

Dada a resposta de que um ensino crítico requeria conhecimento das distintas opçons normativas presentes na Galiza, a Sra. Inspectora, procurando influir sobre a pressumível debilidade do pensamento lógico das crianças, desenvolve umha estranha argumentaçom para *desautorizar* o labor do professor e concluir que o ensinado naquela aula nom era galego, mas português.

Os alumnos, no entanto, captam a mentira e as falácias do discurso político de D. Paz Lamela e evidenciam a atitude e as contradiçons em que aquela estava a incorrer.

Surpreendida e nervosa, a Senhora utiliza a seguir a *intimidaçom* («Para o curso que vem nom pode você dar 8.º») e a *ameaça* de expediente.

A AGAL, a que pertence o Professor, elabora um relatório pormenorizado de aquele procedimento arbitrario convoca verbalmente e por telegrama os diferentes sindicatos de classe para umha reuniom informativa e deliberativa a celebrar o 8 de Abril, em Ourense, com a presença do professor caluniado.

Concordando todos na gravidade que implicam os feitos analisados redigem e assumen unanimemente o comunicado seguinte, para além de deliberarem sobre outras açons complementares:

> «As organizacións abaixo asinantes ante o feito acontecido o pasado 21 de Marzo de 1988, ás 11,30 horas, no Coléxio Público de E.X.B. «Torre Illa de Arousa» (Pontevedra), no que a Inspectora Técnica de E.X.B. D.ª Paz Lamela Vilariño se apresentou na aula cando se encontraba impartindo galego o profesor de E.X.B. de dito centro D. Mário Alonso Noceda, sen prévio aviso,
>
> QUEREN FACER AS CONSIDERACIONS A SEGUIR:
>
> 1.ª É totalmente denunciábel a forma en que a Inspectora se dirixiu ao profesor, por entender que atenta aos mais elementares princípios de respeito polo mesmo, agravado porque poderia provocar un conflito no normal desenvolvimento do labor docente, coa pretención de desautorizar o traballo educativo deste profesor.
>
> 2.ª Asi mesmo, consideran totalmente inadmisíbel a pretensión da Inspectora de interferir no planeamento educativo e pedagóxico do centro coas suas indicacions feitas ao Director no sentido de que no curso próximo o citado profesor impartiria 6.º en lugar de 8.º
>
> 3.ª Resulta totalmente lamentábel que a Inspección Técnica de E.X.B. en lugar de velar polo cumprimento da normativa legal vixente en matéria de NORMALIZACION LINGÜÍSTICA, se dedique a ameazar, coaccionar e interferir no labor docente de un profesor de galego.
>
> 4.ª As organizacions abaixo asinantes consideran que dada a falta de lexitimidade e consenso con que conta a denominada normativa lingüística oficial, por cuanto que está sendo contestada por amplos sectores, URXEN da Administración a reabertura de un debate democrático que permita conseguir un ambiente e clima de diálogo, para abrir vías de resolución deste conflito.
>
> F.E. de CC.OO. FETE-UGT UTEG-INTG SGTE CXTG
> MESA POLA NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA

O texto foi entregue depois a *La Voz de Galicia,* em Ourense e aparece publicado um resumo o dia 15.

O dia 12 jà *El Correo Gallego* (e só este jornal) dera notícia da denúncia enviada por AGAL aos meios de comunicaçom.

Também ERGA redigia um comunicado que a imprensa nom chegou a publicar.

Assim mesmo a Associaçom Galega da Língua enviou nos seguinetes dias de Abril escritos de denúncia ao Presidente do Governo Galego (dia 22), Conselheiro de Educaçom (dia 13), Director Geral de Política Lingüística (dia 13), Director General de E.G.B. (dia 13), Delegado Provincial de Educaçom de Ponte-Vedra (dia 11) e Director do Coléxio Público de E.G.B. «Torre Ilha de Arousa» (dia 26).

Acusa recibo unicamente o Secretário Geral de Presidência o 3 de Maio e AGAL responde a tal comunicaçom o dia 9.

Mas o caso fica aberto; nom só cabem possíveis acçons judiciárias, mas também se temem actos repressores para o próximo curso académico. Com efeito, a Sra. Inspectora, numha patética e grotesca reacçom, nom isenta de desviaçom de poder, o dia 12 de Abril apresenta-se no Colégio e, fora de horário, convoca umha reuniom «extraordinária» do professorado inicialmente para explicar e justificar a sua actuaçom na aula de galego.

Afirma ante os professores que ela deixa o assunto assi até que surgere «o tema de Ourense», de onde a chamaram para comunicar-lhe que ali o professor implicado informara que a Inspectora estava a reprimir o galego-português, a liberdade de cátedra e a interferir no planeamento educativo e pedagógico do Centro. (Quem lhe deu notícia do deliberado na reuniom dos sindicatos?).

Segundo ela manifesta, a informaçom que lhe transmitiram ficava corroborada pola nota de imprensa em que AGAL (devia ser a publicada em *El Correo Gallego)* denuncia a Inspectora.

E a seguir dixo que com essa nota de imprensa se apresentava perante a reuniom para expor que o seu comportamento com o professor de galego fora «educado, contemporizador e transigente».

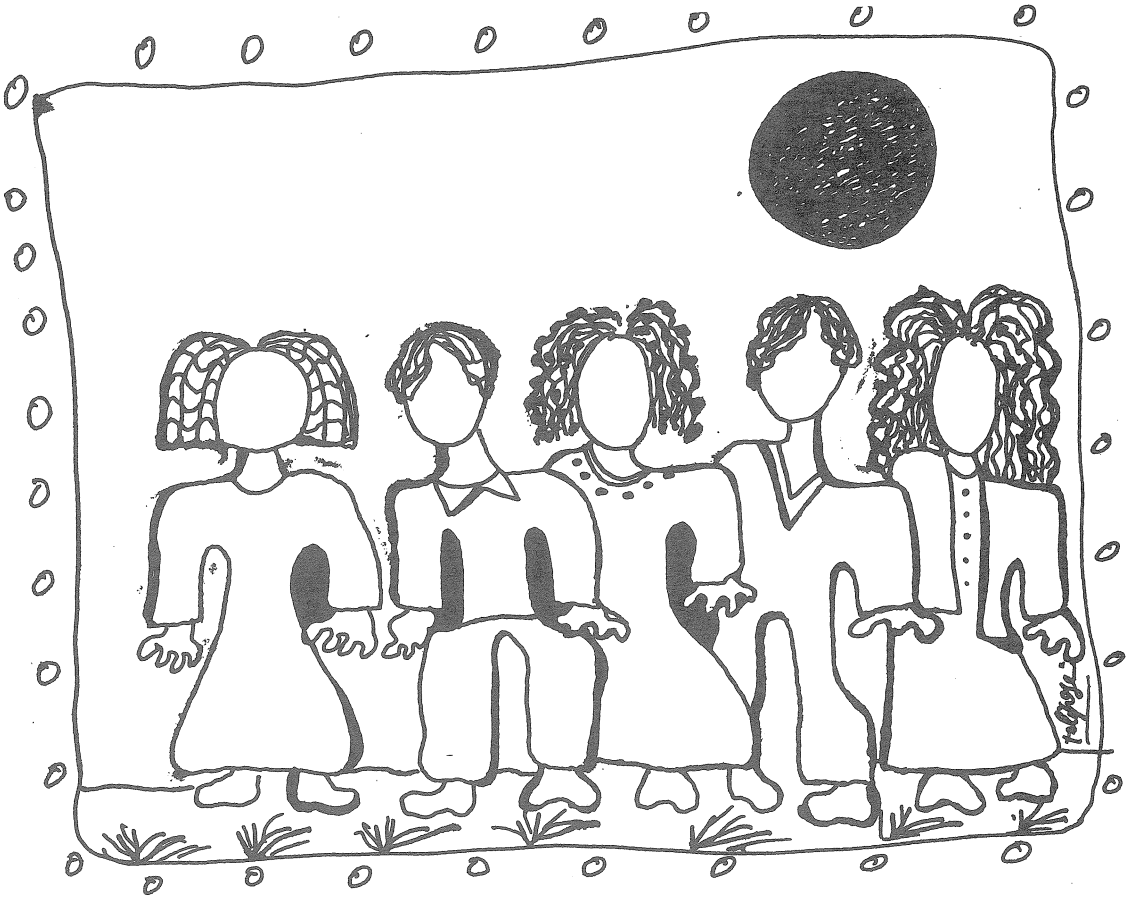
Ao rematar a sua versom dos feitos solicita a opiniom dos reunidos e afinal fijo umha proposta de votaçom, para que aqueles respondam a esta pergunta: *Reintegracionismo, si ou nom.*

Há protestas por considerar que a pergunta é improcedente ou tendenciosa. Ela contesta que fai o que quer porque manda ali.

Dos outros pormenores do acontecido e dito nessa reuniom já AGAL informará no momento adequado a quem proceder.

Por agora, os dados, sumariamente expostos, deste episódio patenteiam sobejamente a atitude e a praxe fascistoide que polo menos no campo da cultura efectiviza umha Administraçom pretensamente democrática. Tenta-se suplantar a história e a plural realidade social galega com umha retórica metafísica e umha epistemologia isolacionista, folclórica e provinciana.

Nesta Fisterra de Europa o poder político fica ainda muito afastado das liberdades democráticas.



RECENSONS

Cartografia antiga da Galiza

Por José Ramom CHANTADA ACOSTA

Cartografía de Galicia 1522, Bicentenario de Domingo Fontán, Instituto Geográfico Nacional, Madrid, 1988.

Con motivo de celebrar-se este ano o bicentenário do nacimento do insigne geógrafo Domingo Fontán Rodríguez fôrom organizadas pola Junta de Galiza e o Ministério espanhol de Obras Públicas e Urbanismo várias exposiçons cartográficas comemorativas dirigidas por Ramón Lorenzo Martínez e António Sáez Andrés; instalarom-se sucessivamente nas cidades de A Corunha, Ponte-Vedra, Santiago e Madrid. Delas é fruto um sobressaliente catálogo editado no Instituto Geográfico de Madrid que a seguir se comenta.

Nas exposiçons apresentarom-se mapas e cartas náuticas da Galiza publicadas desde começos do séc. XVI ao final do séc. XIX procedentes fundamentalmente da colecçom privada de D. Carlos Martínez Barbeito e do Museu de Ponte-Vedra. Nutrirom-se também aquelas, ainda que em muito menor número, dos fundos cartográficos do Instituto Geográfico Espanhol, da Fundaçom Penzol de Vigo, do Arquivo do Reino de Galiza e da Biblioteca Geral da Universidade de Santiago de Compostela. Nom obstante, no catálogo publicado recolhe-se nom só material exibido nas exposiçons, senom também outro nom incluido nelas mas estudado e classificado para a preparaçom de aquelas, que resultará de grande interesse tanto para os estudiosos do tema, quanto para qualquer galego com vontade de conhecer a história da sua Terra.

Som autores da catalogaçom Gonzalo Méndez Martínez, Águeda Saúco Escudero e Rosalia Sáez. Do seu rigoroso trabalho som amostra as fichas bibliográficas que muito cumpridamente acompanham as magníficas reproduçons a cor das 206 peças (113 mapas e 93 cartas náuticas) contidas no catálogo.

Cada umha das fichas consta de três partes. A primeira, só de encabeçamento, contém um número de ordem, um título sucinto dado ao mapa e a sua data. A segunda, de carácter estritamente técnico apresenta o título da obra, o autor, o gravador, se a peça é manuscrito, litografia ou se está em cor, a escala (umha aproximada quando nom figura no original), o lugar de ediçom, o impressor, a data de ediçom e as medidas. A terceira que proporciona um comentário descritivo sobre o conteúdo dos mapas e cartas marinhas finaliza com umha referência à biblioteca ou arquivo ao que pertence cada obra.

As obras som apresentadas por ordem cronológica em duas partes; a primeira, com mapas e a segunda, com cartas náuticas. Na parte do livro dedicada aos mapas fai-se referência a 113 ejemplares dos que 5 som do séc. XVI, 9 do séc. XVII, 35 do séc. XVIII e 64 do séc. XIX. A esta parte dedica-se aqui umha maior extensom polo atractivo geral que pode suscitar ainda que quiçá sejam as cartas marinhas as que dem ao catálogo umha maior envergadura com alvo exclusivamente cartográfico.

Atinente à superficie recolhida nos mapas aprecia-se até o séc. XVIII predomínio dos que incluem o conjunto do reino de Galiza, tanto só como formando parte de fragmentos máis amplos do NW da península.

OS MAPAS DO RENACIMENTO À ILUSTRAÇOM.

Unicamente um mapa dos recolhidos no catálogo, datado em 1522 e com toda a toponímia em latim e inspirado no Atlas de Ptolomeo do séc. II, abarca toda a península; mas, ainda que é o de menor escala dos seleccionados, tem um enorme interesse pois é o mais antigo de todos (o único da primeira metade do séc. XVI). Nele aparece umha primeira imagem das terras galegas das que se intui o contorno marítimo, mas que no conjunto da península ficam incluidas com perfeita claridade dentro da HISPANIA LUSITANA, mentres o resto das terras som denominadas HISPANIA TARRACONENSIS e HISPANIA BÉTICA.

Os outros quatro mapas do séc. XVI recolhem unicamente o reino. Entre eles destaca o de frei Fernando de Ojea, dominico, natural de Ourense (1560-1615), intitulado «Descripción del Reyno de Galizia» e datado em 1598. É este mapa o primeiro que representa á Galiza isolada como umha única unidade geográfica, e tem assim mesmo o mérito de figurar na ediçom do atlante *Theatrum Orbis Terrarum,* publicada em Amberes em 1612, de Abraham Ortelius, cuja cartografia supujo um fito histórico por constituir umha superaçom definitiva da greco-romana. Convém nom esquecer que a cartografia continuou baseando-se em Ptomoleo desde o séc. II até o séc. XVI.

Os mapas catalogados nos dous séculos seguintes evidencian que continuou dominando esta imagem da Galiza. Dentro dela conviria salientar o tamanho sobredimensionado que se lhe dava à ria e à península da Corunha, como também a constância que graficamente mantivo nos mapas o nome da cidade de BETANÇOS, ao tempo que nos comentários do catálogo se insiste em que a toponímia está em castelhano. Persistência similar se aprecia noutros topónimos como DEÇA, PAÇOS ou BARCIA recolhidos em numerosos mapas, bem visíveis todos, apesar inclusivemente da grande reduçom de tamanho que sofrerom muitos deles para poderem ser incluidos nas páginas do livro. Nom se observa o mesmo no relativo ao nome da Galiza que varia de uns a outros até os meados do séc. XVIII; assim se intitula os mapas GALLAECIA REGNUM, REYNO DE GALLICIA, GALECIA, GALITIAE REGNUM, GALLIZIA.

Desde meados do séc. XVI aprecia-se um aumento das representaçons, em que o reino fai parte, com outros, de mapas do noroeste peninsular, como também se nota como o nome da Galiza pudo variar segundo diferentes lugares de ediçom fora dos reinos peninsulares. Na imprensa de Roma os mapas som titulados IL REGNO DI GALICIA (1696) e na de Paris ROYAUME DE GALICE (1652). Deve-se esta última obra ao prestigioso cartógrafo Samson d'Abbeville quem assim mesmo deixa ver na sua cartografia sobre a Galiza um labor importante e sem precedentes na maneira em que a informaçom é classificada e hierarquizada.

OS MAPAS DO SÉCULO XVIII.

Pode deduzir-se através dos mapas do catálogo seleccionados como no séc. XVIII continua sendo cartografado o território galego nas mais importantes escolas do momento por franceses, holandeses ou italianos. Atençom preferente foi a que mereceu na França, de que deixam constância os mapas de Nicolas de Fer (1705 e 1708), Robert de Vaugondy (1749) ou Jean Baptiste Nolin (1762), o qual resulta comprensível na medida em que se iniciava a subordinaçom das Espanhas ao governo dos Bourbons. O facto nom deve ocultar, nom obstante, o interesse por cartografar a Galiza noutros lugares de Europa (Amsterdám, Veneza ou Roma) pois já da primeira metade do séc. XVIII datam mapas gravados no norte de Europa nos que se recolhem fragmentos pormenorizados da Galiza como no intitulado *Des Königreichs Gallicien Südlicher Theil,* facto também comprensível como conseqüência do interesse que o reino despertava nos competidores dos franceses.

Convém salientar que nom se recolhe no catálogo nengúm mapa feito nos reinos da península desde começos do séc. XVII até já iniciada a segunda metade do séc. XVIII, ainda que, como compensaçom, podemos dispor de dous planos manuscritos de 1714 sobre a organizaçom do espaço agrário na paróquia de Sam Joám de Tabagom perto da desembocadura do Minho, que fornecem ao livro o interesse de ser um contributo antoló-

gico para o estudo da paisagem agrária. Este mesmo senso vem dado por outros similares do séc. XVIII datados mais tarde, como o de Santa Maria de Entins na Serra de Outes que inapropriadamente no catálogo é situada em Ponte-Vedra. No relativo aos planos finaliza o século com um excelente sobre a cidade de Santiago de Compostela de escala aproximada 1:7.000.

Nos mapas da segunda metade do séc. XVIII em oposiçom aos do período precedente adverte-se umha diminuiçom nas contribuiçons à cartografia galega noutros países de Europa, ao tempo que se intensifica o número de obras na península assim como um aumento nas escalas que permitem pormenorizar planimetricamente mais cada vez. Deste novo avanço é amostra o trabalho do corunhês José Cornide (1734-1803) e, ainda mais, o do gabinete madrileno de Tomás López (1730-1802), a que correspondem a maior parte dos mapas da segunda metade do séc. XVIII dos recolhidos na exposiçom.

Nos mapas da Galiza que este último autor fijo em 1784 e em 1800 recolhem-se por primeira vez os limites entre as sete províncias galegas. Apresentam estes mapas boa qualidade de gravado e impressom pois o autor conhecia as técnicas mais avançadas do seu momento. Som abundantes neles os topónimos por ter feito Tomás López numerosos inquéritos com os que pudo conhecer as dificuldades de representar cartograficamente os lugares habitados galegos, mas desafortunadamente nom tomou para o levantamento dos mapas medidas topográficas nem fijo trabalho de campo.

OS MAPAS DO SÉCULO XIX.

Ao séc. XIX correspondem mais do cinqüenta por cento dos mapas catalogados que tanto pola sua quantidade como pola sua diversidade permitem apreciar os avanços produzidos nesta centúria. Fôrom devidos estes sobretodo à adopçom de umha cuidada metodologia científica no cartografado do território que começou a estudar-se com critérios matemáticos ao serem tomadas medidas que permitiriam a sua quantificaçom.

Boa amostra dos progressos técnicos experimentados é a *Carta Geométrica de Galicia* de Domingo Fontán (1788-1866), gravada em Paris em 1845 e qualificada «obra cimeira da cartografia galega». Esta obra de escala 1:100.000 é resultado de um labor individual continuo de 1817 a 1834 em que Fontán tomou medidas pessoalmente sobre o terreno baseando-se em vértices geodésicos que ele mesmo estabeleceu. Dixo-se desta obra que tem um fundo significado na medida em que com ela o Estado assumia o labor do cartogafrado do país. Nom cabe, quiçá, suscitar dúvidas neste senso pois é dos primeiros mapas que recolhem as quatro novas províncias galegas com as que iniciava os seus passos o moderno Estado espanhol inexistentes com anterioridade.

Desde a divisom provincial de 1833, vigente na actualidade, a proliferaçom de mapas provinciais foi tal que a estes correspondem a metade dos catalogados do séc. XIX e a terceira parte do total catalogado no livro. Em geral aproveitam a cartografia de base de Fontán e introduzem outras informaçons entre as que sobressaem as divisons em partidos, a trama da rede viária ou mesmo a hierarquia urbana.

Som os mais importantes dentre os provinciais os quatro de Francisco Coello (1822-1898) publicados em 1856 (Ourense e Ponte-Vedra), 1864 (Lugo) e 1865 (A Corunha) acompanhados cada um de planos complementares das principais cidades da província.

Outros mapas correspondem a fragmentos provinciais. Um exemplo destes é o do partido de Santiago em que se indicam os limites dos concelhos de Conjo e Enfesta, hoje incluido no de Santiago. A maior escala ainda fôrom recolhidos planos de cidades ou de sectores rurais, estes últimos manuscritos. Talvez de toda a cartografia temática decimonónica apresentada, os exemplos mais sobressalientes sejam um pioneiro mapa petrográfico de Galiza de 1834 e um mapa arqueológico de 1875.

AS CARTAS NÁUTICAS.

Consta a segunda parte do catálogo de 93 cartas náuticas das quais a mais antiga data de finais do séc. XVI. Das outras, 13 som do séc. XVII, 34 do séc. XVIII e 45 do séc. XIX.

A superfície recolhida nas cartas náuticas é díspar. Até o séc. XVIII dominam as de amplos tramos da costa galega e som minoria os exemplares catalogados nos que se pormenoriza umha ria ou nos que se apresentam as costas desde o norte da Bretanha até o sul da Galiza ou ainda mais ao sul. Apartir de 1800 dominam as cartas que recolhem a grande escala a costa galega, em especial a de rias.

O ano 1800 poderia servir de limite também, grosso modo, entre o domínio das cartas em que se inverte o N. (portulanos) e o das que se apresentam norteadas com normalidade. O motivo de que se preferira inverter o N. devia-se a que desse jeito os navegantes que se aproximarem desde o N. veriam a costa da mesma maneira que no mapa. Esta particularidade resulta mais compreensível na medida em que se tem presente que a maioria absoluta das cartas era feita em países situados mais ao norte do continente, sobretodo em Holanda; em menor proporçom na França e Inglaterra.

Do mesmo jeito que na produçom geral de mapas, destaca no catálogo a ausência quase total de cartas náuticas feitas na península com anterioridade ao séc. XVIII. Na primeira metade de esse século produziu-se um relevo dos produtos cartográficos holandeses polos franceses, e na segunda um grande incremento das cartas impressas em Madrid devidas fundamentalmente a Vicente Tofiño de San Miguel (1732-1795). A qualidade da obra deste militar foi tam reconhecida que com posterioridade foi utilizada em ediçons francesas e inglesas. Ponhem de manifesto nitidamente esta utilizaçom grande número de cartas inglesas de começos do séc. XIX incluidas no catálogo. Já no séc. XIX dominam com amplitude as cartas feitas em Madrid.

O interesse actual destas cartas nom está só no conhecimento que fornecem para a análise da linha de costa galega, mas também para a das cidades ou vilas do litoral. Sobressaem especialmente pola sua freqüência as representaçons que incluem a cidade de Ferrol e constituem também um excelente material de base para estudos de geografia urbana cartas das enseadas e fundeadoiros de Sam Genjo (1861) e de Ares (1883).

Tocante à toponímia conviria salientar algumhas modificacións dadas desde outros países de Europa aos nomes galegos. Um exemplo é a cidade da Corunha chamada CORUNNA ou THE GROYNE numha carta inglesa de meados do séc. XVIII. Umha curiosidade marginal relacionada com este porto é a que suscitam comentários feitos a algumha das cartas; assim, mentres na publicada em Londres (1813) sobre a batalha do 16 de Janeiro de 1809 o porto da Corunha passa a HARBOUR OF CORUNAH e a enseada do Orçam a ORSAN BAY, no comentário indica-se que os topónimos som em castelhano.

Vai precedido o catálogo de umha apresentaçom do Director do Instituto Geográfico espanhol e de vários breves estudos. Um sobre a vida e a obra de Domingo Fontán redigido por José Filgueira Valverde, outro de Ramón Lorenzo Martínez sobre o desenvolvimento da cartografía antiga da Galiza e um terceiro de Rodolfo Núñez de las Cuevas sobre a cartografia espanhola de começos do séc. XIX e a carta geométrica da Galiza de Domingo Fontán. Completa os estudos introdutórios umha apresentaçom das cartas náuticas feita por Rosalia A. González Sáez. De todos eles só o de Ramón Lorenzo, Delegado na Galiza do Instituto Geográfico espanhol, fai referência ao conjunto das obras contidas no catálogo.

Em resumo, trata-se de umha obra que desde já há de ser consulta imprescindível para os que desejem conhecer a geografia histórica galega, que ajudará, assim mesmo, a outros a compreender a importância da situaçom da Galiza no mundo, como também contribuirá a fazer entender os interesses alheios à naçom galega que mudarom desde fora a sua trajectória histórica.

Vísperas de Claudia, de Manuel Guede

Por César-Carlos MORÁM FRAGA

Umha nova achega ao pouco claro e definido panorama da narrativa galega actual é a publicaçom do romance de Manuel Guede *Vísperas de Claudia* (1), finalista do Prémio «Xerais» 1987, depois de o autor ter-se apresentado como poeta com o livro *Contra Serenou* (2), onde expunha já os traços constituintes de um espaço cénico que se tenta incorporar mais umha vez ao universo literário tras os precedentes de Lamas Carvajal, H. Pérez Placer, Álvarez Nóvoa, Risco, Blanco Amor, Casares, etc., os quais convertem Ourense, no dizer de M. Ferrin, na única cidade da Galiza verdadeiramente transmutada em literatura (3).

O título, **em espanhol** (!), introduz os leitores desde o início no jogo conotativo com a linguagem por quanto apresenta a personagem *Cláudia* além de outras acepçons da palavra (ver p. 10), o que por sua vez confere às *vésperas* umha **referencialidade plural.**

O romance, dividido em XXV capítulos mas nom seqüenciado em partes, integra as personagens principais na seguinte **estrutura:**

A) Zacarias Confurco e Cláudia Grandal (caps. I-VI).

B) Samuel Porchetino e Sorana Videferri (caps. VII-VIII).

C) Zacarias Confurco e Cláudia Grandal, que atinge o primeiro plano, na casa de Zacarias (caps. IX-X, prorrogáveis até o XV no tempo narrativo).

C_1 *Tempo retrospectivo:* Cláudia com Silvestre Laviote na fronteira de Mandim (Caps. XI-XII).

C_2 *Tempo mais retrospectivo:* Cláudia com o senhor espanhol de bigode no Hotel Aviz de Lisboa (4) cap. XIII).

C_3 *Tempo retrospectivo:* Lembrança de Damián Servoi (cap. XIV).

C_4 Zacarias-Cláudia (cap. XV). Na última página Zacarias sai à rua.

D) Factos sucessivos na noite de Serenou.

D_1 Zacarias brevemente detecta Lourenzo Siabal, protagonista do capítulo (XVI). Morte. Quem o mata? Sabe-se no cap. XIX (pp. 107-109).

D_2 *Tempo retrospectivo:* Lourenzo Siabal (caps. XVII-XVIII).

D_3 Zacarias-L. Siabal. *Tempo retrospectivo:* mundo e cultura de Sorana Videferri (cap. XIX). Referência a «King-Kong»: *entroncamento com o início do romance.*

D_4 Samuel Porchetino no «local da Falanxe» (cap. XX). A acçom começa a descer cara ao seu desenlace: Porchetino pergunta por Z. Confurco (= **confluência),** personagens que até este capítulo se mostravam afastados *(«¿Qué pasou con Confurco en todo o día?»,* p. 121). Assim mesmo é **tendente ao desenlace** o fim do capítulo *(«-Mañá. Marqués, é o día»,* p. 122).

D_5 Z. Confurco, «lobishome», com Sorana às 3,15 h. (cap. XXI).

D_6 S. Porchetino de caminho à casa (cap. XXII).

D_7 Z. Confurco, «lobishome», mata S. Porchetino às 3,30 h. (XXIII).

D_8 Z. Confurco, «lobishome» e «King-Kong», avança *onírico* e adentra-se no Barbanha passadas as quatro horas (c. XXIV).

---

(1) GUEDE OLIVA, Manuel, *Vísperas de Claudia,* Eds. Xerais de Galicia, Vigo, 1988. Capa: Xosé Díaz. 150 páginas.

(2) GUEDE, Manuel, *Contra Serenou,* Sotelo Blanco, Colecçom «Leliadoura», Barcelona, 1985. «Limiar» de X. L. MENDEZ FERRIN, 154 pp.

(3) Ibid., p. 14.

(4) Ver mais tarde a referência ao General Sanjurjo nos capítulos XVII (p. 100) e XXIV (p. 141).

E) O romance remata **circularmente** (cap. XXV). No retorno às 19,10 horas há um *jogo com o leitor,* que por um instante pode pensar que tudo foi um sonho.

Além das vozes que emitem as personagens, o texto está focalizado desde a **terceira pessoa narrativa:** *«Solemne e gris, cabrón e sen preámbulos entrou no burdel o capador»* (p. 11). Porém, nom se trata de um simples narrador-testemunha, mas de um **narrador-comentador** que se explica e intervém como personagem na valoraçom dos factos narrados: *«Rin os dous. Peliculeiros. Cómplices. Trasuntos de folletín en branco e negro»* (p. 25); *«Pegara a orella ó vento. Advertira Zacarías Confurco, perdón, un lobo non ten nome nin asina nunca, palabras encubertas por Correxidor»* (p. 107). Eis talvez um dos aspectos mais discutíveis da obra, pois esta poderia estar narrada, com mais acerto se calhar, desde a primeira pessoa, embora se impossibilitasse a omnisciência. Tal narrador, no entanto, actua em **segunda pessoa** com umha dupla funcionalidade, quer quando dirigida **ao leitor** *(«Aí. Así. ¿Comprendes?, p. 11; «E velo aí vai entrando no burdel o capador»,* p. 17; *«E mira ti que tamén hai casualidades»,* p. 61), quer quando dirigida **às personagens** *(«¿E agora quen te denuncia, mamón con pintas?,* p. 70; *«Ti soubécheste nacido para a pólvora. Agora que estás morto po un lobo, non o debes negar»,* p. 104). Freqüentemente misturam-se as vozes do narrador e das personagens numha mesma unidade, destacando a segunda pessoa dirigida a estas: *Veño moito por Lisboa ultimamente, ¿non ves, Claudia?, vén moito por Lisboa ultimamente, son viaxante de tecidos»* (p. 75).

Deve salientar-se a **tensom rítmica** mantida ao longo do texto, mercé à reiteraçom, à intensificaçom e ao emprego de frases e enunciados curtos com elipse: *«Sae á rúa. Recíbeo a Praza da Magdalena dictado pola lúa. Debuxan as farolas contra el, unha estampa magnética, magnífica, brutal. Hai inclemencias e absurdos nesa sombra. Trepa na sombra pois. Trepa na sombra da sombra de si mesmo...»* (p. 88). A elipse atinge especialmente a verbos e identificadores definidos: *«Acendo pito Zacarías, agora trema, defende, bule, arde abaixo»* (p. 24); *Colle o bolso. Valor. Retoca rímel»* (p. 27).

A acçom decorre na noite do 17 ao 18 de julho de 1936 **(tempo presente** ou actual) no marco urbano de Ourense **(espaço cénico).** No código do leitor a referencialidade que esta data conleva é evidente, como o é também o contexto sócio-político **espanhol** que circunscreve os factos de Serenou, magnificado nomeadamente na misa celebrada em Santa Eufémia pola recente morte de Calvo Sotelo. Já em **tempo retrospectivo** inscreve-se outra data semanticametne paralela, que também é *véspera:* a noite do 12 ou 13 de abril de 1933, quando no **espaço evocado** de Lisboa se instaura a constituiçom salazarista. Para além do contraponto técnico que esta relaçom espácio-temporal poda significar na estrutura do romance, cumpre questionarmos a perspectiva nacional desde a que está focalizada a acçom, embora isto suponha penetrar no perigoso problema de definir *o que é a literatura* e de *que literatura para um povo,* quer dizer **literatura nacional.** Neste sentido, o «narrador-comentador» situa-se no contexto *espanhol* (ou é o galego?), mentres o *português* está visto como alheio e estrangeiro (ver p. e. a página 63). Perguntamo-nos se é esta a perspectiva do narrador ou apenas um reflexo de certa realidade extra-literária, pois na obra nom fica bem claro (ou fica claro o primeiro).

O **código do emissor** abrange, além dos contextos aludidos, o ambiente ourensano, o mundo do cinema (em menor medida o do jazz), o mito da «Licantropia» (noite, lobo, lua. Ver tb. cap. XXI), a revoluçom russa, o proletariado e o comunismo galego (Luís Soto, p. 105)... Assim mesmo podemos analisar a **intertextualidade,** onde se confirma o apontado no parágrafo anterior no que respeita às citas de literatura espanhola e portuguesa. Cita-se Calderón e Garcilaso (p. 49), Campoamor e Bécquer (p. 109), Dom Denis (pp. 62 e 71). Porém, e fora de referências a Shakespeare (p. 80), Oscar Wilde e Sthendal (p. 110)..., salientamos a intertextualidae na literatura galega das últimas décadas. Pode-se detectar talvez um Celso Emílio: *«unha paisaxe de brazos, pernas, dedos, tellas, seos, portas, aramios...»* (p. 126). É evidente a presença de Blanco Amor: *«Así divisa o lobo ó Bocas, ó Castizo o Milhomes»* (p. 147). Quanto a Ferrim, nom se trata só de citas. A sua presença —deixando de parte a dedicatória— chega a sentir-se por vezes no estilo *(ma non troppo),* embora nom se aprecie na seguinte cita: *«Baixa daquela pola rúa de Reza, onde está dur-*

mindo e inventando voces na néboa Manolito, o amigo de Suso da Barbaña, intrépido rapaz que só é un soño» (p. 145).

Essa pegada ferriniana incide no plano da **linguagem,** que amiúde atinge certa altura poética mercé ao uso dos *predicativos: «King-Kong que principiaba inocente, orangután, perico...* (p. 11); *«Que hai ben pouco e mimosa a Videferri enredaba co naufraxio irreparable...»* (p. 125). Som freqüentes os predicativos a partir da adjectivaçom de um substantivo: *«E Marqués, o mastín, vive can»* (p. 121).

No entanto, a língua esmorece em *«roja y gualda»* quando o autor pretende destruí-la —para destruir cumpre saber de que se parte— ou quando fai uso de umha linguagem em contínuo movimento que incorpora o léxico e a fraseologia «marginais». Trata-se desses retalhos de língua viva nom académica que dificilmente contemplam as gramáticas, com os quais brinca Manuel Guede de princípio a fim. E brinca, obviamente, no seio da marginalidade espanhola. Tal **registo lingüístico,** como em parte o registo do romance quando se afasta do puramente rural ou dialectal, nom é outro que o *registo do espanhol.* E se até aqui chegamos, poderíamos acaso esperar outra cousa? Qual é ou como é a nossa linguagem «marginal», móvel e em contínua mudança? Qual é a fonte de que nos nutrimos na passagem dos dias? Eis a questom.

E nada imos dizer já da correcçom idiomática depois de lermos na capa o nome da editora. Poderes editoriais mandam e colaboram com o Estado na afirmaçom do **seu** projecto nacional.

CORREIO

Jornadas Galegas em Barcelona

Barcelona, 10 Março 1988

Prezados Amigos,

Do 22 ao 26 de Fevereiro, no edifício da Universidade Central, patrocinadas e pagadas pola Junta de Galiza, celebrarom-se as «I Jornadas de Língua e Cultura Galega» e como, na realidade, o que aconteceu ali pode ficar no «silêncio» ou ser manipulado, envio-vos algumhas observaçons sobre as incidências nelas havidas:

O primerio dia houvo umha mesa-redonda, em que os anti-reintegracionistas falarom sobre o processo de normalizaçom do galego (Adolfo Abel Vilela, António Santamarina, Manuel Taboada e Henrique Monteagudo, entre outros). No colóquio rejeitou-se sistematicamente todo o que fazia referência à normativa ou a questons relacionadas com isto. Todo o que perguntava era convidado a escuitar as «sábias» palavras de D. António Santamarina, quem simplesmente manifestava que na sexta-feira esclareceria este ponto. Contodo, o professor J. Argenté da Universidade Autónoma insistiu no tema e perguntou sobre como influi a normalizaçom do «corpus» na normalizaçom do «status» e ninguém soubo responder do galego, como língua «B», mas o que si ficou claro para os assistentes é que a normalizaçom requer umha normativa gráfica ajeitada e nom se pode esquecer que é língua «A» no país que o Minho junta ou afasta. Com o tam conhecido lema de «volte você amanhá», partimos. E as trinta pessoas que estávamos presentes voltamos, aos dias seguintes, mas seguimos aguardando a informaçom...

Essa informaçom foi-nos fornecida polo professor A. Santamarina, quem no seu discurso explicou como o galego desde a Idade Média foi avassalado polo castelhano até que chegou Rosalia que utilizou o galego da sua comarca. De Castelao dixo que escreveu num galego «quase» perfeito; reconhecia a existência dos 'lusistas' e considerava como iniciador ao professor Rodrigues Lapa, porém manipulando os seus textos e nomeadamente o seu livro *Estudos galego-portugueses*. Falou de que o galego tinha feito empréstitos «internos» (?) e incorporado «cultismos». Eu perguntei que como nom se tinham feito empréstimos gráficos ou ortográficos do galego medieval, tal e como tinham feito empréstimos léxicos. El fitou-me e por toda resposta dixo:

—Tu sabes gramática histórica?

Eu respondim que nom muita. Ante esta negativa el em tom dogmático pontitificou que seria mui difícil que o entendesse. Umha mulher quixo saber por que os elaboradores da normativa oficial nom tinham registado certos verbos que existem vivos na fala, mas o Prof. Ramom Lorenzo respondeu, como é nel habitual, que lesse as *Normas* com mais atençom antes de falar. No colóquio também participou o Sr. D. Jesús Alonso Montero para cortar o debate e afirmar que se el tivesse o poder nom seria tam permissivo como o «ILG» porque a gente quando fala «vai *ó monte*» e nom «vai *ao monte*». Inúteis forom os intentos de um estudante para explicar-lhe que no francês se escreve «moi» e que se pronuncia «mua». Outro dos presentes acrescentou que se isto era assi também teriam que admitir *«pra»* e *«pa»* e nom «para». O Prof. Santamarina explicou que o caso era diferente, porque «para» é umha forma que está viva, como assi o demonstra umha cantiga popular que di «para vir a junto a mim«, mas o Prof. Ramom Lorenzo acrecentou que admitir «para» foi tam só umha concessom, e esta era a razom. (Gritei para mim: Viva a coerência!).

Mas nom foi só isto. O Prof. Ramom Lorenzo fixo três afirmaçons que nom tenhem desperdício:

a) «Nom vejo nengum problema para aceitar os mínimos. Porém, quem me assegura que depois de chegar a este acordo nom surgirá algum dissidente?».

b) «O povo sente que o galego é um idioma diferente do português». Eu pensei: que outra cousa pode 'sentir' ao estarmos totalmente colonizados e ao sermos profundos desconhecedores da nossa história e também do país irmao?

c) «Nom é porque eu participe, mas 'coido' que esta é a normativa mais acertada».

Em resumo, mais umha vez os fundos públicos destinados aos galegos forom destinados para pagar aos conferencistas de sempre, que nom souberom responder às perguntas que se lhes faziam e que utilizam como arma ou o seu mau génio ou a sua ignorância a respeito do que é umha língua falada e umha língua escrita ou os seus títulos e possíveis conhecimentos da gramática histórica que citam, mas que nom explicam.

Ao final, quase sentim mágoa, pois se em vez de assistir essas trinta pessoas, estivessem pessoas com umha ligeira formaçom em filologia e lingüística, o «banho» que lhes davam seria histórico!

Saudaçons e sempre Galiza e Catalunya,

MIQUEL MARTÍNEZ

PUBLICAÇONS RECEBIDAS E DE INTERESSE

Francisco SALINAS PORTUGAL (1988), *Os habitantes da culpa,* Via Láctea, 106 pp. Livro de poemas nacido de um longo processo de criaçom. Está introduzido por duas citas, de Lautréamont e de Kierkegard, que anunciam os temas centrais, a angústia e a culpa. Dividido em várias partes, abre-se com *Texto Zero* seguido de *Autorretrato,* e remata com *O Suicídio,* de forma circular na mesma presença da dor. *Os habitantes da culpa* é também a queda nos círculos concêntricos do sofrimento, o «poderoso grito [...] na confusón do cristal roto», pleno de força expressiva.

Jornal dos 4os Encontros de Poesia de Vila Viçosa (9 a 13 de junho de 1988), constituido por poemas dos poetas presentes, é umha boa amostra da criaçom lírica em português. Complementa-se com as Pagelas «Cadernos ÁGUA CLARA». Poetas em Vila Viçosa (1988), de que fazem parte: *Poema a Erik Lindegren,* de Hugo Beja; *Amatus,* de Filomena Cabral; *No teu corpo, esperança,* de A. Vicente Campinas; *O incontável horizonte,* de José Manuel Capêlo; *Louvor e simplificação de Armando Silva Carvalho,* de José do Carmo Francisco; *Cantigas da boca do vento,* de Alexandre Castanheira; *Poemas,* de José Luís Fontenla; *Azul forte,* de Fernanda Leal; *Mangas doce e papaia,* de Luísa de Andrade Leite; *Quando um dia falarmos das confluências,* de Henrique Madeira; *O cenário todo,* de José-Alberto Marques; *O fundo da gaveta,* de António Rebordão Navarro; *Lugares secretos,* de Armindo Reis; *Quase sem matéria,* de António Sá; *Galeria de um sonho tranquilo,* de Luís Filipe Sarmento; *Soleníssimo abraço,* de João Ferreira da Silva; *Trajectos: a noite,* de João Rui de Sousa; *Escrito(s),* de J. O. Travanca-Rego; entre outros.

Robert BOSCH STIFTUNG-Fondation de France (1987), *La formation international des cadres supérieurs/International training for executives.*

Robert BOSCH STIFTUNG-Fundação Calouste Gulbenkian (1987), *L'avenir des lettres étrangères à l'université/The future of foreing languages and literatures at the university.*

Robert BOSCH STIFTUNG-Fondation Européenne de la culture (1987), *Le rôle des médiateurs interculturels en Europe/The role of intercultural mediators in Europe.*

As três obras som resultado, respectivamente, da Terceira Conferência Europeia em Jouy-en-Josas (15-17 de novembro de 1984), da Quarta Conferência Europeia em Lisboa (6-8 de fevereiro de 1986) e da Mesa Redonda no Congresso SIETAR em Amsterdám (16 de maio de 1986). Todas as três tenhem como fundo o desenho de umha rede transnacional a reforçar o intercámbio de informaçons e a cooperaçom entre especialistas e instituiçons interessadas no ensino de línguas estrangeiras. Salientamos as intervençons da Conferência de Lisboa e delas as dos Profs. José A. Seabra, que se referiu expressamente aos projectos interregionais (Galiza-Norte de Portugal), Malaca Casteleiro, sobre o futuro do português, e Joaquim da Fonseca, sobre a modernizaçom léxica do português. Fernando Cristóvão, presidente do ICALP, refere-se, nas palavras introdutorias, a um pacto cultural europeu, que com certeza beneficiaria os posicionamentos reintegracionistas enquanto que os galegos, sem deixarmos de o ser, estaríamos arroupados suficientemente nesse pacto polo português.

José Manuel CAPÊLO (1986), *Rostos e sombras,* Edições Sílex, Lisboa, 102 pp. Poemário sumamente rico e expressivo, integra numha unidade bem travada «Princípios», «Aqueduto», «Pedra angular» e «Há uma ilha no oceano». Seguem uns esclarecedores «apontamentos críticos» sobre a obra do autor.

Palavras (Sete Poetas Portugueses Contemporâneos) (1988), Átrio, Lisboa, 113 pp. Umha «Introdução» de João Rui de Sousa orienta a leitura de poemas de António de Almeida Mattos, Cândido José de Campos, Fernando Tavares Rodrigues, João Mattos e Silva, José Manuel Capêlo, Nicolau Salão e Rita Olivaes. Constitui, em palavras do introdutor, um «acto de solidária aventura».

A. VICENTE CAMPINAS (1986), *Fronteiriços* (2.ª edição revista), Nova Realidade, Tomar, 231 pp. Um prefácio de José Manuel Mendes prepara a leitura deste romance de pescadores e contrabandistas. «Tudo se passa sobre o gume da faca: uma fronteira no

Guadiana, Vila Real de Santo António e Ayamonte frente a frente, o misciganar de culturas, arroubos e esperanças. A miséria é densa...» O relato, apreendido pola PIDE quando se publicou pola primeira vez em 1953, pode oferecer ao leitor galego, para além de outras sugestons, umha meditaçom seriosa sobre a «raia» e as «raias» (nom todas som iguais). O autor é um velho luitador antifascista e democrata.

Carlos REIS-Ana Cristina M. LOPES (1987), *Dicionário de narratologia,* Livraria Almedina, Coimbra, 435 pp. Exposiçom pormenorizada dos conceitos fundamentais da Narratologia, distribuidos alfabeticamente. Os autores apresentam esta «progressiva aquisição de racionalidade científica» de jeito complexivo e altamente equilibrado. Cedo confiamos em oferecer umha comprida recensom.

U. NOVONEYRA (1988), *Do Courel a Compostela* (1956-1986), Sotelo Blanco Eds., Barcelona, 165 pp. Reuniom, a modo de antologia, de palavras de pátria e liberdade. Incluem-se poemas caligráficos do autor; a capa é de Reimundo Patinho (+). Compreende duas partes bem diferenciadas: a antológica e a biográfica e crítica.

Antoni FERRANDO et alii (1987), *Invitació a la llengua catalana,* Grecal Llibres, Consorci d'Editors Valencians S. A., 536 pp. Texto dirigido a estudantes dos primeiros cursos de Universidade, estruturado nas seguintes secçons: história da língua, dialectologia, gramática descritiva, lexicologia e semántica, lingüística do texto e sociolingüística. Germà Colom Domènech explica no prólogo este plano. Completa-se com um «Apéndice» (perfil lingüístico de Catalunha, València e Maiorca) e umha Bibliografia básica. A concepçom e elaboraçom cuidadas fazem deste manual referência imprescindível para conhecer nom apenas a comunidade lingüística catalá, mas também a realidade cultural da Península Ibérica.

Vicent PITARCH (1988), Fets e ficcions, Eliseu Climent Ed., València, 128 pp. Textos de conferências e artigos publicados entre 1983 e 1986 que, sob a epígrafe «A nossa pátria é a nossa língua» (J. Fuster), analisam os condicionamentos que se interponhem no funcionamento normal da língua catalá, a urgência de provocar *o uso* lingüístico no conjunto dos ámbitos sociais e institucionais e a política normalizadora ajeitada.

Livros de Portugal, Publicação mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Apareceram até ao momento seis numeros que incluem ampla informaçom editorial e relatórios sobre temas concomitantes: «Manuais escolares» (num. 1), «Dia do livro português [26 de Março]» (núm. 2), «Um século de Pessoa» (num. 3), «Estudo aos hábitos de leitura dos portugueses» (nums. 4 e 5). Indispensável para conhecer o movimento editorial português.

Noves S-L, «Fulls de Treball», publicadas polo *Institut de Sociolingüística Catalana, adscrito à Direcció General de Política Lingüística* da *Generalitat* da Catalunha Centro ou Principat.

Por elas nom podemos ignorar a existência de um *Llibre blanc de la unitat de la llengua catalana,* editado pola Fundació Jaume I (em que colabora, por exemplo, Guiseppe Tavani, que curiosamente é na Galiza partidário da desintegraçom do galego). Também sabemos por elas que o Prof. Díaz Fouces «prepara el doctorat sobre el reintegracionisme galleco-português enfocat des de la perspectiva de la lingüística aplicada» ou que o dia 5 de março de 1988 a presidenta da AGAL deu umha conferência no Centro Galego de Barcelona sobre o tema «O reintegracionismo». Confiamos que o intercámbio de informaçom seja intenso mais cada vez.

Europa de les nacions, Revista sobre el moviment nacionalitari europeu (Barcelona). Publicada polo CIEMEN (Centre Internacional Escarré per a les Minories Étniques i les Nacions) e dirigida por Aureli Argemí, conta, como corresponsal da Galiza, com Pilar García Negro. O núm. 2 inclui informaçom sobre a Ordem da Conselharia suspendida *(AGÁLIA,* núm. 13) e o texto da Nova Resoluçom do Parlamento Europeu a favor das Línguas e Cultura Minorizadas. A revista está redigida em catalám com resumos em inglês.

Regional CONTACT Régional, da «Foundation for International Understanding», revista semestral sobre o «regionalismo europeu», de cujo comité redaccional fai parte M.ª Vitória Fernández Espanha.

CASTANHAS GALEGAS COSMOPOLITAS, MARRON GLACE

san cibrán de viñas - apdo.91 - ourense
tel: (988) - 22 12 66 / 22 26 54
telex: 88519 CUEVA E

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGAL ..... 2.000 ptas.
Península Ibérica ..... 2.600 ptas.
Europa ..... 3.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 3.500 ptas.

NOME .....

MORADA .....

.....

LOCALIDADE ..... PAÍS .....

DATA ...../...../..... ASSINATURA

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número ..... inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º .....

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos .....

D.N.I. ..... Profissom .....

Endereço (Rua, Praça) .....

Vila, Cidade ..... País ..... Tfno (.....) .....

Data de nacimento ...../...../..... **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estructural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, Estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

- *Em breve*

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos conjugados.*

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego (2.ª ediçom).*

A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

Preço 800 ptas. (sem IVA)
Número avulso